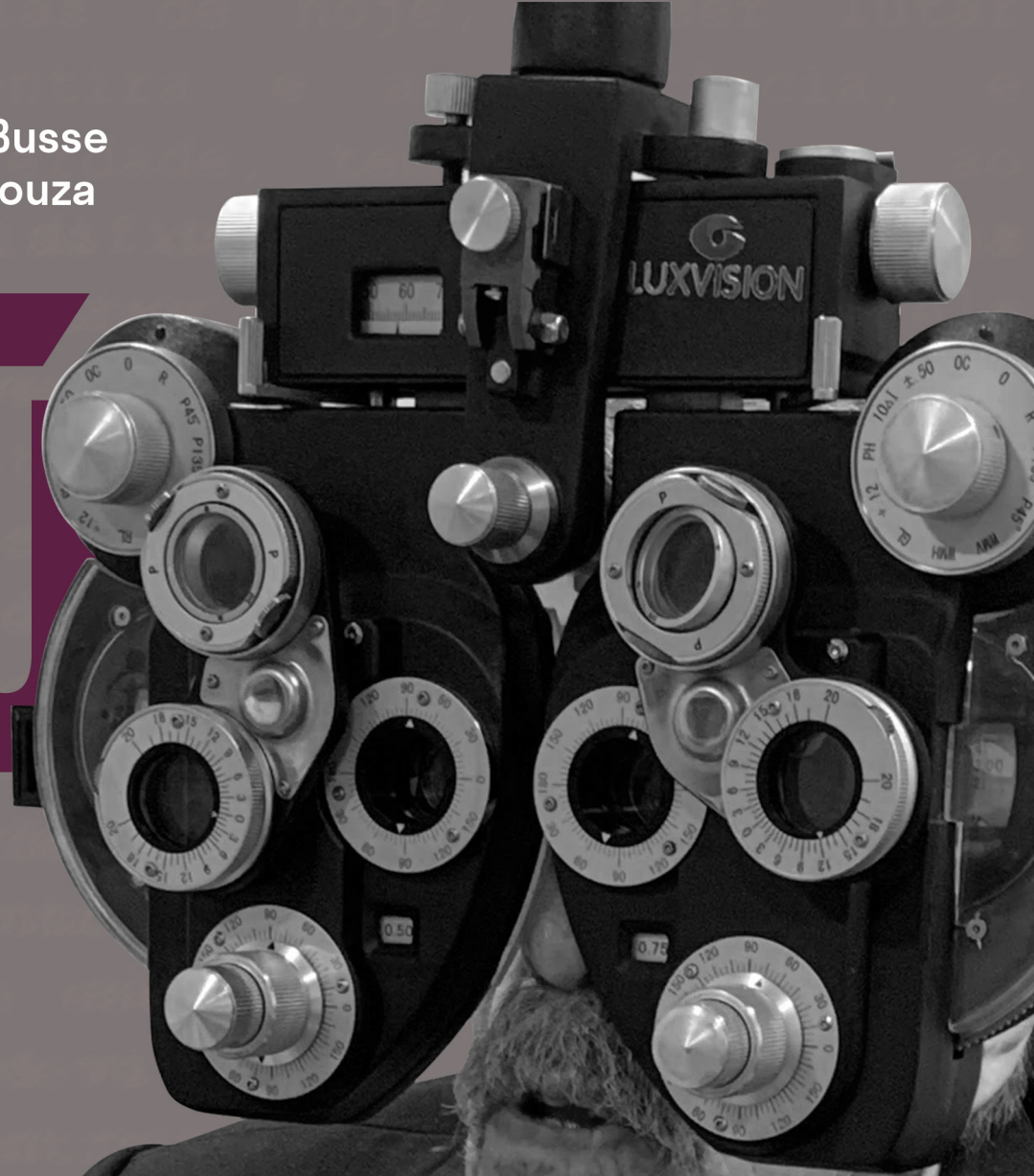




ORGANIZADORAS

**Maria Luiza Busse
Maurini de Souza**

MÚLTIPLAS



VOZES

EDUTFPR





UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Reitor
Vice-Reitora

Marcos Flávio de Oliveira Schiefler Filho
Tangriani Simioni Assmann

Diretora de Comunicação
Diretora-Adjunta de Com.

Maurini de Souza
Ana Paula Ferreira



EDITORIA DA UTFPR

Coordenadora-Geral
Coordenadora-Adjunta

Eunice Liu
Giani Carla Ito

Titulares

CONSELHO EDITORIAL

Andre Sandmann
Aruanã Antonio Dos Passos
Danyel Scheidegger Soboll
Janaina Piana
Letícia Gomes Teofilo Da Silva
Marcos Hidemi De Lima
Maria Helene Giovanetti Canteri
Mariane Kempka
Sara Tatiana Moreira
Sidemar Presotto Nunes
Silvana Stremel

Suplentes

Adriano Lopes Romero
Anaís Andrea Neis De Oliveira
Anna Luiza Metidieri Cruz Malthez
Anna Silvia Penteadó Setti Da Rocha
Antonio Goncalves De Oliveira
Carina Merkle Lingnau
Elizabeth Mie Hashimoto
Jezili Dias
Marcelo Fernando De Lima
Marcelo Goncalves Trentin
Pedro Valerio Dutra De Moraes



EXPEDIENTE ABI

Presidente
Vice-presidente
Presidente Conselho Deliberativo
Presidente Conselho Consultivo
Conselho Fiscal

Octávio Floro Barata Costa
Regina Lúcia Pimenta de Castro.
Irene Cristina Gurgel do Amaral.
Ivan Cavalcanti Proença.
Luiz Gonzaga Belluzzo.

Conselho Editorial

Ivan Cavalcanti Proença
Luiz Gonzaga Belluzzo
Maria Luiza Franco Busse
Maurini de Souza

As opiniões e os conteúdos expressos neste material
são de responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem,
necessariamente, a opinião do corpo editorial.



ORGANIZADORAS

**Maria Luiza Busse
Maurini de Souza**

**MÚ
LTI
PL
AS**

**PERSPECTIVAS
JORNALÍSTICAS**

**VO
ZES**

Curitiba, 2023

ED **UT** FPR



CC BY-NC-ND

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional. Esta licença permite o download e o compartilhamento da obra desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Capa e Diagramação	Maria Eduarda Lima Lopes Eunice Liu
Foto de capa	Filipe Ceppas
Artes de aberturas	Maria Eduarda Lima Lopes Eduardo Bueno Cordeiro Tiago de Almeida Zarowny
Revisão Normalização	Priscila Murr Maria Luiza Busse Maurini de Souza Tatiana Campos da Hora Soares Amanda Baroni Hudson Oliveira Laura de Souza Miczevski
Autores e Autoras	Ângela Carrato Cristina Nunes de Sant'Anna Elza Aparecida de Oliveira Filha Francisco José Daher Junior Luiz Gonzaga Belluzzo Marcelo Fernando de Lima Maria Luiza Franco Busse Maurini de Souza Míriam Gontijo de Moraes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Múltiplas vozes [recurso eletrônico] : perspectivas jornalísticas / organizadoras : Maria Luiza Busse, Maurini de Souza. -- Curitiba, PR : EDUTFPR, 2023.
1 arquivo texto (217 p.) : PDF il. ; 44,3 MB

Selo ABI.

Modo de acesso: World Wide Web.

Disponível em formato PDF.

Título retirado da tela de abertura (visualizado em 13 jun. 2023).

Inclui bibliografias.

eISBN: 978-85-7014-247-4

1. Jornalismo – Miscelânea. 2. Jornalismo – Aspectos políticos. 3. Jornalismo – Aspectos sociais. 4. Ética jornalística. 5. Mídia digital. I. Busse, Maria Luiza Franco, 1953-. II. Souza, Maurini de. III. Título.

CDD: Ed. 23 -- 070.444

CDD: ed. 23 -- 333.79

Departamento de Bibliotecas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Bibliotecário: Adriano Lopes CRB-9/1429

EDUTFPR

Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Av. Sete de Setembro, 3165
80230-901 Curitiba PR
utfpr.edu.br/editora
editora.utfpr.edu.br

AGRADECIMENTOS

O **SELO ABI** foi promessa do primeiro dia em que a Diretoria de Cultura assumiu a tarefa de seguir revitalizando a área, no conjunto do compromisso empenhado na campanha que nos levou a presidir a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) neste triênio 2022/2025.

Realização possível a partir do envolvimento engajado de um grupo de colegas, o que nos leva a abrir uma página de agradecimentos para além do padrão formal.

Começo a agradecer à Vida que permitiu nossos encontros. Esperados e inesperados. Lara foi um desses imprevistos que deu origem à viabilidade do *e-book Múltiplas Vozes: perspectivas jornalísticas* que agora lançamos. O acolhimento dessa até então desconhecida nos encaminhou a Maurini de Souza, diretora de Gestão de Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), espaço de ensino que mantém o espírito público e gratuito do significado de universalidade. Assim nos enrodilhamos como o musgo na pedra.

Obra bonita realizada pela natureza generosa dos autores e autoras que doaram seu tempo, por compreender o papel do esclarecimento na formação de uma sociedade, e ainda mais pelo **SELO ABI**.

Em ordem alfabética: Angela Carrato; Cristina Nunes de Sant'Anna; Elza Aparecida de Oliveira Filha; Francisco José Daher Júnior; Luiz Gonzaga Belluzzo; Maurini de Souza; Marcelo Fernando de Lima; e Miriam Gontijo de Moraes. A diretoria de Cultura também participa com um texto.

Do pedido atendido, queremos todas e todos agradecer em particular ao prefaciador, Ivan Cavalcanti Proença. Nosso conselheiro, sempre a tempo e a hora, grande narrador de experiências e cidadão político disponível à permanente troca de saberes. Não é exagero dizer que realiza a síntese de prática e teoria. Junto a ele, Isis, a professora e companheira da vida que bota no formato digital as muitas páginas que Ivan escreve à mão.

O sentimento de gratidão tem estudos, análises e versões nos campos da psicanálise, poesia, romance, cancionário e em gestos. Aqui, escolhemos o amoroso agradecimento manifesto pela fraternidade camarada. Por isso, finalizamos esta página com *A Amizade*, música e letra do grupo Fundo de Quintal.

Obrigada por vocês existirem, amigas e amigos!

Maria Luiza Franco Busse

Diretora de Cultura e Lazer da Associação Brasileira de Imprensa-ABI

A AMIZADE*

Fundo de Quintal

*Quero chorar o teu choro
Quero sorrir seu sorriso
Valeu por você existir, amigo*

*Lala laiá, la laiá la, lala laiá, la laiá la
Valeu por você existir, amigo*

*Amigo, hoje a minha inspiração
Se ligou em você
Em forma de samba mandou lhe dizer
Tão outro argumento
Qual nesse momento
Me faz penetrar
Por toda nossa amizade
Esclarecendo a verdade
Sem medo de agir
Em nossa intimidade
Você vai me ouvir*

*Foi bem cedo na vida que eu procurei
Encontrar novos rumos num mundo melhor
Com você fique certo que jamais falhei
Pois ganhei muita força tornando maior*

*A amizade
Nem mesmo a força do tempo irá destruir
Somos verdade
Nem mesmo este samba de
amor pode nos resumir
quero chorar o teu choro*

*Quero sorrir seu sorriso
Valeu por você existir, amigo
Foi bem cedo na vida que eu procurei*

*Encontrar novos rumos num mundo melhor
Com você fique certo que jamais falhei
Pois ganhei muita força tornando maior
A amizade
Nem mesmo a força do tempo irá destruir
Somos verdade
Nem mesmo este samba de
amor pode nos resumir
quero chorar o teu choro*

*Quero sorrir seu sorriso
Valeu por você existir, amigo*

*Lala laiá, la laiá la, lala laiá, la laiá la
Valeu por você existir, amigo.*

(*)A AMIZADE. Interprete: Grupo Fundo de Quintal. In: VOU festejar. Interprete: Grupo Fundo de Quintal: Rio de Janeiro: LGK Music, 2008. 1 DVD.

do
inst
em
quaisq

En
textos: o prin
ilegalmente n
dificuldades

O se
Amaral Ser.

**"SE A DEMOCRACIA SE TORNOU SUPÉRFLUA OU IRRITANTE
PARA A BURGUESIA, AO CONTRÁRIO, É NECESSÁRIA E
INDISPENSÁVEL PARA A CLASSE TRABALHADORA"**

rosa luxemburgo

SUMÁRIO

13

PREFÁCIO
MODESTA VOZ

22

APRESENTAÇÃO

25

**CINCO DIFICULDADES NO
ESCREVER A VERDADE**
BERTOLD BRECHT

29

**DUAS OU TRÊS COISAS SOBRE
A VERDADE**
ANTÔNIO A. SERRA

34

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO
AGENDA ESTRATÉGICA PARA A
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
ÂNGELA CARRATO

62

**JORNALISMO E EDUCAÇÃO
MIDIÁTICA: UMA PARCERIA
DESEJÁVEL E PROMISSORA**
ELZA APARECIDA DE O. FILHA

96

**JORNALISMO *ON-LINE*, UM ENCON-
TRO POSSÍVEL ENTRE INFORMAÇÃO E
CONHECIMENTO**
MARIA LUIZA FRANCO BUSSE

do
inst
em
quaisq

En
textos: o prin
ilegalmente n
dificuldades

O se
Amaral Ser.

110

**FIÇÃO E REALIDADE RELIGADAS
PELA CONSCIÊNCIA (IMPACTOS
DOS ALGORITMOS)**

FRANCISCO JOSÉ DAHER JUNIOR

168

**VAMOS RELEMBRAR AS MEMÓRIAS
DO JORNALISTA LIMA BARRETO?**

CRISTINA NUNES DE SANT'ANNA

122

**ECONOMIA POLÍTICA: NATURALISMO
E RACIONALISMO MACULADOS PELO
DEMÔNIO DINHEIRISTA**

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

188

**MEMÓRIAS DO JORNALISMO SOLIDÁRIO
A CUBA: BLOQUEIO, FURACÕES E O DIA
QUE O GRANDE JORNAL DOS MINEIROS
CONTRIBUIU PARA UMA NOVA**

ORDEM INFORMATIVA

MÍRIAM GONTIJO DE MORAES

142

**O TEATRO DIALÉTICO DE OSWALDO
MENDES EM UM TIRO NO CORAÇÃO**

MARCELO FERNANDO DE LIMA

MAURINI DE SOUZA

PREFÁCIO

MODESTA VOZ

*Ivan C. Proença **

Há, no meio editorial, uma irônica crença que afirma: o melhor prefácio de uma obra é aquele que diz “recomendo o livro que se segue”. Fim. Mesmo assim, ainda que concordando com o adágio, aventuro-me a dizer algo sobre os artigos que compõem este *Múltiplas vozes: perspectivas jornalísticas*.

Ângela Carrato critica a ausência de regulação da mídia corporativa, agora acrescida da investida das *fake news*. E se propõe, a autora, a expor possibilidades no sentido de o governo Lula enfrentar os referidos problemas. E divide a exposição conteudística, a propósito, em três etapas. A primeira, o cenário da Comunicação no país; a segunda o contexto histórico que envolve tal cenário; a terceira abrangendo a democratização da Comunicação. Após sugerir agenda estratégica para a Comunicação, a autora enfatiza a necessária, e indispensável, reflexão (e consequentes ações) quanto à Comunicação pública no país. Papel da Comunicação tão importante quanto o da Economia, o da área social, o da política externa.

Miriam Gontijo de Moraes expõe, desde logo, em seu ensaio: Ano, 2008. Cuba. Furacões e tempestade. Destruição. Citação dos noticiários, descrição dos danos e devastações em cada região. A seguir, as estatísticas quanto à população atingida e quanto às residências destruídas, além dos danos causados nas culturas da banana, mandioca, café e milho. Houve a assistência do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA)

(*) Ivan Proença é professor, mestre e doutor em Literatura.

da Organização das Nações Unidas (ONU), mas foi fundamental a prevenção do governo cubano, em relação aos perigos dos fenômenos naturais, à evacuação e abrigo das populações.

Também é lembrada a solidariedade do Brasil, e da União Europeia, citando-se artigo de Frei Beto denunciando a persistência dos bloqueios a Cuba por parte dos Estados Unidos. O segundo governo de Lula, à época das tragédias ambientais, foi não apenas solidário, como incluiu Cuba na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos; além de efetuar inúmeras doações de alimentos à população cubana. Citada a campanha “com todos e pelo bem de Cuba”, presidida pelo arquiteto Carlos Niemeyer.

A seguir, capítulo sobre a solidariedade dos jornalistas brasileiros, com a participação da Federação Nacional dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ), acrescida de manifestações de jornalistas. Estende-se a crítica ao bloqueio, agora em capítulo específico sobre o bloqueio midiático. É lembrada a polêmica, com Jarbas Passarinho (aquele do “às favas com o escrúpulo”), a respeito dos referidos bloqueios, réplica articulada pela autora deste Ensaio, Miriam Gontijo, então Presidente da Associação Cultural José Martí de Minas Gerais. Ariel Cavalcante redigiu a necessária contestação a Passarinho.

Francisco José Daher Junior discorre sobre impactos dos algoritmos em nossas vidas. Elege Tecnologia, Comunicação e Algoritmos as palavras-chave do Ensaio. Considera fundamental entender o emergente do capitalismo cognitivo e as prioridades, investimentos resultantes desta contemporaneidade. Remete o leitor à matéria do jornal *Valor Econômico*, a propósito da inteligência artificial e sua importância para as empresas. Mas alerta para o perigo da desigualdade social, como os casos de carro sem motorista, serviços de robótica, etc. Culmina com a previsão do neohegeliano da escola de

Frankfurt, Herbert Marcuse, no sentido de que a tecnologia resultaria em “escravidão universal”.

A seguir, lembrando a pesquisa: 1% da população mundial equivale à riqueza de 99% dos restantes (em 2016). E, hoje, a falsa sensação de diminuição das diferenças porque o celular não é mais símbolo de exclusão social, por exemplo. Na verdade, o mapa da fome se agrava. Segue-se definição de algoritmo, acrescido dos objetivos desse mesmo algoritmo. Analisa os “confrontos” entre consciência e inteligência, resistência das consciências ao domínio da inteligência.

Paralelos curiosos com a ficção acompanham as reflexões expostas no Ensaio, para, em outra etapa, o autor concluir que não se deve desprezar o uso do algoritmo, nem seu conhecimento. Busquem-se alternativas. Caso contrário, amplia-se o risco da convivência trágica, mas real, com, por exemplo, indústrias clandestinas de carvão, do sexo, do tráfico, e outras, que geram múltiplas práticas de violência. Miséria humana.

Marcelo Fernando de Lima e Maurini de Souza abordam a peça *Um tiro no coração* (1984), de Oswaldo Mendes, através teoria brechtiana quanto ao teatro dialético.

Não tarda vir à tona lúcida polêmica diante do Realismo Crítico Socialista, estendendo-se ao pensamento de Georgy Lukács, dissidente dos parâmetros stalinistas em presença, por exemplo, do fazer artístico. É citado Adelmo Genro Filho, que diferencia o texto com literariedade, e sua perenidade, diante do meteórico texto jornalístico *carpe diem*, enfatizando o momento: aquele subjetivo, e este mais objetivo. Os dois autores deste ensaio discordam, em parte, do pensamento de Adelmo e, a seguir, lembram a atualidade da proposta de Brecht. Na verdade, penso eu, nada impede que um texto jornalístico contenha literariedade, as crônicas esportivas (futebol, por exemplo) podem ser sim consideradas literárias, e o provo em ensaios e

livros publicados. Também, por outro lado, cabe lembrar que Lukács considera que, no texto literário, a grande carga social, o engajamento “conteudístico” relevante, o compromisso – é a forma. Outra reflexão: o distanciamento brechtiano, no fundo, favorece o oxímoro “o distanciamento mais perto que existe”. E a obra, se de fato meritória, ganha novas roupagens através épocas. De qualquer modo, ao assistirmos a uma peça, ali surgem e se instauram as emoções, “apenas” uma peça. Nosso transporte àquele mundo findou ali. Era teatro. Se houver permanência, no espectador, da problemática, do compromisso (o engajamento de outrora, sartreano) é só (e já é intenso) o que deve mesmo ficar. O resto é teatro. Por isso, em certos casos ignora-se o personagem e permanece o gesto social.

O circunstancial pode ser “aquele” eventual ocorrido de impacto. Mas não impede que o *conflito* (deflagrado na involução) se configure distante da circunstância. Ele, a essência, o drama.

Um Ensaio, este, que se propõe, com talento e fundamentos, ao debate.

Cristina Nunes de Sant’Anna lembra que, em novembro de 2022, completou-se um século da morte do jornalista e ficcionista Lima Barreto (Affonso Henriques), e logo nos remete, através feliz sugestão, à obra (em 17 volumes), de 1956, de autoria do pesquisador e ensaísta Francisco de Assis Barbosa, sempre com o auxílio de Antonio Houaiss e M. Cavalcanti Proença. Ele, o “Chico” Barbosa, que escrevera o célebre e indispensável *A vida de Lima Barreto*, Ed. José Olympio.

Cristina cita os gêneros literários desenvolvidos por L.B., e a 1ª etapa de seu estudo gira em torno do *jornalismo* de L.B., em errância por tantos órgãos de imprensa. O artigo, a seguir, vai introduzindo os diferentes personagens na obra de L.B. para, então, debruçar-se sobre a estilística desse escritor, segundo a autora “mais popular, mais direto e menos rebuscado”, com o

objetivo de “narrativa fácil e direta”. Lembrando que o crítico Silviano Santiago (em 1982) discorda dos pareceres de outros estudiosos e elogia o nosso L.B., fazendo um elo entre escrita (estilo) e tema.

Os capítulos que se seguem abordam a historicidade e o quadro político relativos à época de L.B., ganhando o texto inúmeras citações de renomados historiadores, fatos pertinentes à agitada época de L.B., à virada de século, década de X, até sua morte, em 1922. Afinal, documentado texto sobre a *Memória* de Lima Barreto é a resposta à indagação, proposta pela própria autora ao início de seu Ensaio, sobre o porquê da atualidade do consagrado Lima Barreto.

Luís Gonzaga Belluzzo inicia seu Ensaio com simpática citação de Machado de Assis, que, irônica e ou sinceramente, se dizia perplexo, surpreso e ignorante (o que ignora, é claro) diante das façanhas dos “cientistas” de economia e finanças. Transcrita, a crônica machadiana a respeito é concluída com uma das dissimulações machadianas, adágio seu, circunstancial.

O autor deste Ensaio aborda a Economia Política e sua ordem natural, a partir do consagrado Adam Smith e sua polêmica com Thomas Hobbes, com Smith pregando a despolitização das relações sociais, autonomia da sociedade econômica. A seguir, *Dinheiro, finanças e crises*. O autor Belluzzo “se safá” de Hobbes e opta por John Locke, “o trabalho justifica o direito da apropriação dos bens e das fontes de riqueza: a propriedade é o fundamento da liberdade”. Considerações diversas, teorias e possíveis soluções quanto ao tema proposto (título). A conclusão de Keynes sobre o dinheiro. E Marx e Schumpeter, em suas reflexões em torno, ainda, do dinheiro. E as diferentes (ou similares) reflexões transitam de Aristóteles às épocas mais recentes. Tudo bem exposto com uma obsessiva, mas simples e espontânea didática, para concluir que “tentaram disciplinar

o Espírito Dinheirista para dar curso à boa alma moedeira. O Espírito escapou”.

Maria Luiza Franco Busse inicia seu texto através de considerações pertinentes ao binarismo, antigas reflexões que abrangem os jogos de oposição que contemplam o antitético, o paradoxal, o oximoro, e tanto favoreceram a dialética das contradições: relevantes desde as propostas do Formalismo Russo, que tanto estiveram presentes no advento do Estruturalismo, ambos se voltavam para o fazer artístico. A seguir, proposições quanto à relação literariedade e jornalismo, agora sob influência do fator Tempo (prazos), resultando em duas vertentes básicas: Informação e Conhecimento. Houve época em que o jornalismo se sujeitava ao domínio dos prazos. Com o passar dos anos, porém, o preciosismo perde seu espaço, prevalecendo o modo digital. A partir da década de 1980, assiste-se, após o ultrapassado Page Mark, a retomada dos espaços narrativo e do conhecimento.

A criação, no jornalismo, cede lugar à habilidade de técnicos, o indivíduo operacional é descartável, prescindindo do sujeito: a tecnologia não é fim, mas meio, o suporte *on-line* favorece reflexões, amplia o conhecimento sem impor espaço limitado, como ocorre nos veículos impressos. Aquele binarismo que abriga opostos, o isto ou aquilo, sem visitar o conhecimento, acaba por favorecer abordagem pedagógica em torno de informação e conhecimento, sem afastar o saber do conhecimento. Isto é, a contradição envolve-se com a dialética inerente. O sujeito prevalece sobre a máquina, como essência dessa pedagogia. Segue-se exemplificação, com o gato “usando” as teclas da máquina (como surgiria o dos vocábulos oferecidos à máquina resultando em soneto). Enfim, lembra-se que espaço *online* abriga jornalistas com repertório consistente. Eficaz. Pedagogia que evidencia o sujeito em seu potencial criativo.

Repertório consistente pressupõe pensamento crítico, inse-

paráveis. Por outro viés, texto ampliado se diferencia de texto longo. Não ser prolixo é saber enxugar a escrita, “bem suprimir palavras”, virtude apregoada por Carlos Drummond de Andrade. Períodos telegráficos, virtude. A oralidade é mais “solta” que a escrita e necessita, não raro, de certos impactos, pausas estratégicas; a escrita é despojada, a oral um tanto performática (sem excessos teatrais). A seguir, um resumo do que é básico para a Pedagogia do humano em tensão com o universo da tecnologia.

A visão de apocalípticos e integrados. Este maniqueísmo revela predominância dos integrados, que “usam discursos apocalípticos para propagar suas certezas”. Exemplo: “*e-mail* é coisa de velho”. Segue-se constatação de que o sujeito é sempre o protagonista. A definição de Tempo é ilustrada com citação de Charles Baudelaire, e a lembrança de Einstein nos remete à relatividade da percepção humana sobre o universo, e a um alerta aos físicos e cientistas quanto ao futuro da humanidade (era época do nazifascismo).

Encerra-se o Ensaio com oportuna citação do filósofo da linguagem, existencialista Jean-Paul Sartre em sua ontologia “para o outro”, em que sempre prevalece a existência sobre a essência, lembrando a diferença do pensamento entre cientistas e cientistas intelectuais sobre a bomba atômica. Máxima da sabedoria chinesa contempla o encontro jornalístico abrangendo informação e conhecimento.

Elza Aparecida de Oliveira Filha aborda os elos entre as atividades jornalísticas de hoje e a educação midiática. Povo bem educado midiaticamente avaliará melhor os efeitos que as informações podem causar na sociedade. A autora estabelece quatro seções reflexivas: influências da internet, o jornalismo mapeando as crises que podem envolvê-lo, a educação midiática, e, afinal, a relevância social que caracteriza o jornalismo.

Seguem-se considerações que conduzem ao sistema de desinformação e às causas das *fake news* (termo ao gosto dos po-

líticos). Constata, e confirma, vivermos era de transtorno da informação, citando fator de tal desordem. Cita práticas que causam “dano baixo”, como paródias e sátiras, e as que causam “dano alto”, como o conteúdo manipulado. Analisa a mensagem e o intérprete, os algoritmos. E se vale das propostas da filósofa Marilena Chauí quanto às limitações do espaço público em benefício do privado, afetando o conceito de democracia e denunciando a propriedade dos meios de comunicação por parte das elites dominantes, além de colocar a “ideologia da competência” como causadora de lamentável divisão social. Em sequência, Elza Aparecida aborda questões que envolvem os direitos (como a liberdade de expressão) e a esfera midiática.

As crises do jornalismo hoje relacionadas, em parte, às tecnologias digitais e o caos internacional gerado. Entre elas, a preocupante “crise de credibilidade” junto ao público e às autoridades. Iniciativas buscam recuperar tal confiança, mas, no Brasil, ainda persistem posturas partidarizadas na imprensa. Em etapa específica, a educação midiática, seus riscos e suas virtudes, e as dificuldades para implantação em nosso país. A ênfase em tensionar a educação midiática com “objeto de estudo”: resultará em melhor capacidade de crítica diante da informação. Síntese da importância de tal educação.

Concluindo, os esforços para ampliar processos educativos e meios que permitam melhor distinguir entre o real e o falso. Vencer a desinformação e seus obstáculos. Tudo para a preservação do próprio jornalismo e da democracia. Básicos: livre acesso às informações e garantia da liberdade de expressão.



NOTA IMPRENSA

A imprensa, sempre, tem sido uma das principais fontes de informação para o cidadão. Mas, a mídia também tem sido uma das principais fontes de informação para o cidadão. A imprensa, sempre, tem sido uma das principais fontes de informação para o cidadão. Mas, a mídia também tem sido uma das principais fontes de informação para o cidadão. A imprensa, sempre, tem sido uma das principais fontes de informação para o cidadão. Mas, a mídia também tem sido uma das principais fontes de informação para o cidadão.

APRESENTAÇÃO

De repente, não mais que de repente, fez-se o Selo ABI. A poética se aplica, mas nem tanto. O lançamento deste primeiro livro do Selo ABI, em formato *e-book*, é resultado do melhor do desejo obstinado do gosto pelo debate e circulação de ideias, sobretudo, pelo esforço de colegas que acreditaram no projeto, oferecendo tempo e reflexão para que fosse realizado.

Foi promessa de campanha da Diretoria de Cultura. O objetivo: reunir as consistentes contribuições progressistas de jornalistas que passam a vida mergulhada no mundo, por dever de ofício e compreensão da responsabilidade que é informar com base na realidade dos acontecimentos, para que a sociedade elabore as próprias considerações. Missão difícil e arriscada, mas desde sempre embutida na escolha do exercício profissional.

Jornalismo é parte das mais belas atividades do fazer da Política, dimensão sobre a qual se desenrola o processo civilizatório que conhecemos como a possibilidade de administrar diferenças e conflitos. Nesse caso, é orgânica a implicação de Política e Verdade. Isso significa que, quando a Política sai de cena, a Mentira toma o protagonismo e a Verdade, quando muito, é relegada à condição de mera coadjuvante. Não é exagero afirmar que Verdade e Política são as mãos que realizam o Jornalismo, afirmação problematizada pela ética individualizada ignorante do coletivo. Pois é a revivência da Ética, da Verdade e da Política que este livro, *Múltiplas vozes: perspectivas jornalísticas*, se dispõe a trazer à evidência.

Nesta caminhada, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) encontrou-se com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), com cuja editora dividimos esta publicação. Duas grandes instituições em uma publicação que tem como intuito participar da vida pública do país, em todo e qualquer momento

em que a falsa informação queira sobrepor-se, em quaisquer meios, à comunicação responsável e que sustenta a democracia.

E não estão sozinhas. Para clarear ainda mais a que veio, este livro recorre a dois textos: o primeiro, excertos do panfleto político escrito por Bertolt Brecht, distribuído ilegalmente na Alemanha em 1934, um ano após a tomada de poder por Hitler: *Cinco dificuldades no escrever a verdade*.

O segundo, artigo *Duas ou três coisas sobre a verdade*, do professor Antônio Amaral Serra, emérito do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, publicado há 34 anos (1989), no livro *Jornalistas pra quê?*, produzido e editado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, com a reprodução, na íntegra e autorizada, dessa “ajuda dos universitários”. Os textos desta publicação não são, necessariamente, inéditos, alguns já foram publicados em outras mídias. Desejamos boa leitura e longa vida ao Selo ABI!

Maurini de Souza

Diretora de Comunicação da UTFPR

CINCO DIFICULDADES NO ESCREVER A VERDADE*

Bertolt Brecht

Quem, nos dias de hoje, quiser lutar contra a mentira e a ignorância, e escrever a verdade, tem de superar ao menos cinco dificuldades. Deve ter a coragem de escrever a verdade, embora ela se encontre escamoteada em toda parte; deve ter a inteligência de reconhecê-la, embora ela se mostre permanentemente disfarçada; deve entender da arte de manejá-la como arma; deve ter a capacidade de escolher em que mãos será eficiente: deve ter a astúcia de divulgá-la entre os escolhidos. Estas dificuldades são grandes para os escritores que vivem sob o fascismo, mas existem também para aqueles que fugiram ou se asilaram. E mesmo para aqueles que escrevem em países de liberdade burguesa.

1. A CORAGEM DE ESCREVER A VERDADE

[...] Desagradar os proprietários quer dizer renunciar à posse de bens. Renunciar ao pagamento de determinado trabalho significa, em certas circunstâncias, renunciar ao trabalho. Recusar a glória dos potentados quer dizer renunciar de vez à glória. Isto requer coragem. [...] Se falam de raças inferiores e superiores, então é corajoso perguntar se não é a fome, a ignorância e a guerra que provocam deformações graves.

Também é preciso ter coragem para falar a verdade sobre nós mesmos, sobre os vencidos. Muitos dos que estão sendo perseguidos perdem a capacidade de reconhecer seus erros. [...] Os

(*) Excertos de Bertolt Brecht.
Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/brecht/1934/mes/verdade.htm>.

perseguidores, porque perseguem, são os maus, e os perseguidos terminam caçados por causa de sua bondade. Mas essa bondade foi derrotada, impedida, vencida. Então era uma bondade fraca, uma bondade ruim, insustentável, desmerecedora de confiança. Porque não é admissível aceitar a fraqueza como parte intrínseca da bondade, assim como se constata a umidade na chuva. Dizer que os bons são vencidos, não porque sejam bons, mas porque são fracos, isto requer coragem. [...]

2. A INTELIGÊNCIA DE RECONHECER A VERDADE

[...] Já não é fácil decidir qual a verdade que merece ser dita. [...] Não podem descobrir a verdade. Faltam-lhes conhecimentos. Estão cheios de velhos preconceitos, de famosos preconceitos já formulados de maneira bonita em tempos antigos. O mundo é demasiadamente complicado para eles. Não conhecem os fatos e não enxergam as conexões. Além da convicção, são necessários conhecimentos que podem ser adquiridos e métodos passíveis de ser apreendidos. É necessário, para todos os escritores, nessa época de grandes complicações e grandes alterações, conhecer a dialética materialista, a economia e a história [...].

3. A ARTE DE TORNAR A VERDADE MANEJÁVEL COMO UMA ARMA

[...] Fascismo não é nenhuma catástrofe da natureza e pode, portanto, ser explicado pela “natureza” do homem. [...] Quem quiser fazer uma análise sobre o fascismo e a guerra, apesar de que grandes catástrofes não são catástrofes da natureza, tem que argumentar com verdades práticas. Tem que mostrar que as grandes catástrofes são preparadas pelos proprietários dos meios de produção, para grandes massas humanas que não os possuem [...].

4. A CAPACIDADE DE ESCOLHER AQUELES EM CUJAS MÃOS A VERDADE SE TORNA EFICIENTE

[...] Para o escritor, é importante encontrar o tom da verdade. Geralmente, o que se ouve é um tom muito manso e lamentoso, de pessoas que não podem fazer mal sequer a uma mosca. Quem escuta esse tom e está na miséria, torna-se ainda mais miserável. Assim falam pessoas que talvez não sejam inimigas, mas que certamente não são companheiros de lutas. A verdade é combativa [...].

5. A ASTÚCIA DE DIVULGAR A VERDADE ENTRE MUITOS

[...] Numa época como a nossa, de opressão, onde ainda vigora a exploração de uma parte da população pela parte menor, é necessário, para a continuidade desse domínio, determinado comportamento da população, que deve abranger todos os terrenos. [...] Os dominadores têm antipatia por mudanças acentuadas. Gostariam que tudo ficasse imutável, de preferência por mil anos.[...] Uma consideração que acentue bem o transitório é um bom meio para encorajar os oprimidos. Ao mesmo tempo, é importante mostrar aos vitoriosos que, em tudo, em cada coisa, em cada acontecimento, existe uma contradição que se manifesta e cresce inexoravelmente.

DUAS OU TRÊS COISAS SOBRE A VERDADE

Antônio A. Serra

Qualquer discussão sobre a Ética no jornalismo remete a duas outras dimensões fortemente problemáticas – a da Verdade e a da Política. Dimensões na maior parte das vezes ambíguas e mesmo contraditórias, mas às quais a prática jornalística necessariamente se refere (quando não as recalca), ora oscilando numa difícil escolha de fidelidades, ora buscando o que parece impossível – harmonizá-las.

De fato, os impulsos originais da Verdade e da Política aparecem como distintos. A busca e a servidão que a Verdade impõe dizem respeito a uma proposta de subordinação do discurso àquilo que é. Ou seja: seguir a Verdade é aceitar, acatar, reconhecer ou ressaltar algo que existe independente de mim. Um real que se impõe, a despeito de meus desejos, paixões, interesses ou mentalidade e que teria uma força própria, uma “luminância” autônoma, que ao mesmo tempo nos atrai e ofusca, seduz e queima.

A Verdade, tanto em sua formulação abstrata como em sua premência factual, remete a uma ultrapassagem do subjetivo, seja pela “coerção” lógica (dados certos pressupostos, segue-se a inevitável conclusão), seja pelo inequívoco dos fatos (contra fatos, não há argumentos, costuma-se dizer).

A Política, por sua vez, se a entendermos neste sentido extenso da convivência (ou hostilidade) humana, da Cidade como

espaço antropológico, envolve, ao contrário, um universo onde o relevante são os sujeitos e seus discursos, os sujeitos, exatamente com suas paixões, interesses e percepções próprios, seus discursos com opiniões forjadas para dar conta de suas estratégias, jogos e barganhas de sobrevivência.

A essência da Política é a ação, e como tal, estamos diante de uma intervenção exclusivamente humana e irreversível. Ao agir, o homem produz conhecimentos, fatos, que não podem ser suprimidos ou revertidos, exceto pelo Super-Homem ao voltar no tempo e salvar Miriam Lane, ou por Josué paralisando o Sol.

No entanto, o significado pleno da ação humana dependerá dos discursos, na medida em que são eles que a registram, que a memorizam, que a interpretam, julgam ou valorizam. Ou a “suprimem”. Eis por que, na contundente observação da Hannah Arendt, “a capacidade de mentirmos – mas não necessariamente a de dizermos a verdade – é dos poucos dados óbvios e demonstráveis que confirmam a liberdade humana”. Isto é, a mentira deliberada não é um “erro”, uma “ilusão” ou uma opinião insuficiente, mas uma ação, pois consiste numa forma de intervenção humana no plano do discurso e que atinge diretamente os fatos.

Ora, o espaço político traduz esta ambiguidade própria da ação, onde a mentira se torna um procedimento como que “natural”, não poucas vezes invocado em nome da “segurança” ou da “eficácia”. A ponto que se pode chegar a um sistema amplo e minucioso de um mentir organizado e que obtém uma legitimidade pública geralmente catastrófica. Mais dramático ainda é que, enquanto o “homem da verdade”, por sua rendição ao que é, parece paralisar-se, impotente, o mentiroso é um homem de ação, que claramente exerce sua liberdade.

A prática jornalística é, por tudo isso, perigosa – e não apenas em situações abertamente repressivas, mas em sua natureza mesma. Pois o jornalismo se propõe a dizer o que é o político. Propõe-se, assim, a ser, por um lado, uma “voz” a serviço da Ver-

dade, e, por outro, um narrador de um nível da realidade que é ambíguo e mutável – sobretudo que envolve as ações, com sua rebeldia à evidência lógica ou factual.

Para compreendermos mais profundamente essa tensão própria do jornalismo, teríamos que recuar ao que considero sua fonte mais arcaica – a história. Ao tomarmos as motivações que levaram à produção dos historiadores clássicos – Heródoto, Tucídides, Tácito –, veremos que sua paixão era justamente enfrentar esta teia complexa e ambígua das ações humanas, mas enfrentá-las em nome da Verdade.

O que Heródoto se propõe a fazer é uma história, palavra que significa, então, “expor as informações”, e que se liga a outras, como histôr (“juiz de uma contenda”, “testemunha”) ou oída (“eu sei porque eu vi”).

É como testemunha e pesquisador que ele se lança à recuperação dos fatos que marcaram a vida de inúmeros povos e à lógica que levou à guerra de gregos e persas. Escreveu, para que “não chegue a desvanecer-se com o tempo a memória dos fatos públicos dos homens, menos ainda a obscurecer as grandes e maravilhosas façanhas, tanto dos gregos como dos bárbaros”.

Ou seja, ser testemunha e pesquisador dos fatos humanos exige, no meio das contradições políticas, valorizar os feitos “tanto dos gregos como dos bárbaros”. E, para tanto, dispor-se a uma observação e avaliação paradoxalmente pessoal, pois somente uma independência do sujeito poderá garantir a aproximação entre a Verdade e o Político, ou seja, a objetividade.

É nesse sentido que o jornalista vive seu risco. Porque sabe que seu objetivo, a Política, é multívoco, e revestido de discursos, muitas vezes de mentira. E porque sabe que a Verdade raramente se oferece nua e fulgurante a seu olhar demasiadamente humano. Mas é então que ele pode perceber que sua ação como jornalista consiste justamente em fazer desta modesta “pesquisa” uma oportunidade de recuperar, fugazmente que seja, a Verdade na

Política. E a simplicidade deste ato – dizer o que é – torna-se um momento vital e resplandecente para a experiência humana.

Afinal, foi desse papel, humilde, arriscado e um tanto solitário, que Heródoto se imbuiu: “Se eu devo exprimir uma opinião que me fará ser mal visto pela maioria das pessoas, desde o momento em que ela me apareça conforme a verdade, não hesitarei em fazê-lo! Meu dever é de tornar conhecido o que se diz, mas isto não implica em absoluto que tal seja o que acredito! E isto é válido para toda a minha história”.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA COMO AGENDA ESTRATÉGICA PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Ângela Carrato¹



Depois de combater, por décadas, o Partido dos Trabalhadores (PT) e sua principal liderança, Luiz Inácio Lula da Silva, a mídia corporativa brasileira tinha tudo para alterar sua postura. Os mais de 60 milhões de votos recebidos por Lula no segundo turno das eleições de 2022 – o melhor resultado obtido por um candidato à presidência desde a redemocratização – poderiam significar um tempo novo para este relacionamento. Lula não só deu provas de capacidade absoluta de superação de toda a perseguição e entraves que esta mídia lhe impôs, como de forte sintonia com os interesses da população brasileira. Quem conhece como esta mídia atua, no entanto, sabe que dificilmente isso acontecerá. Razão pela qual o terceiro governo Lula não pode ficar à mercê dos humores e interesses deste setor.

Ao contrário das grandes democracias no mundo, o Brasil é o único país em que a mídia corporativa – especialmente o rádio e a televisão – funciona sem qualquer tipo de regulação. Os concessionários se sentem “donos” destes veículos e os utilizam como armas de combate aos governos progressistas. Se esse é um problema histórico, a ele se soma o recente poder das plataformas, por onde circulam mentiras (*fake news*)² que têm colocado em xeque a democracia não só aqui, como em países onde sempre foi considerada estável. Com a comunicação manipulada, enviesada ou mesmo interdita, o que acaba em risco é a própria democracia.

O objetivo deste artigo é, a partir da nova realidade política desenhada pelas urnas, explorar algumas das possibilidades que o terceiro governo Lula terá para enfrentar o poder dessa mídia. É importante destacar que, se em gestões petistas anteriores, perdeu-se a oportunidade de democratizar a comunicação, a nova realidade envolve complexidades e desafios ainda maiores, mas que não podem ser postergados.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira é traçado o atual cenário da comunicação no país, com os atores sendo

1. Jornalista, doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

2. Mesmo havendo quem faça distinção entre mentira e seu equivalente em inglês, *fake news*, aqui o termo será utilizado como sinônimo.

delineados, bem como o papel que desempenham e os desafios que representam à democratização do setor. Na segunda parte é feita a contextualização histórica, necessária para se entender como apoiar, defender e participar de golpes tem sido parte integrante do *modus operandi* da mídia corporativa brasileira. Na terceira parte são exploradas algumas das possibilidades que o novo governo terá para implementar uma agenda estratégica com vistas à democratização da comunicação. Se antes a mídia brasileira era entendida como os grupos nacionais, agora, a presença das grandes corporações internacionais de tecnologia se constitui em novo desafio, com as mentiras e discursos de ódio que circulam por suas plataformas, precisando ser combatidos e criminalizados.

A título de conclusão, o artigo deixa patente como a comunicação pública é de fundamental importância para o novo governo Lula. Abordada *en passant* durante a campanha eleitoral, ela compôs um dos grupos da Equipe de Transição, e precisa – e deve – ser encarada como desafio central para os próximos anos.



Arquivo Instituto Lula

A MÍDIA QUE O BRASIL TEM

O Brasil dispõe de uma mídia diversificada e capaz de atender às necessidades de informação da população. São 99 diários impressos³, meia dúzia de revistas semanais, cinco grandes redes nacionais de televisão, milhares de emissoras de rádio, entre comerciais e comunitárias, e uma cobertura de internet que chegaria a todas as regiões. Se as aparências costumam enganar, no caso da mídia brasileira o engano é ainda maior.

Tanto os jornais impressos quanto as revistas semanais estão com suas tiragens em queda, e nada indica que a situação possa ser revertida. As maiores tiragens entre os jornais não são de publicações como *O Globo* ou *Folha de S. Paulo*, mas dos chamados jornais “populares”, baseados na fórmula “crime, futebol e sexo”. Em 2021, a circulação dos jornais impressos como um todo caiu 12,8%, ao mesmo tempo em que a digital subiu 5,8%, reproduzindo uma tendência que se verifica na maioria dos países⁴ (YAHYA, 2022a).

Mais grave ainda é o quadro das revistas impressas, cuja tiragem, em 2021, caiu 28% e a digital retraiu 21%. A revista *Veja*, que teve, no passado, uma das maiores tiragens do planeta, imprimindo mais de um milhão de exemplares por semana, terminou 2021 com 92.850 cópias em papel, em média, por edição⁵ (YAHYA, 2022b).

Em 2021, pela primeira vez, a internet superou a televisão como o veículo mais utilizado pelos brasileiros para se informar. Segundo levantamento do *PoderData*, 43% dos brasileiros, agora, se atualizam pela web – 22% por redes sociais e 21% por sites e portais. Já a televisão é o meio mais frequente usado por 40% das pessoas para buscar informação. O rádio é a escolha de 7%,

3. Para detalhes envolvendo nomes e localização destes jornais, acessar o Portal da Associação Nacional de Jornais (ANJ) pelo link: www.anj.org.br. Acesso em: 5 nov. 2022.

4. Jornais em 2021: circulação impressa cai 12,8%; digital sobe 5,8%. Para maiores detalhes, acessar o Portal Poder 360.

5. Para mais detalhes, acessar o portal: <https://www.poder360.com.br/economia/revistas-em-2021-impresso-cai-28-digital-retrai-21/>. Acesso em: 10 out. 2022.

enquanto 8% disseram preferir outros meios e 2% preferiram não responder⁶ (ROSCOE, 2021). É importante destacar, ainda de acordo com a pesquisa, que as redes sociais são a fonte de informação mais frequente para 35% dos jovens entre 16 e 24 anos. Entre os de 65 anos ou mais, a TV é a preferida de 65%. Como a pesquisa foi realizada por meio de ligações para telefones celulares e fixos, a margem de erro pode ser maior do que os previstos dois pontos percentuais, indicando a possibilidade de empate técnico entre web e TV, quando se trata da preferência dos brasileiros ao se informar. Seja como for, o cenário aponta para mudanças.

Em termos de redes comerciais de TV, o Brasil conta com cinco principais: *Globo*, *Record*, *Bandeirantes*, *SBT* e *Rede TV!*. Elas, no entanto, estão longe de serem as únicas. Outras 37 disputam a audiência dos brasileiros, sendo que, entre estas, prevalecem desde emissoras de cunho religioso (evangélicas e católicas), fundações mantidas por governos estaduais (*TV Cultura* e *TV Minas*), emissoras de interesse público (*TV Senado*) até uma emissora pública (*TV Brasil*)⁷. Ao todo, estão em operação no território nacional 545 estações geradoras e 13.630 estações retransmissoras de TV⁸. É a *Record*, do empresário-bispo Edir Macedo, a rede que possui o maior número de geradoras, 131, seguida de perto pela *Globo*, com 122. Quanto à população atingida, a *Globo* se mantém na liderança, chegando quase totalidade da população brasileira (203.499.959 habitantes), seguida pela *Record* (192.613.721 habitantes)⁹.

Além da radiodifusão aberta, o Brasil conta, desde 1989, com televisão por assinatura (TV paga, TV fechada ou televisão por subscrição). Ela surgiu no país antes mesmo da primeira TV pública nacional, a *TV Brasil*, criada apenas em 2007. O objetivo das TVs por assinatura era ampliar a oferta de opções para os telespectadores, mas o setor nasceu praticamente monopolizado pelas empresas *NET*¹⁰ e *SKY*¹¹. Em setembro de

6. Para um maior aprofundamento, acessar: <https://www.poder360.com.br/midia/internet-e-principal-meio-de-informacao-para-43-tv-e-preferida-de-40/>

7. A relação completa da lista de redes de televisão no Brasil pode ser encontrada no portal da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Disponível em: <https://www.gov.br/anatel>. Acesso em: 10 out. 2022.

8. As geradoras são aquelas que produzem e veiculam programação própria, enquanto as retransmissoras, como o nome indica, têm autorização para repetirem apenas programação do grupo ao qual se encontra afiliada.

9. Idem.

10. Fundada pelo Grupo Globo, a empresa de telecomunicações brasileira passou por uma série de integrações e fusões, sendo, a partir de maio de 2022, renomeada Claro TV+, tornando-se uma subsidiária da Claro S.A, propriedade da América Móvil, do bilionário mexicano Carlos Slim Helú, que atua no continente americano e na Europa em áreas tanto de televisão digital quanto de telefonia fixa, móvel, mídia digital e internet das coisas. Para mais detalhes, consultar o site: www.americamovil.com.

11. Sky Group Limited é um conglomerado britânico de mídia e telecomunicações, que é uma divisão da Comcast, com sede em Londres, na Inglaterra. Fundada pelo magnata das comunicações, o australiano naturalizado inglês Rupert Murdoch, ela atua em diversas partes do mundo. Para mais detalhes, consultar: www.sky.com.

2011, o Brasil chegou a quase 11,9 milhões de domicílios com TV por assinatura¹². No mesmo mês, a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei n.º 12.485, através da qual as operadoras de telefonia passaram a poder oferecer serviços de TV por assinatura, com o estabelecimento de novas cotas para conteúdo nacional. Em outubro de 2014, o Brasil registrou 19,65 milhões de assinantes de TV por assinatura. De 2014 até 2020, a TV por assinatura perdeu cinco milhões de signatários. Entre as razões para a perda, as empresas apontam a pirataria, a crise econômica e o desemprego. No entanto, especialistas no assunto destacam outros motivos para o cancelamento das assinaturas: “pacotes caros, canais inúteis impostos na marra, intervalos intermináveis, muitas reprises e programas ruins” (FELTRIN, 2020).

Num quadro como esse, o rádio poderia ser uma alternativa de informação, especialmente quando se sabe que mais de cinco mil emissoras, entre FM e AM, estão ativas no país. Não é o que acontece. Além das principais emissoras estarem nas mãos dos mesmos grupos que controlam as TVs, as mais ouvidas pertencem a igrejas neopentecostais, ou, até muito recentemente, alinhavam-se à extrema-direita. É o caso da *Jovem Pan*. Um dia após a vitória de Lula, o empresário Antônio Augusto Amaral de Carvalho Filho, o “Tutinha”, proprietário do grupo, demitiu quase toda a equipe de comentaristas e jornalistas da emissora. Oportunismos à parte, nada indica que a mudança seja para valer.

Tanto na rádio *Jovem Pan* quanto na revista *Veja*, se encontravam, ao longo dos últimos anos, alguns dos jornalistas que mais ofensas pessoais e calúnias dirigiram ao ex-presidente Lula, aos petistas e à esquerda. No final de 2021, a *Jovem Pan TV* foi lançada em canal aberto. Desde então, a emissora se posicionou como um dos bastiões da extrema-direita, dando espaço para comentaristas e colunistas que apoiavam Jair Bolsonaro. Diante da derrota do presidente, a direção da emissora começou a or-

12. Esse dado e os seguintes foram fornecidos pela Associação Brasileira de Tv Por Assinatura (ABTA) e estão disponíveis no site da entidade: www.abta.org.br.

ganizar a reformulação. Mesmo assim, as denúncias de “censura” feitas em editorial por Tutinha¹³ tiveram o apoio de entidades patronais como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel) e a *CNN*, cuja franquia brasileira é do empresário bolsonarista Rubens Menin. Em 2021, Menin passou a controlar também a emissora de rádio de maior audiência em Minas Gerais, a *Itatiaia*¹⁴.

Situação complexa igualmente experimentam as rádios comunitárias. Suas quase cinco mil emissoras apresentam um panorama diversificado, com rádios que efetivamente cumprem o papel para o qual foram criadas, e outro tanto que passou a integrar o que se conhece como “coronelismo eletrônico de novo tipo”¹⁵, aprisionadas por interesses conservadores. Uma das mais importantes denúncias sobre a desinformação reinante no país foi feita pela direção da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (Abraço), ao enfatizar que mais de dois mil municípios experimentam um verdadeiro “apagão de informação”¹⁶. Vale dizer: não dispõem de qualquer veículo local de comunicação.

A situação se torna mais grave ainda quando a ela se somam as mentiras que passaram a circular, praticamente sem controle, pelas principais plataformas tecnológicas. Plataformas que fazem parte, majoritariamente, do conglomerado formado por cinco corporações estadunidenses (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft), conhecidas pelo acrônimo GAFAM. As mentiras se encontram entre as responsáveis diretas pelos problemas que a democracia no Brasil tem enfrentado nos últimos anos.

Por tudo isso, se a vitória do ex-presidente Lula significou um momento singular e da maior relevância para o país, ela, por si só, está longe de apontar para uma nova realidade no setor de mídia. Desde 2013, quando ocorreu a primeira leva de protestos contra o governo progressista de Dilma Rousseff, o país vive aos sobressaltos. Coube à mídia corporativa ocupar a

13. Sob censura. Editorial da rádio Jovem Pan, 19 de out. 2022.

14. A transação foi anunciada pela própria emissora e foi notícia em vários veículos da imprensa mineira e nacional, a exemplo do jornal *Estado de Minas*, em 12/05/2021. Mesmo o valor da transação não tendo sido informado, segundo fontes ligadas ao empresário, o negócio girou em torno de R\$ 122 milhões.

15. O conceito é dos pesquisadores Venício A. Lima e Cristiano Aguiar Lopes e foi desenvolvido em trabalho pioneiro de 2007. O conceito aborda a intensa utilização política das outorgas destas rádios a padrinhos políticos. Para um aprofundamento, acessar a pesquisa *Coronelismo eletrônico de tipo novo (1999-2004)* – As autorizações de emissoras como moeda de barganha política. PDF: Disponível em: [researchgate.net](https://researchgate.net/publication/311111111). Acesso em: 10 out. 2022.

16. Como enfrentar o “deserto de informação”? Entrevista do presidente da Abraço, Gerônimo Santos, à autora no Programa Toque do Coletivo Alvorada, 24 ago. 2022. Disponível em: [YouTubeColetivoAlvorada](https://www.youtube.com/watch?v=...).

linha de frente ao jogar amplas parcelas da população contra o governo. O quadro apresentado pelos principais veículos foi essencial para dividir os brasileiros, fomentar o antipetismo e a polarização política. A cobertura que a *TV Globo*, através do *Jornal Nacional*, fez de operações como a Lava Jato, esteve no centro desse processo¹⁷. Ela deu o tom que acabou sendo seguido pelo restante da mídia corporativa. Até o momento, mesmo a corrupção e os desmandos praticados pela Lava Jato contra o ex-presidente Lula tendo vindo a público, através da série de reportagens #VazaJato, publicada pelo *The InterceptBr*, e todos os processos contra ele tendo sido anulados, nem a *Globo* ou qualquer outro veículo fizeram a devida autocrítica.

A profunda crise econômica e os graves problemas sociais que o país enfrenta chegaram a pautar, muito recentemente, notícias e reportagens, em contraste com o que esses mesmos veículos faziam até então. No último debate entre os candidatos à presidência, na *TV Globo* (28/10/2022), por exemplo, o âncora William Bonner, mediador do evento, ouviu novas críticas e denúncias de Bolsonaro contra a emissora e seus patrões. Já o ex-presidente Lula se mostrou cordial, e elogiou a emissora pela realização do debate. Se o *Grupo Globo*, o maior do país, sempre teve fortes divergências com Bolsonaro na chamada “pauta de costumes”, nem os seus proprietários, os irmãos Marinho, e nem os demais “barões” da mídia jamais abriram mão da defesa da pauta neoliberal em se tratando da economia. Materializada no documento “Ponte para o futuro”¹⁸, esta pauta esteve na origem do golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, na perseguição que se seguiu ao PT, culminando com a prisão política do próprio Lula, e continua prioritária para essa mídia.

Nos últimos anos, entraram em cena sites e portais independentes de notícias (*Brasil 247*, *DCM*, *GGN*, *Diálogos do Sul*, *Viomundo*, *Tutaméia*, *Jornalistas Livres*, entre outros), alguns contando com as chamadas pós-TVs ou Web-TVs. Cumpriram

17. Este assunto está minuciosamente estudado por Ângela Carrato, Eliara Santana e Juarez Guimarães, em: *Jornal Nacional*, um projeto de poder. A narrativa que legitimou a desconstrução da democracia brasileira. Editora Comunicação de fato, 2021.

18. Documento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que pode ser considerado como o programa de governo do vice-presidente Michel Temer, que assumiu o poder após o golpe parlamentar, jurídico, midiático contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2013. Nele, a palavra de ordem é economizar e cortar gastos públicos. A íntegra do documento pode ser acessada em: www.12.senado.leg.br.

significativo papel de resistência durante os governos Temer e Bolsonaro, e também durante a recente campanha eleitoral. Levaram voz e vez a setores e segmentos sociais historicamente alijados pela mídia corporativa e a seus representantes políticos. Financiada diretamente por contribuições do público e monetização dos canais, um desafio crucial que este setor enfrenta é o de depender das *big techs* para divulgar o que produz.

Pelo exposto, entende-se que o Brasil de hoje é bem diferente de décadas anteriores, quando as grandes empresas nacionais de comunicação controlavam quase toda a informação que circulava no país. Mas é inegável que essas empresas têm muito da responsabilidade pelos problemas enfrentados pela sociedade brasileira, a começar pelo desconhecimento que se tem do país e dos reais problemas nacionais. Basta lembrar que a corrupção, pelo menos desde os anos 1950, vem sendo apresentada como o “grande problema nacional”, em lugar do verdadeiro, que é a desigualdade social. Some-se a isso que, na perspectiva das grandes empresas de mídia, existe apenas a região Sudeste, a capital federal e uma parte do Sul. A política restringe-se aos interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Os interesses do cidadão comum, da massa trabalhadora, são ignorados, quando não manipulados contra políticos e políticas progressistas. Entender como esse processo se constituiu e se mantém é fundamental. Esse assunto será tratado na sequência.



MÍDIA E GOLPISMO NO BRASIL

O comprometimento da mídia corporativa brasileira com os setores conservadores fica visível em crises como as que levaram ao suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954; nas manifestações golpistas contra a posse de Juscelino Kubitschek, entre 1955 e 56; nos episódios que antecederam a posse de João Goulart, em 1961; e no golpe militar que depôs o próprio Goulart, em 1964. A maioria dos veículos de então apoiou entusiasticamente a chegada dos militares ao poder, e um deles, a *TV Globo*, se estabeleceu e cresceu com apoio dos militares e funcionando como uma espécie de porta-voz dos setores armados e dos grupos econômicos dominantes nacionais e internacionais. Foi em anos recentes, no entanto, que a atuação golpista por parte dessa mídia apresentou a face mais nítida.

Como existe razoável bibliografia envolvendo a atuação da mídia brasileira nos governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e nos anos da ditadura, considero importante e necessário, para os efeitos deste artigo, concentrar a análise nas diferenças e eventuais semelhanças entre as realidades anteriores e a atual. Daí uma pergunta a se impor: como se chegou à situação de uma mídia tão desregulada, tão antidemocrática, tão antipopular e tão antinacional como a existente no Brasil?

É tradição nas democracias ocidentais, a mídia dar trégua de 100 dias a qualquer novo governo. No Brasil, na segunda-feira, 31 de outubro de 2022, horas depois de anunciado o resultado da eleição, o jornal *Folha de S. Paulo* estampava na primeira página, o editorial “Ao centro, Lula”. Além de advertir ao vitorioso que o seu sucesso se deveu à “rejeição de metade do eleitorado ao seu opositor”, explicitamente o pressionava, sugerindo que adotasse

as medidas econômicas colocadas em prática pelo ministro da Economia do governo derrotado.

O editorial afirmava que:

Promessas de mais gastos públicos e intervencionismo decerto podem agradar a ideólogos do partido e militantes, mas afugentam os estratos que têm os olhos voltados para a liberdade econômica, o empreendedorismo e a contenção da carga de impostos. Já passa da hora de reconhecer que a agenda liberal dos últimos anos trouxe avanços duradouros (AO CENTRO, 2022, p. 2).

O editorial pedia, ainda, que Lula “rompa com velhas doutrinas estatistas” e enfatizava que “é o candidato opositor que está obrigado a dizer o que pretende mudar ou preservar na economia”. É importante assinalar que foi essa agenda liberal a responsável pelo retorno do Brasil ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU), pelos elevadíssimos índices de desemprego e subemprego, pela retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, além de privatizações de empresas estatais a preço de banana. A explícita tentativa de chantagem política feita pelo diário paulista foi antecedida por ações de semelhante teor por parte dos demais veículos da mídia corporativa.

Porta-voz da família Marinho, Merval Pereira, em coluna publicada no jornal *O Globo*¹⁹, três semanas antes do primeiro turno das eleições, revelou a estratégia a ser adotada pela mídia, após não ter obtido sucesso na criação de uma candidatura de “terceira via”. Lamentando não haver mais tempo para crescimento de nomes como os de Simone Tebet e Ciro Gomes, deixava claro que o objetivo era “forçar um segundo turno”, para que Lula fosse obrigado a negociar e “fazer um governo de amplo espectro, não apenas da esquerda periférica do PT”²⁰.

Por “amplo espectro” leia-se: um governo que continue contemplando os interesses da mídia corporativa e da classe domi-

19. PERREIRA, Marval. Sem noção. *O Globo*, 8 set. 2022.
20. Ibid.

nante, da qual faz parte. A guinada da *TV Globo* nas semanas que antecederam as eleições deve ser analisada dentro desse contexto, e também se levando em conta questões específicas da própria empresa. O melhor exemplo é o pedido de renovação da concessão para cinco emissoras de TVs da família Marinho, a começar pela principal, a *TV Globo-Rio*²¹.

Ao contrário do que se possa imaginar, não houve, num primeiro momento, defasagem entre o surgimento de legislações regulando a mídia no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos. O que houve e continua existindo é uma postura nitidamente patrimonialista por parte do empresariado doto nacional. O primeiro presidente brasileiro que atentou para a importância de criar leis para o rádio, Getúlio Vargas, o fez em sintonia com o que acontecia em outras partes do mundo. É dele o decreto Lei n.º 21.111, de 1º de março de 1932, que regulou e autorizou publicidade e propaganda nas nascentes emissoras de rádio. Por meio desta, a propaganda e a publicidade não poderiam superar 10% da programação. Lei jamais cumprida²².

É de Getúlio Vargas, também, a decisão de o estado brasileiro encampar, em 1940, a PR-8, *Rádio Nacional*, por dívidas não pagas de seu proprietário, o milionário estadunidense Percival Farquhar. Getúlio mirava o que tinham feito governos como o da Inglaterra, onde o rádio nasceu estatal e foi, posteriormente, tornado público. No Brasil, no entanto, os proprietários de jornais – que rapidamente também se tornaram donos de emissoras de rádio – criticavam a decisão e se colocavam contra ela.

O modelo da *Nacional* era diferente de uma rádio estatal, e ela pode ser considerada a primeira emissora brasileira de interesse público. Pode-se localizar no sucesso da *Rádio Nacional*, e no igualmente sucesso que passa a se constituir o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, cuja criação foi estimulada por Vargas²³, os momentos mais bem sucedidos da mídia contra-hegemônica nesse período. Na época, o rádio dominava as comunicações no

21. A concessão de 15 anos venceu em 05/10/2022. Bolsonaro não tomou nenhuma providência, mas usou o fato como uma espécie de moeda de troca para pressionar os irmãos Marinho durante o segundo turno das eleições.

22. Esse e os aspectos envolvendo a mídia nos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart podem ser aprofundados em *Uma história da TV Pública brasileira*. Ângela Carrato. Tese de doutorado. UnB. Brasília, 2013.

23. A operação financeira que resultou na criação da Última Hora foi objeto de Comissão Parlamentar de Inquérito. É importante observar que o empréstimo vinha sendo pago. Em seguida, suscitou-se dúvida sobre a nacionalidade do diretor Samuel Wainer. Para maiores detalhes, consultar Wainer, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Record: Rio de Janeiro, 1987.

território nacional e ocupava o papel hoje desempenhado pela televisão e pela internet.

A pesada campanha da mídia corporativa contra Vargas, o mentiroso “mar de lama” no qual seu governo estaria envolvido, levou-o ao suicídio em 1954, intensificando a determinação, por parte dos seus proprietários, de se alinharem aos interesses internacionais, e de se colocarem contra qualquer tentativa de pluralidade no setor. Postavam-se, assim, na contramão do que acontecia na Europa e nos Estados Unidos, onde as legislações visavam impedir a existência de monopólios na mídia e defendiam o interesse público.

Juscelino Kubitschek, eleito presidente em 1955, sabia disso. Mesmo considerando necessária a existência de legislação para a radiodifusão – tendo criado um grupo de estudo com tal objetivo –, preferiu não enviar ao Congresso Nacional proposta a respeito. Na expectativa de retornar ao poder em 1965 – na época não havia reeleição e os mandatos eram de cinco anos –, optou por evitar arrestas com os proprietários de emissoras de rádios e TVs.

Depois de sentir na pele os efeitos do comportamento da mídia, que quase o impediu de tomar posse como presidente da República, João Goulart, diante da renúncia do titular do cargo Jânio Quadros, em 1961, entendeu que não seria possível governar mantida aquela situação. Nos 12 dias que se passaram entre a renúncia e a posse, os donos das principais emissoras de rádio não só ecoaram a voz dos contrários a Jango, como eles próprios defendiam essa posição. A situação assumiu contornos tão graves, que o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Jango, se viu obrigado a assumir a resistência, criando o que ficou conhecido como “Rede da Legalidade”, composta por emissoras regionais de rádio que defendiam a posse do vice-presidente. É importante frisar que a Rede pela Legalidade foi o único movimento civil na América Latina a derrotar um golpe militar.

Uma vez no poder, Jango retomou os estudos realizados no governo Juscelino e, a partir de aperfeiçoamentos, deu forma ao projeto de lei que enviou ao Congresso Nacional com objetivo de estabelecer o primeiro Código Brasileiro de Telecomunicações. A proposta contou com a oposição imediata dos radiodifusores, eles mesmos, os principais proprietários de jornais e revistas no país. Do embate, resulta a derrota de Jango, e a tentativa de dotar o Brasil de um código adequado para o setor.

João Goulart vetou 55 artigos do Código, mas todos os vetos foram derrubados, com a promulgação da lei cabendo ao Congresso Nacional. Tal situação é inédita na história da mídia ocidental. Data dos embates entre governo e radiodifusores, neste período, o surgimento da primeira entidade do setor, a Abert, criada com o objetivo de defender os interesses dos radiodifusores. Desde então, a Abert tem se posicionado como um forte *lobby* contra qualquer pluralização de vozes no ramo.

O Código de Telecomunicações vigente no país (Lei nº 4.117) ainda é o de 1962, apesar de ter sido estabelecido quando a televisão dava os primeiros passos. Mais ainda: é importante destacar que mesmo a Constituição de 1988, tendo, pela primeira vez na história das Cartas Magnas brasileiras, dedicado um capítulo à Comunicação Social, até hoje esse conteúdo não saiu do papel. Os cinco artigos (220 a 224) que o compõem nunca foram regulamentados, permitindo que as emissoras de TV e rádio atuem praticamente como lhes convém, mesmo sendo concessões públicas.

Uma das razões para a raiva, transformada em ódio e perseguição a Lula e ao PT, diz respeito ao fato de que, em seus dois governos (2003-2010), mesmo timidamente, ele buscou enfrentar o problema. Haja vista a tentativa de criação do Conselho Nacional de Jornalismo, antiga reivindicação dos sindicatos da categoria, e da Agência Nacional do Audiovisual, em substituição à Agência Nacional do Cinema (Ancine), ambas combatidas, boicotadas e derrotadas pela mídia corporativa. Lula foi bem sucedido, no en-

tanto, ao criar, em 2007, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com seus braços público (*TV Brasil*) e estatal (*NBR*). Medida importante também em seu governo foi a realização da Conferência Nacional de Comunicação, que teve lugar em dezembro de 2009, cujo objetivo era debater os problemas dos três segmentos que compõem o setor – sociedade, empresariado e governo – e contribuir para a elaboração de uma nova legislação.

Ao chegar ao poder, sucedendo Lula, em 2010, Dilma Rousseff não deu continuidade a esse trabalho. Em entrevista à autora²⁴, a ex-presidenta explicou não se tratar de opção, mas da constatação de que qualquer ação neste sentido não seria bem sucedida num Congresso Nacional majoritariamente dominado por forças conservadoras. Dilma, por outro lado, ao conseguir a aprovação do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), dotou o país de uma legislação não só inovadora, como percursora em todo o mundo. Legislação que se tivesse sido devidamente abraçada pela comunidade internacional, como chegou a propor a própria Dilma, poderia ter evitado abalos à democracia provocados pelas mentiras²⁵.

Nos anos recentes, a partir da deposição de Dilma, a mídia corporativa assumiu o maior protagonismo de sua história. Foi ela que, com apoio das redes sociais, patrocinou o convite para que a população fosse às ruas protestar contra o governo. É igualmente conhecido o papel dessa mídia no que diz respeito à criminalização, sem provas, do ex-presidente Lula, a ponto de ele ter ficado 580 dias preso. Minuciosas pesquisas mostram como o objetivo dessas ações era sepultar a carreira política do ex-presidente Lula e tirar de vez o PT da cena nacional²⁶. Razão pela qual tudo fizeram para evitar que voltasse a ser candidato e, uma vez candidato, pudesse ser reeleito. Basta lembrar como as ditas candidaturas da “terceira via” foram impulsionadas pela mídia.

24. Entrevista de Dilma Rousseff no Programa Toque do Coletivo Alvorada, 21 abr. 2021. Disponível em YouTube Coletivo Alvorada.

25. Em seu pronunciamento, na abertura anual da 68ª assembleia geral da ONU, em 2014, a então presidenta Dilma Rousseff defendeu o Marco Civil da Internet e o estabelecimento de uma governança global multilateral e medidas que garantam proteção de dados, neutralidade de rede e a soberania dos países.

26. Ver o já citado livro *Jornal Nacional, um projeto de poder: a narrativa que desconstruiu a democracia brasileira*.



Ricardo Cifuentes

UMA AGENDA ESTRATÉGICA PARA A COMUNICAÇÃO

O novo governo Lula precisará de uma agenda estratégica para a comunicação. Mesmo não dispondo de base parlamentar sólida e diante de uma extrema-direita que promete fazer oposição encarniçada, são muitas as possibilidades de o novo governo conseguir avançar no que diz respeito à democratização da mídia. Um dos primeiros aspectos a serem observados é o da efetiva recomposição da EBC, após ter seus propósitos e programação desvirtuados pelas gestões Temer e Bolsonaro. Mesmo o Brasil sendo um país laico, igrejas neopentecostais e seus veículos de comunicação passaram a dar as cartas até na *TV Brasil*; tiveram crescimento exponencial e estão na raiz do ódio presente em parcelas da sociedade.

Não será suficiente apenas o retorno da *TV Brasil* aos patamares anteriores. Eles eram frágeis, tanto em termos de recursos financeiros quanto no que se refere à abrangência do sinal. Mesmo sendo emissora pública, a *TV Brasil* podia ser assistida em sinal aberto apenas em quatro localidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e São Luís. Nesta nova fase, a *TV Brasil* precisará e deverá liderar uma importante rede de comunicação pública, podendo incluir as rádios comunitárias.

Depende do Governo Federal, igualmente, viabilizar as condições para que toda a população, os ministérios e órgãos públicos sejam dotados de rede digital de comunicação, capaz de informar aos seus públicos e dialogar com a sociedade sobre programas, ações e serviços. No segundo governo Lula, ações desse

tipo tiveram início com a *Rádio Mais Brasil* e *TV Mais Brasil*, desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Alocadas na web, elas conseguiam informar diretamente às prefeituras municipais e aos beneficiários dos programas sociais, mas esbarravam na precariedade do acesso da população à internet. É importante lembrar que a campanha que a mídia corporativa desenvolveu nesse período contra o Programa Bolsa Família, difundindo preconceitos e desinformação, só foi possível ser enfrentada através desse tipo de iniciativa.

O Governo Federal, através do Ministério das Comunicações, pode igualmente apoiar as rádios comunitárias, ampliando o raio de abrangência de seu sinal (o atual um quilômetro chega a ser pífio), ao mesmo tempo em o Ministério da Cultura poderá colocar em prática um amplo programa de estímulo às programações educativas e de interesse público. É fundamental que esse tipo de parceria seja executado em conjunto com escolas públicas, associações e entidades da sociedade civil, via ministério da Educação. Estímulo especial precisará ser dado à criação de rádios comunitárias em municípios que integram o chamado “apagão de informações”, certificando-se sempre de que elas atendam às condições exigidas pelo serviço, a começar pela laicidade e a não vinculação a lideranças político-partidárias.

Um bom começo, nesse sentido, foi a declaração da presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffman, em resposta ao empresário-bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus. Apoiador de primeira hora de Jair Bolsonaro, Macedo colocou sua rede de comunicação a serviço dos interesses do governo do capitão reformado. Utilizou os próprios cultos da Igreja Universal para combater Lula e o PT, comparando-os ao “Diabo e a Lúcifer”. Quando da vitória de Lula, Macedo teve o desplante de dizer que “perdoava” o ex-presidente, quando foi prontamente rebatido por Hoffman²⁷.

27. A íntegra da manifestação de Gleisi Hoffman em sua rede social no Twitter, em 04/11/2022, às 7h32min, é: “Dispensamos o perdão de Edir Macedo. Ele é quem precisa pedir perdão a Deus pelas mentiras que propagou, a indução de milhões de pessoas a acreditarem em barbaridades sobre Lula e o PT, usando a igreja e seus meios de comunicação para isso. A nossa consciência está tranquila”.

Macedo está longe de ser o único empresário da mídia que tentou se reaproximar de Lula. Ele, como o próprio Bolsonaro, dava como certa a derrota do petista. Em situação parecida se encontra o dono do *SBT*, Sílvio Santos, cujo genro, Fábio Farias, ocupou o cargo de ministro das Comunicações, após a pasta ser recriada por Bolsonaro. Como se não bastasse ter liberado verbas diferenciadas para emissoras bolsonaristas, Farias, na tentativa de tumultuar o resultado das eleições, endossou a fantasiosa história de rádios nordestinas que teriam deixado de veicular a propaganda eleitoral de Bolsonaro. Diante do ridículo, ele mesmo veio a público se desculpar junto ao TSE²⁸.

Já o *Grupo Globo* parece acreditar que pode voltar a ter a confiança de Lula e do PT. Se os irmãos Marinho avaliam que é conveniente para o novo governo contar com a parceria do maior conglomerado de mídia do país, não há dúvida de que miram, prioritariamente, seus próprios interesses. Depois de hostilizados por Bolsonaro nos últimos quatro anos, e de enfrentarem o crescimento da concorrente direta *Rede Record*, dependem do novo governo para a renovação da concessão de suas principais TVs e seguirem atuando.

Se Lula quiser se valer das lições do passado, desta vez, a Segunda Conferência Nacional de Comunicação precisará ser convocada rapidamente e funcionar como espaço em que os interesses dos empresários do setor, do governo e da cidadania possam ser debatidos com a transparência e a importância de que se revestem. Não há como o país deixar para trás o clima de ódio que o marcou nos últimos anos, sem uma profunda reflexão e mudança na mídia. Ação que demandará efetivo envolvimento da cidadania, dos jornalistas e das entidades que os congregam, a exemplo dos sindicatos, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Entre os novos desafios, enfrentar as mentiras é, de longe, o maior que o novo governo Lula terá pela frente. Além de

28. Fábio Faria diz se arrepender de denúncia sobre inserções de campanha de Bolsonaro em rádios, *Economia Uol*, 28 out. 2022.



Oliver Komblint / Midia NINJA

terem se transformado em poderosas armas para Bolsonaro e a extrema-direita mundial disseminarem confusão e caos, o fato de circularem em plataformas internacionais, fora da jurisdição do governo brasileiro, exigirá atuação além das fronteiras nacionais. Nesse sentido, é desejável que Lula utilize sua reconhecida capacidade política e respeito internacional para articular um movimento capaz de fazer frente a este desafio.

Nesta cruzada, certamente Lula terá a parceria de representantes de países que, nos últimos anos, também sofreram e foram vítimas de abalos provocados pelas mentiras, sem falar na própria ONU. Até porque elas podem ser consideradas tão nocivas quanto as epidemias que afetam a humanidade. É fundamental também que o Supremo Tribunal Federal (STF) continue agindo no sentido de identificar e criminalizar pessoas e grupos responsáveis por divulgarem mentiras. A impunidade é o maior incentivo que se pode dar ao crime.

Por último, mas não menos importante, o novo governo Lula precisará estimular as pesquisas e o desenvolvimento de plata-

formas tecnológicas nacionais. Elas são essenciais, em especial nas áreas de gestão do próprio governo e para a comunicação pública. Não é mais admissível que os oligopólios de capital privado internacional, as *bis techs* GAFAM, continuem dando as cartas na gestão pública brasileira, na ciência e na tecnologia, e sigam sendo a base para toda a comunicação digital no país. Nesse sentido, os estudos envolvendo o colonialismo de dados devem servir de alerta para todos os governos, inclusive o brasileiro. Alertas aos quais devem ser acrescentados os da própria lógica da extração de dados dos usuários²⁹, praticada pelas GAFAM. Em síntese, o governo brasileiro precisa começar a pensar a partir de uma realidade menos rendida à lógica neocolonial, contribuindo para lançar os pilares de uma efetiva democracia que não só dependa como tenha na comunicação e na mídia democratizadas as suas essências na contemporaneidade.

29. Para um aprofundamento sobre o assunto, consultar: MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018. CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da(org.). e **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo, 2021.

CONSIDERAÇÕES

De Getúlio Vargas a Dilma Rousseff, a agenda da comunicação pública no Brasil nunca mereceu a ênfase a que fazia jus. Ao contrário dos países europeus e dos Estados Unidos, cuja democratização da mídia acompanhou o desenvolvimento do setor, aqui os “barões” conseguiram impor seus interesses ao governo e à população. Todo governo que tentou enfrentar esses interesses, tornou-se alvo de mentiras e de campanhas desestabilizadoras, quando não de golpes de estado.

Tendo em vista a importância que a comunicação assume em todo o mundo nos dias atuais – no Brasil não é diferente – não há como o novo governo Lula ignorar o papel central que o setor tem na sociedade. Tão importante quanto a economia, a área social ou a política externa. Até porque, só uma mídia comprometida com a pluralidade de vozes pode contribuir para que a sociedade brasileira entenda o que está em jogo, e quais são as opções disponíveis e/ou as que precisam ser criadas.

Se, no passado, a comunicação pública não foi considerada com a devida importância estratégica pelos governos progressistas brasileiros, aprender a lição custou caro a Lula, ao PT e às forças democráticas do país. Razão pela qual dificilmente haverá como o novo governo avançar na adoção das propostas para as quais foi eleito, sem incluir essa pauta. Dito de outra forma, os próximos meses e anos prometem avanços, mas não sem lutas e enfrentamentos. Os velhos e novos interesses na comunicação tudo farão para manter seus privilégios intactos ou até aprofundá-los. Dependerá do governo, mas igualmente das entidades ligadas à democratização da comunicação e da maioria da sociedade brasileira, impedir que isso aconteça, além de possibilitar os necessários avanços. Afinal, se a comunicação é uma agenda estratégica para o governo o é, sobretudo, para uma sociedade que precisará superar as desigualdades históricas, as fraturas e o ódio.



Roque de Sá / Agência Senado

REFERÊNCIAS

AO CENTRO, *Lula*. **Folha de S. Paulo**, 31 out. 2022.

p. 2, 31 out. 2022.

ROSCOE, Beatriz. *Internet é principal meio de informação para 43%; TV é mais usada por 40%*. **PODER360**, [s. l.], 18 out. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/internet-e-principal-meio-de-informacao-para-43-tv-e-preferida-de-40/#:~:text=Segundo%20%20levantamento%2C%20s%C3%A3o%2043,8%25%20disseram%20preferir%20outros%20meios>. Acesso em: 10 out. 2022.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um reporter**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

YAHYA, Hanna. *Jornais em 2021: impresso cai 13%; digital sobe 6%*. **Poder360**, Brasília, 1 fev. 2022a. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/jornais-em-2021-impresso-cai-13-digital-sobe-6/>. Acesso em: 10 out. 2022.

YAHYA, Hanna. *Revistas em 2021: impresso cai 28%; digital retrai 21%*. **Poder360**, Brasília, 21 mar. 2022b. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/revistas-em-2021-impresso-cai-28-digital-retrai-21/>. Acesso em: 10 out. 2022.

do
inst
em
quaisq

En
textos: o prin
ilegalmente n
dificuldades

O se
Amaral Ser.

**"MESMO NAS NOITES MAIS TRISTES HÁ SEMPRE ALGUÉM
QUE DIZ NÃO, HÁ SEMPRE ALGUÉM QUE RESISTE!"**

manuel alegre

Elza Aparecida de O. Filha¹

Elza Aparecida de O. Filha¹



Este texto objetiva refletir a respeito das ligações entre a atividade jornalística desenvolvida na contemporaneidade e a educação midiática, entendida como habilidades múltiplas que conferem às pessoas condições de participação no ambiente informacional e midiático – por meio não apenas do consumo, mas também da produção e da reflexão. Parte-se do princípio que a nova configuração dos processos comunicacionais, consolidada a partir das tecnologias digitais, alterou de maneira profunda o consumo dos produtos informativos e é responsável por uma parcela da propalada crise da imprensa. A intenção é defender a tese de que uma população bem educada midiaticamente é capaz de diferenciar os vários gêneros textuais e propósitos presentes nas mensagens que circulam na rede mundial; pode conduzir melhor suas interações, produções e/ou compartilhamentos de conteúdos e, ainda, é capaz de refletir a respeito dos efeitos que as informações, potencialmente, causam na sociedade, podendo atuar de maneira cidadã e democrática.

O texto está dividido em quatro seções: na primeira o foco são as mudanças no mundo das comunicações com o advento da internet e, especialmente, a partir das redes sociais. No segundo momento, a atividade jornalística será tratada com objetivo de mapear as várias crises que afetam este segmento, como a econômica, a gerencial, a de perda da credibilidade e do protagonismo no relato das novidades (COSTA, 2021, p. 87). A terceira seção propõe uma reflexão acerca da educação midiática, seus fundamentos e as oportunidades de implementação deste processo educacional, no ambiente da escola formal e também em outros *locus*, como as organizações.

Nas considerações finais, quarta seção, a busca será por amarrar os diversos segmentos e apontar alternativas que envolvam a academia, os profissionais e a sociedade em defesa de uma atividade que tem extrema relevância social. Nas palavras de Kovach e Rosenstiel (2004): “A principal finalidade do jornalismo é for-

1. Jornalista, doutora em Ciências da Comunicação (Unisinos) e professora universitária na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

necer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 31).



OBORÉ

O CAOS INFORMACIONAL

Os dados são assombrosos e crescem continuamente: em abril de 2022, a internet atingiu 63% da população mundial, representando cerca de 5 bilhões de pessoas; deste total, 4,65 bilhões – mais de 93% – eram usuários de redes sociais. Em 2018, a internet era acessada por 47% da população do globo. A quantidade total de dados prevista para ser criada, capturada, copiada e consumida globalmente neste ano é de 97 zettabytes², um número que pode chegar a 181 zettabytes até 2025 (DOMO, 2022). O infográfico intitulado Os dados nunca dormem, da empresa Domo, especializada em computação na nuvem, estima que, a cada minuto durante o ano de 2022, são realizadas 5,9 milhões de pesquisas no Google; 66 mil fotos são compartilhadas no Instagram; 500 horas de vídeos chegam ao Youtube (eram 48 horas em 2013); 1,7 milhão de peças de conteúdos são postadas no Facebook; 347 mil mensagens são colocadas no Twitter e 231,4 mil emails são enviados. Em 2013 eram 204 mil emails por minuto, evidenciando a prevalência das redes sociais no processo de comunicação contemporâneo, já que os números, nelas, cresceram de maneira significativa e o email apresentou uma expansão modesta.

A incorporação das tecnologias digitais proporcionou uma mudança de paradigmas, das maiores que a humanidade já viveu (WEISS, 2019) e propiciou uma nova configuração social, na qual as tecnologias de comunicação e informação tornaram-se essenciais. Hoje, além de conduzirmos praticamente a totalidade das nossas ações cotidianas vinculadas, em maior ou menor grau, a estas tecnologias, ainda passamos – como demonstram os dados citados no parágrafo anterior – a produzir massiva-

2. Um zettabyte é uma unidade de informação ou memória que corresponde ao número 1 seguido de 21 zeros, ou a 1 sextilhão de bytes.

mente toda espécie de conteúdo que é disponibilizado, quase sempre, para consumo coletivo.

O pertencimento ao tempo do século XXI requer entendimento de que a mídia é uma dimensão central da vida contemporânea – da cultura, da política, da economia e das relações pessoais, e abster o cidadão do conhecimento sobre as ferramentas para compreender esse processo é contribuir para isolá-lo à classe dos inúteis (SPINELLI; SANTOS, 2019, p. 45).

No atual cenário, caracterizado pelo alto fluxo comunicacional, Demo (2000) defende que há uma linha tênue entre os limites da informação e da desinformação. A informação, segundo ele, é repassada, por vezes, de maneira manipulada ou residual, causando desinformação. Este cenário contraria as hipóteses otimistas dos anos iniciais da internet, que apontavam possibilidades de maior esclarecimento em sociedades conectadas em redes; a hiperinformação, na verdade, tem contribuído para a difusão da desinformação.

A expressão “ecossistema de desinformação”, adotado por Wardle (2020), engloba os diferentes tipos de conteúdos que são criados e viralizam nas redes; a motivação de quem cria esse conteúdo e a forma como ele é divulgado. De acordo com a autora, que hoje atua como pesquisadora do Laboratório de Informações Futuras da Brown University, a desinformação pode surgir por meio de *sátiras e paródias*, sendo compartilhados conteúdos ridicularizando determinados assuntos que podem ser interpretados de maneira equivocada, como se fossem verdadeiros. Outros tipos comuns de desinformação são a *conexão falsa*, que acontece quando manchetes, imagens ou legendas não dão suporte ao conteúdo; e o *conteúdo enganoso*, quando alguma informação mentirosa é produzida para afetar alguém ou um tema específico. Essas três categorias são consideradas, pela autora, como capazes de causar dano baixo.



Já outras quatro categorias provocam danos altos. São elas: *conteúdo manipulado*, que acontece quando uma informação ou imagem genuína é alterada para enganar; *conteúdo de impostor*, que possui aparência de um veículo jornalístico reconhecido para aumentar a credibilidade, porém não passa de fraude; *contexto falso*, quando um conteúdo genuíno é compartilhado com informações contextuais falsas; e, finalmente, o *conteúdo fabricado*, 100% falso, criado justamente para difundir mentira e provocar algum tipo de dano.

Reconhecida como precursora na pesquisa e na denúncia de processos desinformativos, Wardle (2020) desaconselha o emprego da expressão *fake news*, por considerar que esta tem sido usada por políticos para desacreditar e atacar o jornalismo profissional. Ela identifica as principais causas que levam ao desenvolvimento de conteúdos desinformativos: jornalismo pobre, paródias, provocação, paixão, partidarismo, lucro, influência política, poder ou propaganda.

Vivemos em uma era de transtorno da informação. A promessa da era digital nos incentivou a acreditar que apenas mudanças positivas ocorreriam quando vivêssemos em comunidades hiperconectadas e fôssemos capazes de acessar qualquer informação que precisássemos com um clique ou um deslizar de dedos. Porém, essa visão idealizada foi rapidamente substituída pelo reconhecimento de que nosso ecossistema de informações está perigosamente poluído e está nos separando em vez de nos conectar (WARDLE, 2020, p. 08).

Wardle e Derakhshan (2018) enumeram os três elementos que compõem a desordem informacional: o agente, a mensagem e os intérpretes. Segundo os autores, nem sempre os agentes que criam, produzem e distribuem uma mensagem são a mesma pessoa, por isso “existe a necessidade de um entendimento completo de quem são esses agentes e o que os motiva” (WARDLE; DERAKHSHAN, 2018, p. 52). Quando se trata do agente, devem ser considerados critérios como se o perfil é oficial ou não; se a motivação é política, financeira, entre outras; se tem um alto nível de organização; se há a presença de automação, como bots; qual é o público-alvo e se há intenção de engajar ou enganar.

Em relação à mensagem, de acordo com Wardle e Derakhshan (2018), é necessário determinar qual é o prazo de duração; se ela é enganosa, manipulada ou fabricada; se apresenta elemento ou conteúdo ilícitos e se há um tipo de impostor. Quanto ao intérprete, é preciso identificar se a leitura das mensagens é hegemônica, oposicional ou negociada e qual é a atitude que os leitores adotam após consumir a desinformação.

A existência de algoritmos, que ofertam aos usuários das redes o cardápio adequado aos seus interesses, se soma ao que o professor Luiz Celso Gomes Júnior (2022) define como a vulnerabilidade humana, que nos torna praticamente incapazes de enfrentar a atual avalanche informacional:

Durante 200 mil anos vivemos sem esta tecnologia e não somos preparados para este mundo. Não vamos buscar as melhores informações na internet, e sim as mais simples, que concordam com nossa forma de pensar. Na medida em que a sociedade se complexifica, optamos pelo mais fácil em termos de informação (GOMES JÚNIOR, 2022)³.

Disputando a atenção dos internautas com os conteúdos múltiplos que circulam na rede mundial de computadores estão os meios de comunicação e, mais importante no presente texto, os veículos jornalísticos. Antes de tentarmos perceber as dificuldades enfrentadas pelo exercício do jornalismo na atualidade, contudo, é necessário abordar dois aspectos que serão mobilizados ao final: a liberdade de expressão e a democracia.

A maior parte dos vínculos que as pessoas estabelecem atualmente com o mundo, e com outras pessoas, está mediada pelos aparatos tecnológicos. A vida privada e a vida pública se confundem em um emaranhado pouco distinto – amplificado a partir de 2020, com o isolamento social determinado pela pandemia de Covid-19 –, e que as pessoas, em grande parte, parecem dispostas a manter assim, na medida em que dão publicidade constante aos atos mais corriqueiros, como as refeições e as trocas de roupas (quantas fotos de pratos de comida e de looks são compartilhadas no Instagram entre as 66 mil publicadas por minuto?).

A filósofa Marilena Chauí (2017) defende que o encolhimento do espaço público, ocupado cada vez mais pelo privado, contribui para a polarização da sociedade “entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes, bloqueando a instituição e a consolidação da democracia” (CHAUÍ, 2017, p. 21). Segundo ela, democracia é a forma sociopolítica calcada na isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e na isegoria (direito de todos para expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas),

3. As declarações foram feitas em palestra on-line a estudantes do bacharelado em Comunicação Organizacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em 13 de maio de 2022.

[...]tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem às mesmas leis das quais todos são autores [...]. Donde o maior problema da democracia numa sociedade de classes ser o da manutenção de seus princípios – igualdade e liberdade – sob os efeitos da desigualdade real (CHAUI, 2017, p. 18).

No mesmo texto, a autora discorre sobre a propriedade dos meios de comunicação no Brasil, historicamente concentrados nas mãos das elites e pouco interessados em garantir informação de qualidade para que os cidadãos possam intervir politicamente. “No caso do Brasil, o poderio econômico dos meios é inseparável da forma oligárquica do poder do Estado, produzindo um dos fenômenos mais contrários à democracia, qual seja, o que Alberto Dines chamou de ‘coronelismo eletrônico’” (CHAUI, 2017, p. 22). Paralelamente ao poderio dos meios na esfera econômica, há sua prevalência ideológica, exercida sob a forma da ideologia da competência, que se apresenta, de forma anônima e impessoal, no discurso do conhecimento:

A ideologia da competência pode ser resumida da seguinte maneira: não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro. O discurso competente determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal, aquela que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico), que podem falar e têm o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que

devem ouvir e obedecer. Numa palavra, a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem e por isso mandam, e os incompetentes, que não sabem e por isso obedecem (CHAUI, 2017, p. 23).

Em relação aos direitos, pensados principalmente na esfera midiática, percebe-se que o direito à liberdade de expressão é amplamente discutido e bastante reivindicado. A liberdade de expressão diz respeito à possibilidade assegurada a qualquer cidadão de poder manifestar suas ideias, pensamentos, crenças, juízos etc. sendo, portanto, fundamental para as sociedades democráticas garantirem a isegonia. Outro preceito destas sociedades é que os direitos não são absolutos, e, segundo Napolitano (2014), no ordenamento jurídico brasileiro não há a hierarquia entre direitos fundamentais; ou seja, eles são, de certa forma, limitados pelos demais direitos. Porém, o que temos vivenciado é a atuação de indivíduos, e até mesmo instituições, que se respaldam na liberdade de expressão para difundir informações não condizentes com uma sociedade democrática, tais como as variadas maneiras de desinformação ou o discurso de ódio, o que fere diretamente outros direitos fundamentais.

Em síntese, existe hoje um ambiente caótico vinculado ao fluxo de informações e todos os distúrbios informacionais estão estritamente relacionados, agravando ainda mais a situação. Ferreira, Lima e Souza (2021, p. 40) exemplificam esse fato com um ciclo das relações dinâmicas entre desinformação, infodemia⁴ e caos social: “a desinformação contribui para a propagação de *fake news*, que gera a infodemia e o caos social que, por suas peculiaridades, favorecem a desinformação, e assim por diante” (FERREIRA; LIMA; SOUZA, 2021, p. 40).

4. A Organização Mundial da Saúde reconheceu e classificou a infodemia em 2020: um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que torna difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa (BOTELHO, 2021).

JORNALISMO EM CRISE

Costa (2021) entende que o jornalismo enfrenta, atualmente, sua fase mais complicada em 500 anos de história, com pelo menos cinco crises, que atuam juntas e simultaneamente, apresentando questões decisivas para o presente e o futuro desta área profissional:

Tem a crise sistêmica de seu modelo tradicional de negócio em todo o planeta. Tem a crise econômica, que aumenta ou diminui conforme o andar do tempo, mas enxuga ainda mais as poucas receitas publicitárias que sobravam para os veículos de imprensa. Tem a crise da perda de seu papel como protagonista da informação, que tirou do jornalista o lugar de ator principal na produção de notícia [...]. Tem a crise geracional, que opõe nativos analógicos e nativos digitais tanto no comando das redações quanto nas estratégias de conquista do público jovem. E tem ainda a crise tópica de credibilidade, provocada pelos duros ataques de autoridades e indivíduos às publicações (COSTA, 2021, p. 87 – , grifo do autor).

Percebe-se que grande parte das crises referidas tem relação direta com o tópico anterior deste texto, na medida em que as tecnologias digitais, e o caos informacional que elas favorecem, impactam o jornalismo. O modelo de negócio da imprensa escrita – transplantado para o segmento jornalístico dos veículos eletrônicos como o rádio e a televisão – esteve sempre baseado na premissa de que “o conteúdo é o rei” (COSTA, 2021, p. 153). Isto é, que a qualidade das coberturas garantia a adesão do pú-

blico e a audiência carregava anúncios publicitários, desde sempre os maiores responsáveis pela sustentação financeira das empresas. O bolo das verbas publicitárias vem sendo cada vez mais abocanhado pela internet e o jornalismo perde espaço continuamente.

Em 2021, pesquisa do Fórum de Autorregulamentação do Mercado Publicitário apontou um crescimento de 74% nos investimentos na mídia internet, em comparação com o ano anterior (SACCHITIELLO, 2022) – embora todos os segmentos tenham apresentado avanço, quando relacionados ao primeiro ano da pandemia, 2020, o aumento de receita na internet foi o maior. De janeiro a setembro de 2022, os investimentos de mídia realizados por 316 das maiores agências publicitárias do país foram 32% direcionados para espaços na internet, contra 1,7% no meio jornal. A televisão aberta mantém a posição histórica de liderança no ranking de investimento publicitário, com 44,5% (CENP, 2022).

À dificuldade de sustentação das empresas jornalísticas, que ainda não encontraram o modelo de negócios adequado na atual configuração das comunicações, somam-se as demais crises, sendo as mais relevantes a perda de credibilidade e de protagonismo no papel de informar à sociedade. Nestes aspectos é, no mínimo, intrigante a chamada teoria do Parêntese de Gutemberg, citada por Costa (2021)⁵: de acordo com ela, a humanidade viveu uma interrupção, uma pausa, no fluxo normal da comunicação entre a invenção da imprensa por Gutenberg, no século XV, e o século XXI, no qual retornamos, com respaldo das tecnologias digitais, a um sistema de informação efêmera e em fluxo, que caracteriza as culturas orais. Hoje, quando todas e todos que têm acesso à web e participam das conversas coletivas, a chance de consumo de informações mentirosas e manipulatórias é muito maior do que o período de predomínio da imprensa como principal fonte de informação, pois o jornalismo – quando fiel ao método correto de apuração e à busca das variadas versões de

5. O formulador da teoria é Thomas Pettit, da Universidade do Sul da Dinamarca. “Para o professor, a maneira como se pensa agora seria uma reminiscência do modo de pensar de um camponês medieval, com base em fofocas, boatos e muita conversa” (COSTA, 2021, p. 128).

um acontecimento – conseguia entregar ao público um relato confiável da verdade. No atual cenário,

[...] há o surgimento da cultura da desinformação promovida pela ausência da intermediação da indústria jornalística nestas novas plataformas que permite que qualquer indivíduo seja capaz de produzir, veicular e propagar informações que circulam em rede numa velocidade jamais vista. Diante desta ausência de filtro, as mídias sociais se transformaram em ambientes com todo o tipo de conteúdo: notícias jornalísticas, opiniões, conteúdos pessoais e, também, informações falsas, popularmente conhecidas como fake news (AGUIAR; ROXO, 2019, p. 162).

Existe uma ligação simbiótica entre jornalismo e democracia – “quanto mais democrática uma sociedade, maior é a tendência para dispor de mais notícias e informações” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 36) – e ambos enfrentam problemas semelhantes na contemporaneidade, em que fenômenos como pós-verdade, dissonância cognitiva, viés de confirmação, bolhas sociais e teorias da conspiração dos mais variados matizes constituem um aglomerado de tendências danosas, tanto à manutenção da democracia quanto ao exercício do jornalismo.

Da mesma forma, existiu, historicamente, um vínculo entre a credibilidade, como ativo essencial dos veículos jornalísticos, e seu público, que confiava nas informações disponibilizadas como relatos da verdade factual. A credibilidade da imprensa está em risco, motivado pela presença da produção massiva de conteúdo amador na internet e sua propagação por meio das redes sociais, que carregam o atributo da confiabilidade via proximidade de quem envia. A credibilidade, ademais, sempre esteve ligada ao preceito de que o jornalismo profissional servia ao interesse público, fornecendo informações úteis aos cidadãos e mediando o contato da população com a realidade mais ampla.

Hoje, quando indagam para que serve o jornalismo,

A resposta simplista já não é suficiente – se é que algum dia o foi diante de um público cada vez mais cético. Pelo menos não agora, quando as novas tecnologias das comunicações, com base num modem ou em um computador, permitem a qualquer pessoa proclamar que está 'fazendo jornalismo'. Não agora que a tecnologia criou uma nova organização econômica no jornalismo, na qual as regras do ofício são espanadas e redefinidas, e às vezes abandonadas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 30).

Outro aspecto preocupante quando se indaga a respeito do jornalismo de hoje tem, novamente, ligação com a configuração dos sistemas de mídia: as métricas do mundo digital conferem cada vez mais valor ao número de cliques, compartilhamentos e comentários aos conteúdos postados. De acordo com Aguiar e Roxo (2019), confundir indicadores de audiência com atributos de qualidade informativa pode levar a um descrédito maior da atividade jornalística.

Neste sentido, há um grande risco do jornalismo em rede se submeter somente aos interesses do público (audiência) e se distanciar do interesse público [...] provocando danos à reputação e à credibilidade jornalística neste cenário de desinformação e desqualificação do jornalismo profissional (AGUIAR; ROXO, 2019, p. 172).

Das crises listadas por Costa (2021), e mencionada no início deste tópico, vale tratar ainda do que o autor chama de *crise geracional*, sobretudo das dificuldades para conquistar o público jovem, pouco afeito a consumir informação jornalística, em especial nos veículos tradicionais. Uma pesquisa do Instituto Reuters, divulgada em junho de 2022, mostra que há um declínio do interesse pelas notícias em todo o mundo. No Brasil, em

2017, 27% dos entrevistados evitavam conteúdo noticioso; em 2019 eram 34% e, neste ano, mais da metade dos entrevistados, 54%, dizem fugir das notícias (FRONTLINER, 2022)⁶. A publicação destaca uma frase do diretor do Instituto Reuters para o Estudo do Jornalismo, Rasmus Kleis Nielsen:

Grande número de pessoas veem a mídia como sujeita a influência política indevida, e apenas uma pequena minoria acredita que a maioria das organizações de notícias coloca o que é melhor para a sociedade à frente de seu próprio interesse comercial (FRONTLINER, 2022).

As audiências da mídia tradicional, como televisão e jornais impressos, diminuíram significativamente na última década: a televisão aberta passou de 75% para 55%; o impresso de 50% para 12%; o jornalismo *on-line* de 90% para 83% e apenas as redes sociais apresentaram acréscimo, oscilando de 47% para 64%, na busca de notícias. Os respondentes da pesquisa demonstraram, majoritariamente, propensão para procurar informações nas redes sociais imágéticas, como TikTok ou Instagram, mantendo o uso de aplicativos de mensagens, como WhatsApp e Telegram, como importantes na discussão e compartilhamento de informação.

Levantamento realizado com crianças e adolescentes, de 9 a 16 anos, no Brasil e em Portugal, em 2014, aponta uma dieta específica de consumo informativo:

O que os meninos e meninas consideram como notícia não é necessariamente o que vem em fontes jornalísticas ditas tradicionais, sobretudo da chamada 'grande imprensa'. Para os jovens entrevistados, o termo 'notícia' é associado ao caráter inédito ou mais crível (segundo seus padrões) dos fatos vistos na Internet, e a fonte jornalística tradicional em certos casos é negligenciada ou rechaçada (DORETTO, 2019, p. 127).

6. Cerca de 15% dos consumidores mais jovens que evitam notícias alegam que elas são difíceis de entender, informa a pesquisa.



Ferrari, Machado e Ochs (2020, p. 24) citam pesquisa realizada por Sam Wineburg, do Stanford History Extension Group, com 7800 estudantes norte-americanos: mais de 80% dessa população “não foi capaz de fazer a distinção entre conteúdo patrocinado (publicidade) e reportagem jornalística [...] e menos de 20% dos alunos questionou adequadamente a fonte de uma informação” (FERRARI; MACHADO; OCHS, 2020, p. 24). Mesmo tendo fluência digital, entendida como habilidade no uso de redes sociais e ferramentas da internet, esses jovens não apresentam outros requisitos importantes, como a capacidade de análise crítica da mídia.

Iniciativas têm sido tomadas, pela imprensa, com objetivo de preservar a credibilidade e recuperar a aceitação pública, que ocorreu, nos últimos anos, pelas frestas das mídias sociais – especialmente no Brasil, onde os veículos jornalísticos abusam de posturas partidarizadas e polarizadas nas coberturas, com relevo para a política. As agências de checagem, muitas das

quais são apoiadas pela grande imprensa; a denominada mídia independente, que busca produzir informação de qualidade fora do circuito do jornalismo tradicional; os financiamentos coletivos de produções mais investigativas e as propostas de educação midiática (foco do próximo item deste texto), são exemplos de iniciativas que buscam trilhar caminhos distintos, em meio ao caos informacional, e superar a crise do jornalismo.

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

David Buckingham, professor da Universidade de Londres e pesquisador do tema, defende que, no contexto da educação midiática,

o objetivo não é inicialmente o de desenvolver habilidades técnicas, nem promover a autoexpressão, mas estimular uma compreensão mais sistemática de como funciona a mídia e daí promover formas mais reflexivas de usá-la (BUCKINGHAM, 2010, p. 52).

A Inglaterra foi pioneira em incluir conteúdos de letramento midiático em seus currículos escolares, ainda nos anos 1940, os quais eram chamados *media literacy*. No Brasil, essa é uma preocupação bem mais recente: apenas em 2016 a Base Nacional Comum Curricular contemplou, de forma mais robusta, a necessidade de promover a educação midiática nos currículos, embora ainda exista dificuldade para sua implementação, sobretudo pelas carências de formação do corpo docente das escolas.

Patrícia Blanco, diretora do Instituto Palavra Aberta, uma organização da sociedade civil que abriga a plataforma Educomídia, especializada em capacitar professores e professoras para trabalharem com o tema, define educação midiática como “o conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira reflexiva e responsável do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos” (BLANCO, 2019, p. 2). A reflexão dos dois autores estabelece, portanto, que a educação midiática favorece o entendimento do papel da mídia e de como

cada indivíduo pode atuar para que as informações circulem de forma mais íntegra e responsável.

Trata-se de um debate que, no plano internacional, se consolidou nas últimas décadas do século passado. Em 1984, a Unesco estabeleceu uma definição do termo:

Por mídia-educação convém entender o estudo, o ensino e a aprendizagem dos meios modernos de comunicação e expressão, considerados como parte de um campo específico e autônomo de conhecimentos, na teoria e na prática pedagógicas, o que é diferente de sua utilização como auxiliar para o ensino e a aprendizagem em outros campos do conhecimento, tais como a matemática, a ciência e a geografia (UNESCO, 1984 apud BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1086).

Nesta definição, sustentam as autoras, há uma ênfase na dimensão da educação midiática como objeto de estudo, isto é, de leitura crítica das mensagens midiáticas, pouco considerando a dimensão ferramenta pedagógica, que ganhou foco mais adiante, inclusive como “panaceia para melhorar qualitativa e quantitativamente os sistemas educacionais nos países do terceiro mundo” (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1086).

Nesta mesma época, ganhava força na América Latina o termo educomunicação, que alcançou maior visibilidade no Brasil com o trabalho do professor Ismar de Oliveira Soares, da Universidade de São Paulo. Ele define educomunicação como

[...] o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas [...]. em outras palavras, a

educomunicação trabalha a partir do conceito de gestão comunicativa (SOARES, 2002, p. 24).

Apesar de existirem diferenças, mais ou menos sutis dependendo dos/as autores/as, entre os conceitos de educação midiática, educomunicação, letramento midiático, *media literacy* e outros, é possível constar que a preocupação com a necessidade de ampliação do acesso a esse conhecimento espalhou-se nos mais diversos países, em especial a partir da popularização do termo *fake news* e das consequências dessa prática desinformativa.

De acordo com Ferrari, Machado e Ochs (2020), uma pessoa educada midiaticamente possui capacidade de ler de forma crítica todas as informações que recebe; utiliza as ferramentas de comunicação para se expressar e participar de forma consciente, ética e responsável do ambiente informacional, além de exercer seu direito à liberdade de expressão de forma plena. As autoras produziram o *Guia da Educação Midiática*, com propósito de incentivar esses conteúdos nos currículos escolares, mas é importante ressaltar, como lembram Bévort e Belloni (2009), que essa temática deve ultrapassar os muros das escolas.

A mídia-educação é parte essencial dos processos de socialização das novas gerações, mas não apenas, pois deve incluir também populações adultas, numa concepção de educação ao longo da vida. Trata-se de um elemento essencial dos processos de produção, reprodução e transmissão da cultura, pois as mídias fazem parte da cultura contemporânea e nela desempenham papéis cada vez mais importantes, sua apropriação crítica e criativa, sendo, pois, imprescindível para o exercício da cidadania (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1083).

A possibilidade de implementar processos de educação midiática nas organizações, tem sido debatida no meio acadê-

mico e empresarial. A Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), no levantamento *Fake news: desafios das organizações* (ABERJE, 2018), mostra que 67% das organizações participantes da pesquisa não têm a educação midiática como tema estratégico e que 85% delas foram alvo de desinformação, como boatos, informações falsas ou fabricadas, com potencial para desencadear crises. Oliveira Filha *et al.* (2022) relatam experiências de organizações que adotaram diferentes estratégias de educação midiática para seus trabalhadores e constataam a possibilidade efetiva de combater fenômenos de desinformação nas empresas.

Contribuindo para a presença da verdade dentro das organizações, trabalhar a temática da educação midiática neste meio pode gerar reflexos benéficos em toda a sociedade, uma vez que a comunicação labora diretamente com os seres humanos. No contexto da era informacional, existe o aspecto negativo em que as redes sociais e os principais meios de comunicação podem disseminar mentiras de maneira muito mais rápida e abrangente do que produções verdadeiras. Contudo, há também o lado positivo, no qual podemos utilizar da alta interconexão existente entre as pessoas para disseminar conhecimentos úteis que enfrentem a desinformação (OLIVEIRA FILHA et al., 2022, p. 13).

Sayad (2019) enumera as problemáticas que fazem com que a educação midiática se torne tão relevante: informações falsas, discurso de ódio, risco à liberdade de expressão, disseminação de teorias conspiratórias e posturas anticientíficas, fragilização da democracia etc. Com foco na cidadania, o autor lembra que, atualmente, os indivíduos não são mais seres passivos das mídias, já que agora os cidadãos são produtores de informação. Desse modo, enfatiza que é necessário que os sujeitos se tornem soberanos de suas próprias decisões, podendo exercer de

fato sua cidadania, consumindo, produzindo e compartilhado informações prudentes e adequadas.

Como um termo guarda-chuva, a educação midiática pode se estender desde uma literacia básica no campo do jornalismo (como identificar fontes, gêneros textuais, notícias falsas, mídias e vieses das notícias), passando pela “fluência digital” (como pesquisar e utilizar as redes sociais de forma ética, criativa e cidadã), pela livre expressão na produção de mídia (sites, blogs, filmes e podcasts produzidos pelos estudantes como forma de comunicação criativa, livre e participação política) até a lida com questões relativas à cultura digital e privacidade (lidar com a nova lei de proteção de dados, direitos autorais e o surgimento de moedas digitais ou criptomoedas) (SAYAD, 2019. p. 5).

CONSIDERAÇÕES

A possibilidade ampliada de acesso a dispositivos digitais, que permitem o consumo e produção de conteúdos por potencialmente qualquer indivíduo, sedimentou as preocupações com as consequências da desinformação e ampliou o debate público em torno do problema. Paralelamente,

Vale observar que esse contexto se entrelaça a uma crise de credibilidade no jornalismo. As mudanças que estão em curso no modelo de veiculação de notícias se inter-relacionam a uma crise do papel social do jornalista, e, consequentemente, do jornalismo (CHAVES; MELO, 2019, p. 63).

A tarefa de separar o real e o falso se torna cada vez mais complexa no universo hiperconectado e, como é impossível checar todas as produções de conteúdos desinformativos publicados pelo mundo e apontar seu caráter falso nos portais de agências de checagens, a educação midiática torna-se uma ferramenta essencial para reduzir a distribuição de informações erradas, descontextualizadas, distorcidas ou falsificadas.

Até recentemente, essa tarefa não era assumida pelas empresas jornalísticas, partícipes que são, em sua maioria, de sistemas midiáticos mais amplos:

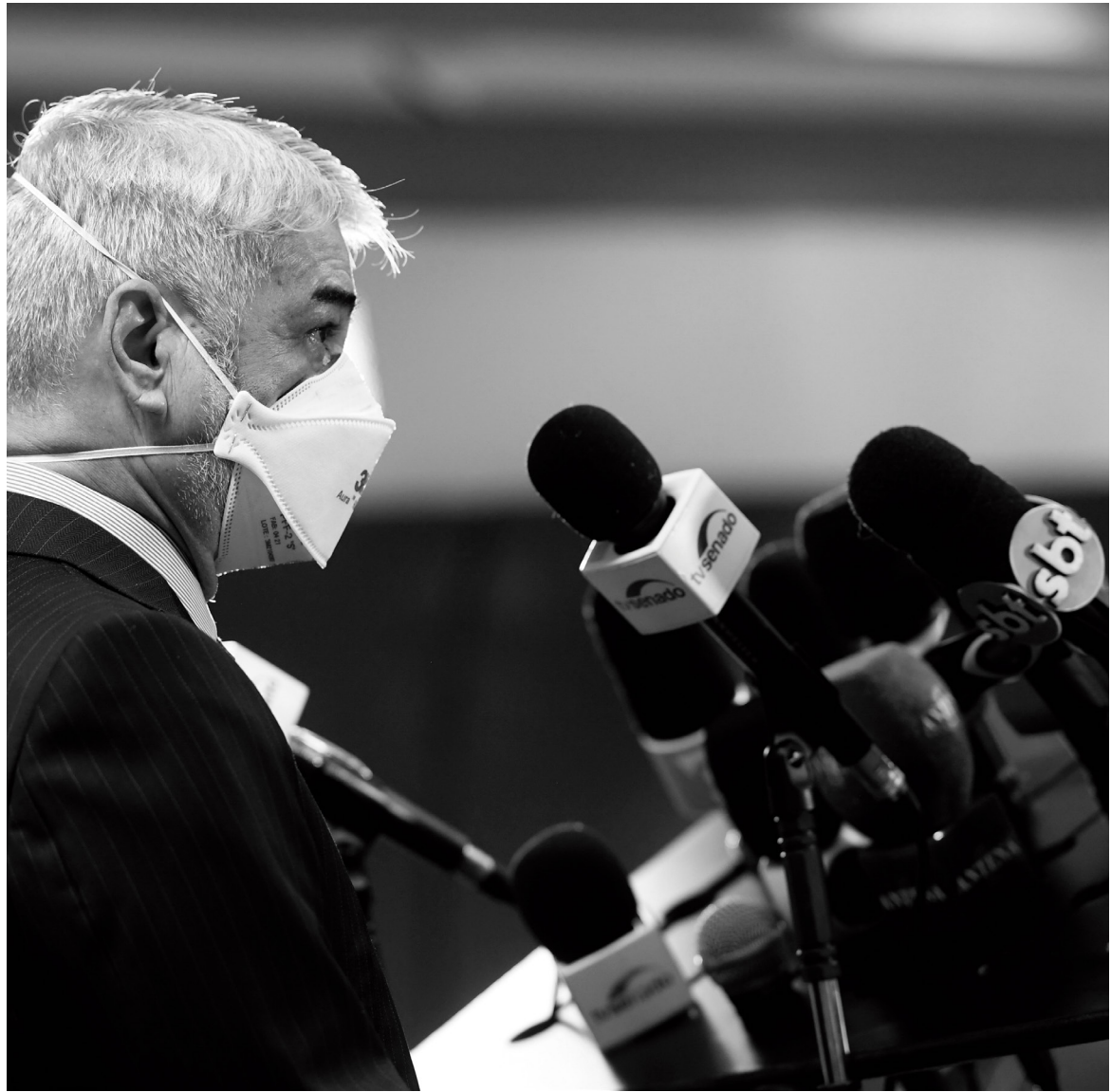
O fator principal da falta de empenho dos sistemas midiáticos em colaborar com ações de mídia-educação é óbvio: as mídias de massa, baseadas na publicidade comercial, precisam de audiências desavisadas, distraídas, embevecidas pelas aventuras dos heróis das ficções ou embaladas por informações fragmentadas, prontas a aceitar sem pensar os argumentos de mensagens publicitárias animadas, coloridas, envolventes. Os sistemas de mídia necessitam de públicos não-educados, acríti-

cos, cujo tempo de cérebro suas mensagens preenchem (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1094).

No entanto, o aprofundamento das várias crises que vitimam atualmente o jornalismo tem levado empresas e profissionais a atuarem no sentido de fortalecer processos educativos e investir em mecanismos de checagem para auxiliar as audiências a distinguirem o real do falso – pelo menos no âmbito da verdade factual alcançável pela apuração jornalística, desenvolvida com base no método de trabalho sacramentado em centenas de anos de prática. Ao mesmo tempo, o jornalismo busca recuperar a credibilidade e demonstrar a relevância de seu papel mediador na sociedade – tendo conseguido vitórias significativas durante as fases mais graves da pandemia de Covid-19.

Os desafios são volumosos e incluem um aspecto fundamental: a existência das grandes empresas controladoras das redes, dos mecanismos de busca e da atuação dos algoritmos. Estabelecer mecanismos de controle social do poderio destas corporações, consolidar um sistema legal que seja ágil e rápido para acompanhar a velocidade de mudança das tecnologias e educar a população para transitar na rede driblando os obstáculos da desinformação são necessidades prementes para a preservação do jornalismo e da democracia.

A garantia de livre acesso às informações, bem como a garantia de liberdade de expressão, são pilares dos regimes democráticos. Em torno da defesa desses direitos, os profissionais jornalistas, as empresas, a academia e os consumidores de notícias devem estar unidos no fortalecimento de um ecossistema de informação que supere as limitações das vozes de fontes historicamente presentes na imprensa, conforme aponta Chauí (2017), e construa uma mídia jornalística plural, que sustente a isegoria; que seja veraz e comprometida com os interesses da coletividade.



Marcos Oliveira / Agência Senado

REFERÊNCIAS

ABERJE. *Aliança Aberje: combate às fake news: movimento empresarial contra a desinformação*. 2018.

Disponível em: <https://www.aberje.com.br/alianca-aberje>.

Acesso em: 21 jun. 2021.

AGUIAR, Leonel de Azevedo; ROXO, Luciana Alcântara. A credibilidade jornalística como crítica à “cultura da desinformação”: uma contribuição ao debate sobre fake news.

Mídia e Cotidiano, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 162-183, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufr.br/midiaecotidiano/article/view/38079/22349>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. *Mídia-Educação: conceitos, história e perspectivas*. **Educação e Sociedade**.

Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5pBFdjL4mWHnSM5jXySt9VF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BLANCO, Patrícia. *Educação midiática: muito além das fake news*. **Contra o ódio, educação**, 2019. Disponível em: <https://SciAm.Com.Br/Wp-Content/Uploads/2019/11/57-64-ESPECIAL-Brv3.Pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BOTELHO, Patrick Botelho. *Você sabe o que é infodemia?*

Politize! 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/infodemia/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BUCKINGHAM, David. *Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização*. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 35, n.3, p. 37-58, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227078004.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

CENP. *Investimentos em Mídia, Realizados por 316 Agências de Publicidade, por Meio de Comunicação*, 2022. Disponível

em: <https://cenp.com.br/cenp-meio/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CHAUÍ, Marilena. Comunicação e democracia. **PAULUS: Revista de comunicação da FAPCOM**, São Paulo, v.1, n.2, p 15-32, 2017. Disponível em: <https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/21>. Acesso em: 19 out. 2022.

CHAVES, Mônica; MELO, Luísa. Educação midiática para notícias: histórico e mapeamento de iniciativas para combater a desinformação por meio da educação. **Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 62-82, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38091>. Acesso em: 9 dez. 2022.

COSTA, Caio Túlio. et al. **Tempestade perfeita: sete visões da crise do jornalismo profissional.** Rio de Janeiro: História Real, 2021.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, ago. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652000000200005>. Acesso em: 12 dez. 2022.

DOMO. **Data Never Sleeps** 10.0, [2022]. Disponível em: <https://www.domo.com/data-never-sleeps>. Acesso em: 13 dez 2022

DORETTO, Juliana. Minhas próprias notícias: jornalismo e o público jovem brasileiro e português em contexto digital. **Revista Intercom**, São Paulo, v.42, n.1, p. 113-129, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3104/2251>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FERRARI, Ana Claudia; MACHADO, Daniela; OCHS, Mariana. **Guia da educação midiática.** São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020.

FERREIRA, João Rodrigo Santos; LIMA, Paulo Ricardo

Silva; SOUZA, Edivanio Duarte de. *Desinformação, infodemia e caos social: impactos negativos das fake news no cenário da COVID-19*. **Em questão**, v. 27, n. 1, p. 30-53, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/102195>. Acesso em: 24 jan. 2021.

FRONTLINER. *Brasileiros cansados das notícias de ontem, mostra estudo do Instituto Reuters Frontliner*, jun 2022. Disponível em: <https://www.frontliner.com.br/brasileiros-cansados-das-noticias-de-ontem-mostra-estudo-do-instituto-reuters/> Acesso em: 13 dez. 2022.

KOVACH, Bill; ROSEINSTIEN, Tom. **Os elementos do jornalismo**. 2 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

NAPOLITANO, Carlo José. *Censura judicial à liberdade de expressão do pensamento*. In: SIMIS, A., et al.(org.). **Comunicação, cultura e linguagem**. São Paulo: Editora UNESP, 2014. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2h3ks/pdf/simis-9788579835605-07.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de Oliveira et al. *Educação midiática na prática contra as fake news: relatos de experiências em organizações curitibanas*. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45., 2022, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Intercom, 2022. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0809202209225362f2519d17de9>. Acesso em: 19 out. 2022.

SACCHITIELLO, Bárbara. *Cenp-Meios aponta crescimento de 38,8% em 2021*. **Meio & Mensagem**, 2022. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/cenp-meios-apon-ta-crescimento-de-388-em-2021>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SAYAD, Alexandre Le Voci. *Liberdade de Expressão e Educação Midiática São Alicerces da Democracia Contemporâ-*

nea. *Scientific American Brasil*, 2019. Disponível em: <https://sciam.com.br/wp-content/uploads/2019/11/57-64-ESPECIAL-BRv3.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2022.

SOARES, Ismar Oliveira. *Gestão Comunicativa e Educação: Caminhos da Educomunicação*. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 23, p. 16-25 jan. /abr., 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37012>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SPINELLI, Egle Müller; SANTOS, Jéssica de Almeida. Saberes necessários da educação midiática na era da desinformação. **Mídia e Cotidiano**, [s. l.], v. 13, n. 3, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38112/22326>. Acesso em: 30 nov. 2022.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Reflexão sobre a "desordem da informação": formatos da informação incorreta, desinformação e má-informação. In: IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Jornalismo, fake news e desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. Paris: Unesco, 2018. p. 46-58.

WARDLE, Claire. *Guia essencial da First Draft para entender a desordem informacional*. [s. l.]: First Draft, 2020. Disponível em: https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_PTBR.pdf?x75440. Acesso em: 28 set. 2022.

WEISS, Marcos Cesar. Sociedade sensoriada: a sociedade da transformação digital. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 95, p. 203-214, jan. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/159485/154261>. Acesso em: 11 nov. 2022.

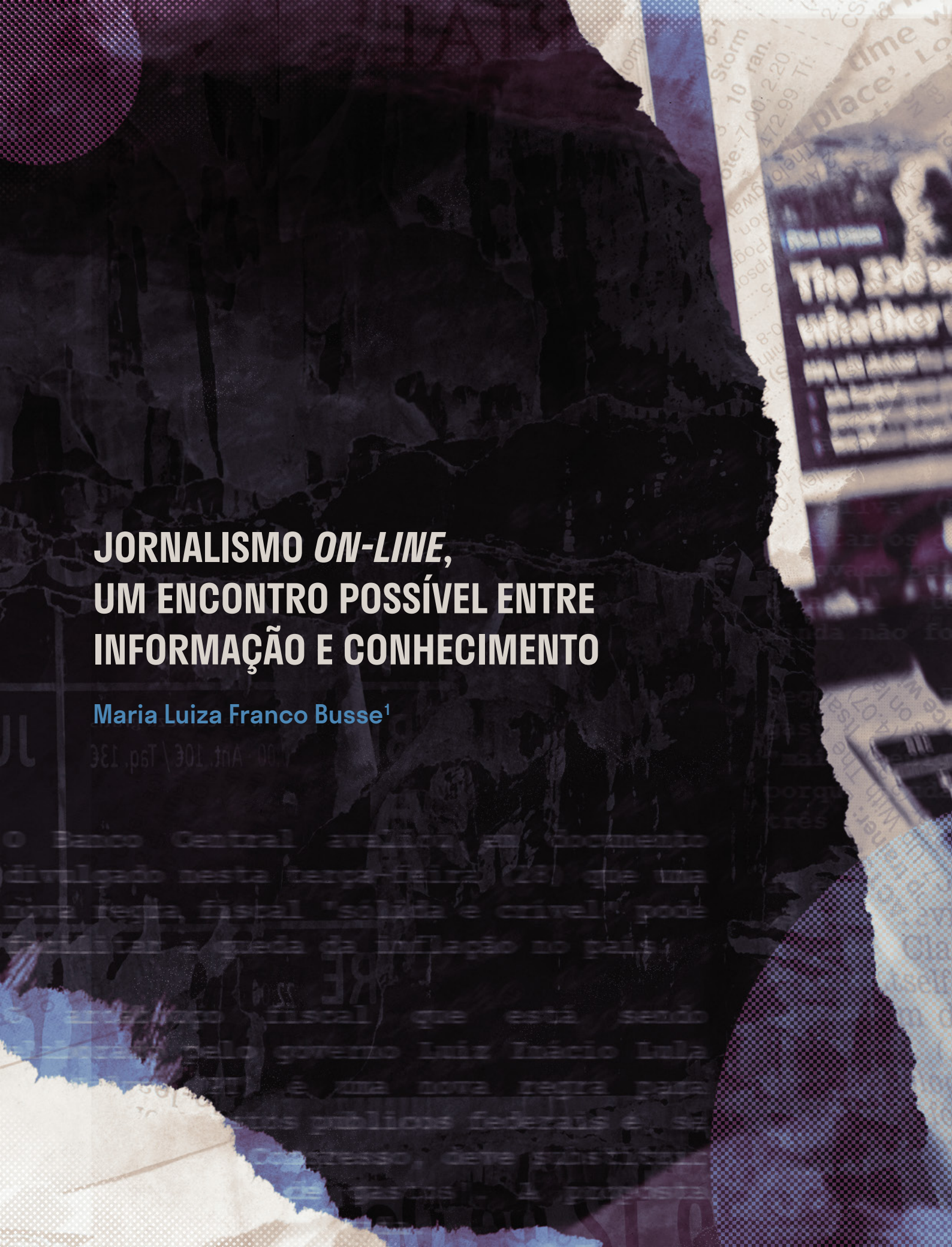
do
inst
em
quaisq

En
textos: o prin
ilegalmente n
dificuldades

O se
Amaral Ser.

**SER DE ESQUERDA “É UMA POSIÇÃO FILOSÓFICA
PERANTE A VIDA, ONDE A SOLIDARIEDADE PREVALECE
SOBRE O EGOÍSMO”.**

pepe mujica



JORNALISMO *ON-LINE*, UM ENCONTRO POSSÍVEL ENTRE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Maria Luiza Franco Busse¹



E é ainda no bit, *binary digit* da informação, que opera na comutação sim/não, senta/levanta, concentrando a escolha num isso ou aquilo sem espaço para explorar a complexidade, e o conhecimento, esse desdobramento infinito que levou Sócrates a declarar que quanto mais sabia mais sabia que nada sabia, que aparece a necessidade de uma pedagogia do encontro entre informação e conhecimento. Uma *téchne*, que reabilite a harmonia entre conhecimento e habilidade específica, diferente do sentido técnico, que tomou conta das relações com a tecnologia e afastou o saber do conhecimento.

Houve um tempo em que o jornalismo se pretendeu um trabalho intelectual condicionado a prazo. Intelectual porque ampliava a perspectiva dos fatos e contextualizava os acontecimentos de modo a retirá-los de um sentido restrito e lançá-los numa problemática tanto mais geral quanto universal. Condicionado a prazo, porque todo o inesgotável sentimento do mundo que cada assunto encerrava teria obrigatoriamente, como até hoje, de estar nas páginas até determinado horário, sem direito a choro ou prorrogação. O *deadline* do texto é a sobrevida do jornalista!

Na esteira do trabalho intelectual, informação e conhecimento caminhavam juntos. Eram parceiros na confecção das matérias e, de fato, alguns veículos conseguiram unir essas duas vertentes. Mas o que se tem verificado nestes últimos trinta anos é que o conhecimento foi perdendo espaço na medida em que a tecnologia avançava no sentido de imprimir maior velocidade ao processo de produção. E a introdução do modo digital no cotidiano das redações parece ter inibido ainda mais a narrativa jornalística.

Na década de 1980, corria o boato de que a *Folha de S. Paulo* estaria pensando em padronizar as notícias na medida de 1 (uma) coluna com 10 (dez) centímetros de altura. Uma diagramação de caixinhas de acordo com os programas então disponi-

bilizados pela informática como, por exemplo, o já ultrapassado *Page Maker*. Por fim, a realidade bateu mais forte do que o deslumbramento com a novidade tecnológica. Percebeu-se a necessidade de alargar o conhecimento, e o espaço narrativo voltou a ter lugar. No campo científico, nunca se ignorou que as certezas possuem o tempo do valor de suas explicações.

Entretanto, o muro já havia sido levantado. No decorrer das últimas duas décadas, o ensino de jornalismo abandonou a formação de profissionais voltados para a criação, privilegiando a habilitação de técnicos aptos a reproduzir *softwares* e reduzidos à hiperatividade. O mundo da informação não precisava mais do sujeito, apenas do indivíduo operacional e descartável, porque igualável a todos os demais hiperativos e funcionais. Agora, uma vez mais verificado que a tecnologia não é fim, mas meio, o jornalismo *on-line* se vê envolvido num cenário de interessantes paradoxos, próprios da natureza da informática, que levam a pensar mais atentamente sobre a relação entre informação



e conhecimento. O suporte *on-line*, no mesmo momento em que comprime o tempo em função da velocidade com que é capaz de fornecer e atualizar as informações, amplia o conhecimento, porque não impõe limite de espaço, como acontece nos veículos impressos e nas formas jornalísticas programadas para rádio e tevê.

O eixo dessa pedagogia não é a máquina, mas o sujeito. Até por uma razão simples, bem traduzida na pergunta de um francês, articulista e teórico da comunicação: “Qual é a probabilidade de um macaco batendo 630 vezes seguidas as teclas de uma máquina, conseguir escrever a frase Os gatos?”. Efetivamente, o máximo de técnica fez pensar em recuperar o que essas duas últimas décadas de ensino de jornalismo rasuraram: o jornalista. E, conseqüentemente, o texto jornalístico. Diferente do que se imaginava, o modo digital de transmissão de informação pede mais do que lepeidez e superficialidade no texto jornalístico. O espaço *on-line* solicita jornalistas com repertório consistente. O processo digital é aberto à complexidade dada a sua natureza combinatória e a velocidade do meio onde se sucede esse modo de produção; está a serviço dessa nova maneira de propagar a informação, e não ao contrário. Em outras palavras, hiperatividade com repertório inconsistente destrói a eficácia.

A pedagogia do encontro entre informação e conhecimento trabalha o sujeito em sua potencialidade criadora, numa troca entre estudante e docente, na qual o professor funciona como coordenador e orientador dos discursos transdisciplinares, introduzindo informações originais e substituindo o “achismo” por reflexões fundamentadas.

É ainda mais relevante a importância do repertório consistente quando se pensa a relação entre o sujeito-mediador, isto é, o jornalista, e a dinâmica veloz da sociedade contemporânea. Embora a pesquisa esteja disponível e seja de fácil acesso na própria internet, esse sujeito não saberá tirar proveito do que lhe é

oferecido, porque falta conhecimento anterior para estabelecer os nexos que permitem a redação de textos ampliados. A esse respeito, é preciso esclarecer que, quando se fala de repertório consistente, está se agregando a essa perspectiva a noção de pensamento crítico. Repertório consistente e pensamento crítico são unidades inseparáveis da mesma ação. A ausência desse conjunto num ambiente acelerado e, portanto, de prazo ainda mais escasso, compromete a qualidade do conteúdo porque acaba por reduzir a comunicação a uma afasia em que o eixo paradigmático se torna um dizer a mesma coisa, e a única variação ainda verificada se dá na troca de lugar das palavras no texto, mas sem provocar alteração de sentido, transformando a língua num jogo matemático em que a ordem dos fatores não altera o produto.

Também é necessário estabelecer a diferença entre texto ampliado e texto longo. A ideia de ampliação está relacionada com o desdobramento e a polifonia da realidade na narrativa. Ao contrário do prolixo, ser conciso é virtude de quem sabe o suficiente para ser breve. Além disso, a prática já deu à teoria a segurança para afirmar que a escrita se dá por contenção e o oral por acréscimo. Isso significa dizer que o suporte infinito disponibilizado pelo meio digital para a tarefa jornalística não tem que perder as características da escrita e se deixar escrever pela sintaxe da oralidade. Nunca é demais lembrar que o texto jornalístico produzido para televisão ou rádio é sempre um texto escrito para ser falado. Obedece à regra sintática da língua, diferente da fala que não precisa ter compromisso com o conjunto da sociedade.

Todas essas variantes, conhecimento consistente com pensamento crítico, velocidade do presente traduzida na compressão do tempo, e texto ampliado resolvido na amarração harmoniosa entre sentidos abertos e palavras na medida, são considerações necessárias quando se trata de pensar uma pedagogia do huma-

no para o relacionamento como o universo tecnológico. Nada mais irrisório e contraproducente para o campo do conhecimento do que as visões dualísticas de apocalípticos e integrados (ECO, 2001). Em cada momento da história da humanidade, o encontro do homem com as suas próprias descobertas exige muito mais do que a vibração e a energia despendida pela torcida num jogo de “Fla x Flu”, ou o delírio crente sobre o fim dos tempos, quando o desconhecido se apresenta em forma de novidade, surpreendendo a todos, e ao criador, inclusive.

Nem no período mais brutal do imperialismo colonial, em que levas de homens e mulheres foram identificados como animais de carga e tração, porque não faziam parte da civilização europeia, nem no instante inaugural da barbárie contemporânea, quando o fascismo colocou a tecnologia a serviço do genocídio, o homem abriu mão do seu direito de perguntar, ou melhor, de perguntar-se sobre os acontecimentos. E a história já provou que a qualidade da pergunta interfere, e, não poucas vezes, é determinante, nos destinos tanto individuais quanto coletivos.

Entretanto, a noção de fato como lugar de múltiplos sentidos não é contemplada por determinadas correntes de pensamento. De acordo com os que professam o caminho da visão integrada à tecnologia, a palavra tendência ganha significado de definitiva e a reflexão sobre hegemonia, quando não desqualificada, é empurrada para o mundo das patologias, mais especificamente a referente à paranoia, que etimologicamente quer dizer ‘para além da razão’. Conforme os seguidores da crença apocalíptica, que, diante do advento do trem chegaram a espalhar que a velocidade do novo meio de transporte causava rompimento dos órgãos internos e os usuários jorravam sangue pelos ouvidos, boca e olhos, o passado é sempre o melhor dos mundos porque já foi experimentado, não dá medo e nem representa risco. Uma percepção melancólica, porque rejeita de saída a especulação em torno do novo objeto,

e se fecha na ignorância perdendo a capacidade de inferir a realidade por outros meios.

Nesse maniqueísmo pobre, a predominância tem sido dos integrados que usam discursos apocalípticos para propagar suas certezas. Frases como “Estima-se que dentro de alguns anos só estaremos usando 20 por cento do conhecimento que temos hoje. O avanço da tecnologia terá deixado o resto obsoleto, ultrapassado” ou “E-mail é coisa de velho”, ocupam as páginas dos jornais, principalmente a dos cadernos especializados em Informática, proclamadas por profissionais encantados com o universo tecnológico. Nessa aposta sem alternativa, cabe parafrasear uma pergunta clássica: quem constrói os *softwares* que permitem a relação entre sujeito e máquina? A resposta é simples: sujeitos. E quem serão esses sujeitos formados num ambiente de fundamentos integrados em discursos apocalípticos? Provavelmente braços de ferro sem cérebro funcionando para “gerar” a informatização individualizada da sociedade, em lugar de produzir a socialização da informação. Sujeitos esvaziados frente ao sentido de responsabilidade, deslocado para o objeto material. Operação de fetiche em que a tecnologia ganha aura e passa a ser vista como dotada de valores subjetivos intrínsecos, que independem e prescindem das considerações externas à sua lógica.

O jornalismo não está dissociado do papel importante que a universidade e o ensino básico e fundamental têm no destino dos povos como lugares de produção de conhecimento, e a responsabilidade dobra toda vez que a humanidade se depara com transformações que afetam as mais simples e objetivas necessidades do cotidiano. O grau de interferência para mais ou para menos no dia a dia das nossas vidas é uma questão de decisão tomada a partir de múltiplas considerações sobre como devem ser trabalhadas as novas tecnologias. Mas “o tempo, esse jogador atento que ganha, sem furtar, cada jogada”, como dizia

Baudelaire, posto no cenário de velocidade no qual hoje nos movemos, exige investimento e esforço concentrado na investigação científica para que ocorra o indispensável equilíbrio entre o espaço das perguntas e das respostas.

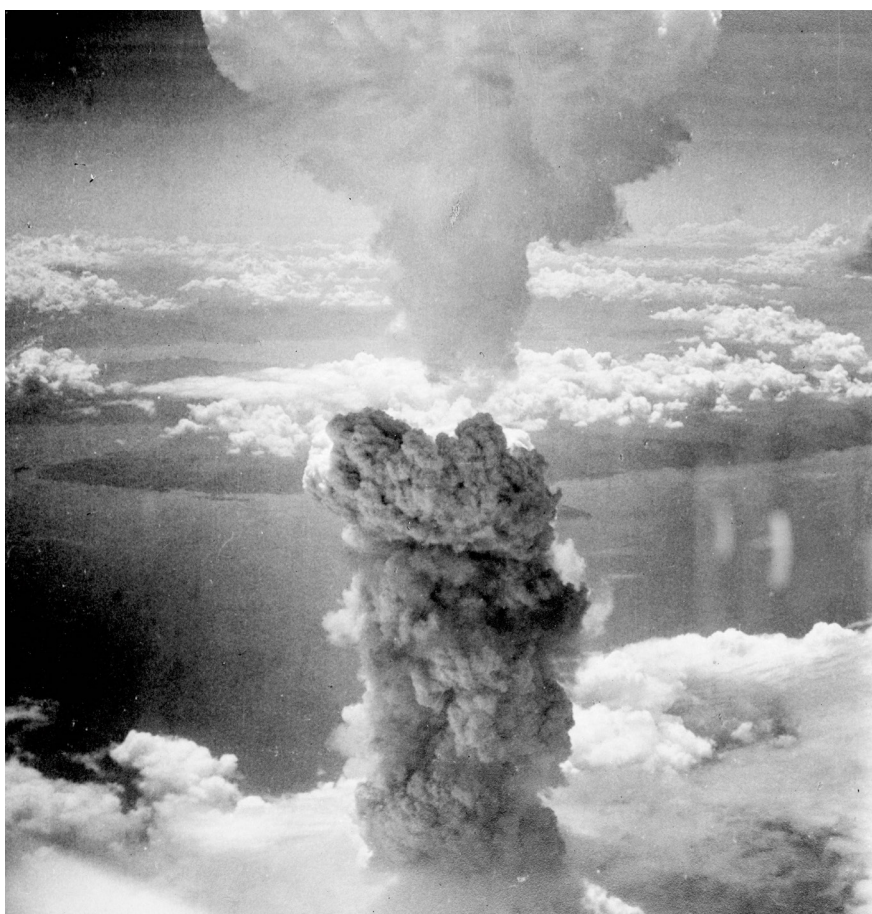
Na simples fórmula $E=mc^2$, o físico Albert Einstein concentrou a enorme complexidade que relativizou a percepção humana sobre o universo que nos cerca. Não foi pouca coisa a descoberta de que a energia que move o mundo resulta da aceleração da massa elevada ao quadrado. A observação da realidade pelo pensamento quântico abriu para a compreensão e a prática não linear das coisas da vida. Estava provado que era possível outra lógica de representação de mundo, diferente e sem exclusão, da então usual e conhecida mecânica newtoniana.

Einstein tinha compreensão do poder de intervenção da ciência e do cientista na sociedade contemporânea. Segundo ele, nada tem de científico aprender a utilizar instrumentos e adotar métodos de trabalho a partir disso. O verdadeiro compromisso com a investigação e a prática científica, dizia, tem que resultar na transformação da vida econômica da humanidade na profundidade de ampliar à máxima potência o prazer e o descanso, a ponto de fazer desaparecer a exploração tipificada no trabalho manual. Ao mesmo tempo, manifestava angústia ao verificar que os resultados constituíam ameaça para a sociedade em decorrência da aplicação científica concentrada em mãos de pequena minoria de poder político e econômico, assim afetando de modo negativo a maioria de seres humanos desassistidos e entregue à própria sorte.

Nesse caminho, a tão sonhada transformação libertadora passava a ser meio de reduzir o humano a instrumento cego que radicaliza a escravidão, observava. Ele também atribuía aos físicos e demais cientistas a função de prevenir e empenhar esforços no sentido de dar consciência sobre o espantoso desastre que poderiam provocar se não modificassem a maneira

de conceber o futuro. Importante não esquecer que Einstein falava na época da ascensão e domínio do nazifascismo, além de ser judeu. Mesmo período em que o ativista político e filósofo existencialista francês Jean Paul Sartre lançou a pergunta que não perde validade: “Qual a diferença entre o cientista e o cientista intelectual?” Resposta: “O primeiro constrói a bomba atômica; o segundo pergunta para quê”.

No interstício de integrados e apocalípticos, mesmo sem deixar de considerar as subjetividades deformadas por éticas autoritárias e reacionárias, fica a proposta do encontro jornalístico entre informação e conhecimento. Talvez, desse modo, ainda seja possível evitar que aconteça uma situação para a qual, um dia, um velho sábio chinês chamou atenção: “Estudar sem pensar é inútil; pensar sem estudar é perigoso”.



Wikimages

REFERÊNCIAS

ECO, Umberto. Apocalípticos e integrados. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. Em defesa dos intelectuais. São Paulo: Ática Editora, 1994.

do
inst
em
quaisq

En
textos: o prin
ilegalmente n
dificuldades

O se
Amaral Ser.

"SOMOS ASSIM. SONHAMOS O VOO, MAS TEMEMOS AS ALTURAS. PARA VOAR É PRECISO AMAR O VAZIO. PORQUE O VOO SÓ ACONTECE SE HOUVER O VAZIO. O VAZIO É O ESPAÇO DA LIBERDADE, A AUSÊNCIA DE CERTEZAS. OS HOMENS QUEREM VOAR, MAS TEMEM O VAZIO. NÃO PODEM VIVER SEM CERTEZAS. POR ISSO TROCAM O VOO POR GAIOLAS. AS GAIOLAS SÃO O LUGAR ONDE AS CERTEZAS MORAM"

rubem alves



FICÇÃO E REALIDADE RELIGADAS PELA CONSCIÊNCIA (IMPACTOS DOS ALGORITMOS)

Francisco José Daher Junior¹



Este artigo, publicado originalmente na edição *on-line* do *Le Monde Diplomatique* Brasil do dia 24 de julho de 2018, foi resultado de uma reflexão em sala de aula sobre os impactos dos algoritmos em nossas vidas. Assim, desenvolveu-se uma discussão no sentido de entender se a nossa consciência, nesse embate com a inteligência aportada nas máquinas, seria capaz de se colocar como contraponto ao poder oriundo do mercado que emerge do então capitalismo cognitivo. Sem “demonizar” a tecnologia, entendendo-a como necessária à vida, conclui-se que, historicamente, mesmo a consciência tendo sempre buscado um equilíbrio para superar conflitos, faz-se necessário a busca de alternativas para os atuais processos de desenvolvimento, sob pena de sucumbirmos à barbárie.

Instigados a responder a três questões relativas ao impacto dos algoritmos em nossas vidas, em uma atividade desenvolvida para a disciplina Comunicação, Informação e Conhecimento, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFBA¹, partimos da afirmação de que a sociedade humana ainda tem muito o que aprender, a partir de sua própria memória histórica. As questões eram (1) se somos apenas algoritmos numa vida de processamento de dados; (2) o que nos espera quando estes, altamente inteligentes, nos conhecerem melhor que a nós mesmos; e, (3) qual o maior valor entre consciência e inteligência no que diz respeito à memória.

A questão central desta discussão passa efetivamente por entender o quão emergente anda o capitalismo cognitivo, assim como as prioridades de investimentos advindas desta contemporaneidade, que, em seu cerne, valoriza mais a criação e a inovação do que necessariamente os processos repetitivos da industrialização, boa parte já realizada por máquinas, principalmente em indústrias de base e automobilísticas, entre outras.

Os investimentos em tecnologia, especialmente em inteligência artificial e em processos de conexões neurais, nos dão

1. Jornalista e doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
2. Ministrada pela professora doutora Lídia Maria Brandão Toutain.

uma dimensão dessa nova realidade. O jornal *Valor Econômico* publicou matéria destacando uma pesquisa do Grupo Gartner, na qual estima que

a inteligência artificial, sozinha, vai gerar US\$ 2,9 trilhões em novas oportunidades de criação de valor para as empresas até 2021, assim como recuperar 6,2 bilhões de horas de produtividade perdidas com atividades repetitivas, ou com a geração de insights e novas fontes de receita (BRIGATTO, 2018).

Para se ter uma ideia da grandeza dessa movimentação financeira, tal valor é superior ao Produto Interno Bruto (PIB) nominal do conjunto, em caráter decrescente, das economias dos 100 dos 193 países do mundo, cerca de US\$ 1,5 trilhão, de acordo com dados apurados a partir de projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2021³. O valor supera também o PIB brasileiro para o mesmo período, estimado em US\$ 2,5 trilhões, sendo que o país estará em 80º lugar no ranking das maiores economias do mundo.

Isso implica dizer que, do ponto de vista econômico, sob um viés neoliberal, o mercado tende a nos levar a um mundo mais desigual, porém extremamente sofisticado em termos de inovação tecnológica: carro sem motorista, computação ubíqua, serviços de robótica, máquinas programando máquinas e conectivismo, entre outras, ora objeto de pesquisa em várias áreas do conhecimento, e, seguindo a lógica, com o aumento da fome severa no planeta.

A promessa de um mundo feliz se renova, a exemplo da não cumprida pela terceira revolução industrial, que teve início após o fim da Segunda Guerra Mundial. Sobretudo a partir de 1960, o mundo experimentou um desenvolvimento que transcendeu as transformações industriais de outrora, desembocando nesta suposta quarta revolução que estaríamos começando a viver agora.

3. Valor calculado a partir das tabelas séries temporais (2012 a 2022), publicadas pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/o-ipri/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-bppp>. Acesso em: 16 out. 2018.

Na década de 1970, o filósofo Herbert Marcuse fez um prognóstico pessimista, dizendo que a tecnologia seria responsável pela “escravidão universal” da humanidade. A escravidão, infelizmente, acredito que tenha superado as expectativas de Marcuse.

As revoluções industriais, com todas as promessas de uma vida melhor, ainda não conseguiram corrigir as assimetrias regionais e sociais, e tiveram como denominador comum o processo de renovação da concentração da riqueza. Relatório da Oxfam, organização não-governamental britânica, segundo informações da BBC Brasil, dá conta de que a riqueza de 1% da população mundial, em 2016, equivalia à riqueza dos 99% restantes, em crescimento constante registrado desde 2009 (REUBEN, 2016).

Hoje, num mundo onde o celular não é mais símbolo de exclusão social, ao contrário de uma garrafa de água mineral, acabamos experimentando uma falsa sensação, propiciada pelo mundo cibernético, de que as diferenças diminuíram por estarmos conectados a um suposto mundo do conhecimento. A ficção científica tem na trilogia *Matrix*⁴ um ótimo exemplo desse estado.

As assimetrias podem ser vistas no próprio mapa da fome, que mostra uma população de 121 milhões⁵ de pessoas vivendo em estado de fome severa em 51 países, ao mesmo tempo em que se registra no planeta uma expansão da “matrix” de usuários de celulares únicos. Em 2017, de acordo com relatório do GSMA⁶, esse número estava na casa de 5 bilhões de pessoas, e, somente para a América Latina e o Caribe projeta-se que, em 2020, cerca de 150 milhões estejam com seus aparelhos.

Considerando os aspectos relacionados ao capitalismo cognitivo, aos investimentos em tecnologia de dados, informação e comunicação, e ao aumento da concentração de renda no mundo, teríamos elementos indicativos de um cenário no qual os algoritmos inteligentes poderiam sobrepor a nossa consciência. Se voltamos, no entanto, a partir de nossa própria consciência, à história dos 500 anos de escravidão no Brasil, por exemplo,

4. The Matrix é uma produção cinematográfica estadunidense e australiana de 1999, dos gêneros ação e ficção científica, dirigido por Lilly e Lana Wachowski e protagonizado por Keanu Reeves, Laurence Fishburne e Carrie-Anne Moss. Escrito como uma trilogia (*Matrix*, *Matrix Reloaded*, *Matrix Revolutions*), conta a história de um jovem programador que sonha estar conectado por cabos a um sistema de computadores. A partir da repetição dos sonhos, ele acaba se encontrando com Morpheus e Trinity e descobrindo ser vítima da Matrix, um sistema inteligente e artificial que manipula a mente humana e cria a ilusão de um mundo real, bem resolvido mas que, na verdade, as pessoas não passavam de fontes geradoras de energia para a manutenção das máquinas, que já tinha dominado o sistema. Dados do Wikipedia (https://pt.wikipedia.org/wiki/The_Matrix_Reloaded) com interpretação do próprio autor.

5. Dados do Relatório Global sobre Crises Alimentares, apoiado pela ONU estão disponíveis em: http://vam.wfp.org/sites/data/GRFC_2018_Full_Report_EN.pdf. Acesso em: 19 maio 2018.

6. Disponível em: https://www.gsma.com/latinamerica/wp-content/uploads/2016/09/ME_LATAM_2016_Portuguese_Exec_Summary_RWeb-1.pdf. Acesso em: 19 maio 2018.

podemos mudar o rumo de nossa conversa.

Antes, porém, vamos a uma definição básica do que vem a ser um algoritmo. Usaremos um conceito simples, retirado da Wikipédia, denominando-o como “uma sequência finita de instruções bem definidas e não ambíguas, cada uma das quais devendo ser executadas mecânica ou eletronicamente em um intervalo de tempo finito e com uma quantidade de esforço finita” (ALGORITMO, 2022). Grosso modo, um algoritmo é desenvolvido com o objetivo de se conseguir alcançar resultados com vista à solução de problemas.

Se preciso alcançar resultados para resolver problemas, podemos dizer, analogamente, que a sistematização dos castigos aplicados pelos senhores escravocratas eram também soluções algorítmicas, e tinham até nomes: Anjinhos, Máscaras, Tronco e açoite, Bolo, Colar de pescoço e Vira mundo, entre tantas. Cada técnica era usada com determinado objetivo, de forma finita, sistêmica e inteligente, na busca de solução de problemas, não visando o extermínio das “propriedades” daqueles senhores, mas, sim, a obediência e ao extermínio de consciências dos escravos enquanto seres humanos.

A partir do nosso exemplo, podemos dizer que, em 500 anos de história, as “consciências” reagiram à “inteligência” criada para perpetuar um estágio de submissão humana, em nome da economia e do acúmulo de riquezas nas mãos de poucos. Tanto os alertas da ficção – leia-se *Matrix*, e incorporando agora o exemplo de o *Exterminador do Futuro* – quanto os fatos históricos, nos têm mostrado que as consciências tendem sempre a reagir à inteligência, sobretudo quando dominadora.

Independentemente da situação – seja nos Quilombos, com Zumbi dos Palmares, no submarino Nabucodonosor, de *Matrix*, onde vivem os rebeldes, ou ainda na vida ficcional de John Connor, que consegue reprogramar um “Exterminador” e enviá-lo ao passado para tentar evitar a morte de sua mãe

Sarah, que tinha como missão destruir o supercomputador skynet, que acabaria com a humanidade – devemos sempre recorrer à nossa consciência e memória como meio de se buscar uma vida mais justa.

Na ficção, é oportuno lembrar que o mineral Coltan era utilizado para construir o androide “Exterminador”. Na vida real, esse mesmo produto está no centro de uma disputa bélica no Congo, iniciada em 1998, que já exterminou mais de quatro milhões de pessoas. Sem o Coltan, eu não estaria usando meu computador para escrever este artigo, não estaríamos construindo estações espaciais, capacitores de tântalo, baterias e outras tantas maravilhas que nos seduzem em nosso dia a dia. Eu, enquanto consumidor, fomento esse negócio, hoje capitaneado por empresas como Apple, Samsung e Sony que figuram, segundo dados da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), entre as 16 multinacionais que também exploram o chamado “ouro cinza” do Congo (SALVADO, 2016).

Não se trata de desprezar o conhecimento, o desenvolvimento tecnológico e a utilização de algoritmos para a solução de problemas necessários à sobrevivência da humanidade e do seu meio ambiente, mas, sobretudo, de se ter consciência de que “apenas a utopia do saber compartilhado na produção como no consumo pode nos unir contra os projetos de sociedade da informação ligados a seus engodos reciclados das ideologias etnocêntricas da modernização sem fim” (MATTELART, 2005, p. 22).

Se não buscarmos alternativas, continuaremos fomentando barbáries como a do Congo, e outras tantas bem próximas de nós – leia-se, por exemplo, as indústrias clandestinas de carvão, do sexo, do tráfico -, que submetem inúmeras pessoas, sobretudo crianças, aos mais diversos tipos de violência, colocando-as em uma verdadeira “matrix” para gerar energia, produtos estratégicos e “prazer” que garantam a funcionalidade de nosso “admirável mundo novo”.



REFERÊNCIA

ALGORITMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Algoritmo#Etimologia>. Acesso em: 28 ago. 2022.

*BRIGATTO, Gustavo. Investimentos em tecnologia devem crescer 4,5% em 2018, estima Gartner. **Valor Econômico**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/01/16/investimentos-em-tecnologia-devem-crescer-45-em-2018-estima-gartner.ghhtml>. Acesso em: 16 maio 2018.*

*MATTELART, Armand. Sociedade do conhecimento e controle da informação. In: ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA, POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO, 5., 2005. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugues.pdf>. Acesso em: 6 maio 2018.*

*REUBEN, Anthony. 1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes, diz estudo. **BBC News, Brasil**, [s. l.], 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn. Acesso em: 22 ago. 2022.*

*SALVADO, Sandra. Exploração infantil no Congo alimenta gigantes mundiais da tecnologia. **RTP Notícias**, [s. l.], 2016. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/exploracao-infantil-no-congo-alimenta-gigantes-mundiais-da-tecnologia_n889090. Acesso em: 20 maio 2018.*

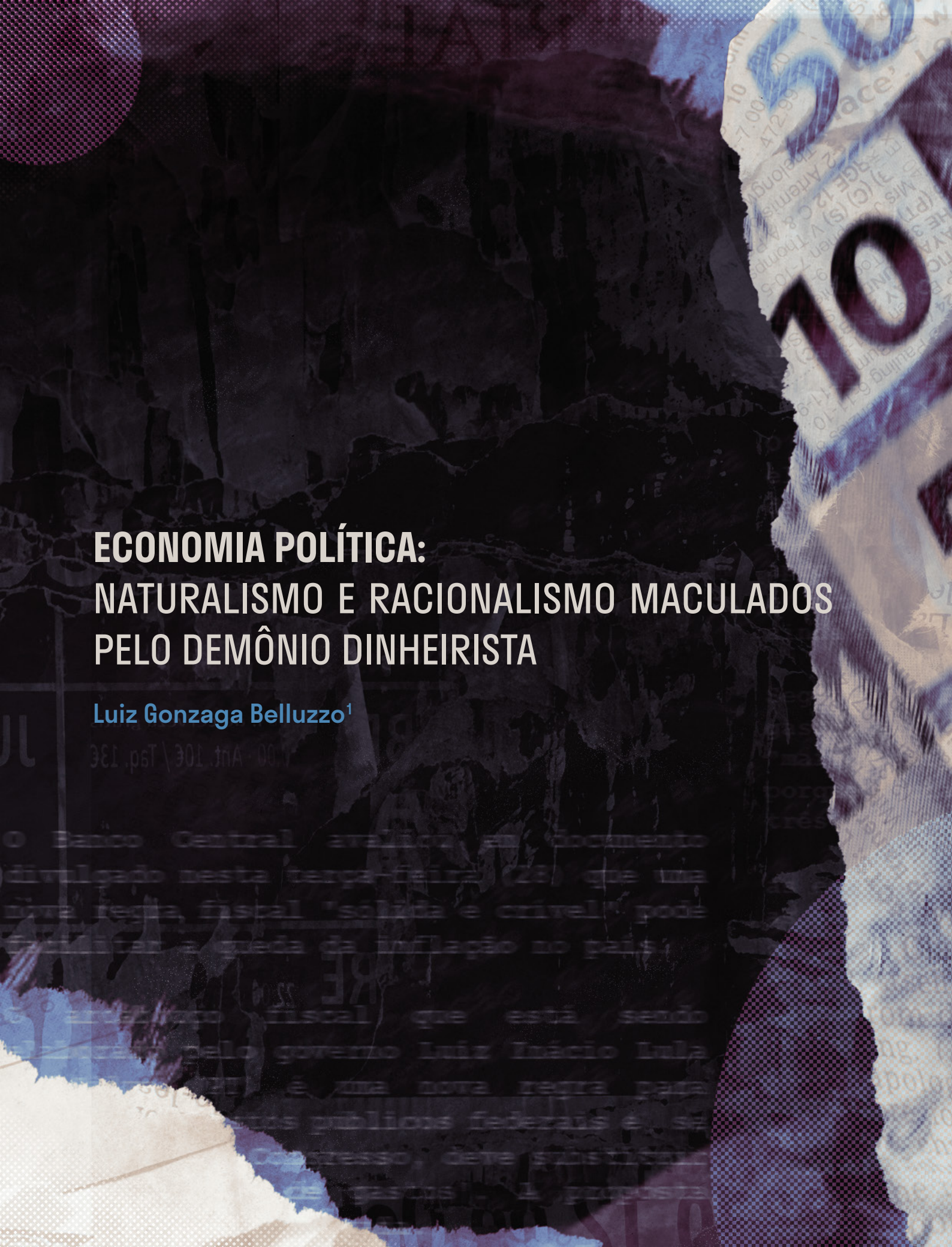
do
inst
em
quaisq

En
textos: o prin
ilegalmente n
dificuldades

O se
Amaral Ser.

"QUANDO CONSEGUIMOS ESTAR SOZINHOS, PODEMOS ESTAR COM OS OUTROS SEM USÁ-LOS COMO FORMAS DE ESCAPE. VIVER COM SIMPLICIDADE TORNA O AMOR SIMPLES"

bell hooks



ECONOMIA POLÍTICA: NATURALISMO E RACIONALISMO MACULADOS PELO DEMÔNIO DINHEIRISTA

Luiz Gonzaga Belluzzo¹

CAPITALISM



As hostilidades dirigidas contra os teóricos e praticantes da “ciência triste” já têm vida longa. Não falo de reconhecidos detra- tores, como Carlyle, mas de brasileiros ilustres, como Machado de Assis. O autor de *Dom Casmurro* costumava, nas crônicas de *A Semana*, manifestar perplexidade diante das façanhas perpetradas por “cientistas” da economia e das finanças.

Machado de Assis (1997) confessa que descobriu o seu com- pleto desconhecimento do assunto econômico quando apanha- va o bonde e bisbilhotava a conversa alheia.

Há sempre três ou quatro pessoas (principalmente agora) que tratam das cousas financeiras e econômicas, e das causas das cousas, com tal ardor e autoridade, que me oprimem. É, então, que leio algum jornal, se o levo, ou rôo as unhas – ví- cio dispensável; mas antes vicioso que ignorante. Quando não tenho jornal, nem unhas, atiro-me às tabuletas. Miro ostensivamente às tabuletas, como quem estuda o comércio e a indústria... Foi assim que, um dia, há anos, não me lembra em que loja, nem em que rua, achei uma tabuleta que dizia: Ao Planeta do Destino. Intencionalmente obs- curo, este título era a nova edição da esfinge. Pensei nele, es- tudei-o, e não podia dar com o sentido, até que me lembrou virá-lo do avesso: Ao Destino do Planeta. Vi logo que, assim virado, tinha mais senso; porque, em suma, pode admitir- -se um destino ao planeta em que pisamos. Talvez a ciência econômica e financeira seja isso mesmo, o avesso dos dizem os discutidores de bonds. Quantas verdades escondidas em frases trocadas! Quando fiz esta reflexão exultei. Grande consolação é persuadir-se um homem de que os outros são asnos (sic) (ASSIS, 1997, p. 592).

Aos olhos dos leigos, são escassos, na tribo dos economistas, os que revelam capacidade para decifrar ou inverter o sentido das tabuletas arrevesadas pregadas nos pórticos de sua ciência.

1. Economista, doutor em Ciências (Unicamp). Professor da Unicamp.



A ORDEM NATURAL DA ECONOMIA POLÍTICA

Na *Teoria dos Sentimentos Morais*, Adam Smith, celebrado fundador da Economia Política, dispõe-se a refutar a hipótese de Hobbes sobre a gênese do Estado-Leviatã, o Deus-Mortal, pacificador de um “estado de natureza”, em que prevalecia a guerra de todos contra todos. Smith (2015) pretendia

[...] provar que, anteriormente a qualquer lei ou instituição positiva, a mente estava dotada naturalmente da faculdade que permitia distinguir, em certas ações e afeições, as qualidades do certo, do louvável e do virtuoso, e, em outras, aquelas do errado, do condenável e do vicioso. [...] É através da razão que descobrimos estas regras gerais de justiça que regulam nossas ações (SMITH, 2015).

Em *A Riqueza das Nações*, Smith (2006) derivou a propensão para a troca a partir das inclinações naturais do indivíduo. Naquele “estado rude e primitivo da sociedade”, a troca de mercadorias decorreria da disposição benevolente dos indivíduos ao relacionamento com o “outro”. Os produtores privados de mercadorias, ao buscar o seu interesse, “constituem” a sociedade.

Smith (2017) procede, contra Hobbes, à “despolitização” das relações sociais, buscando afirmar a autonomia da sociedade econômica em relação ao Estado e sublinhando o seu caráter natural e “espontâneo”, que se deixa revelar na sabedoria providencial e impessoal da Mão Invisível.

A economia, ao longo do século XIX, foi tomando como

paradigma científico a imponente construção da mecânica clássica, e como paradigma moral o *utilitarismo* da filosofia radical do final do século XVIII. O *homo economicus*, dotado de conhecimento perfeito, busca maximizar sua utilidade, ou os seus ganhos, diante das restrições de recursos que lhe são impostas pela natureza ou pelo estado da técnica.

Os modelos de equilíbrio geral, com informação perfeita ou com mercados competitivos para todas as datas e contingências, são replicantes do Demônio de Laplace. Em seu pecado original de orgulho iluminista, o deus-mercado se pretende

[...] uma inteligência que abarcaria, na mesma fórmula, os movimentos dos maiores corpos do universo e do menor átomo: para ele nada seria incerto e o futuro e o passado estariam sempre presentes sob seus olhos (LAPLACE apud BELLUZZO, 2013, grifo do autor).

Essa metafísica da corrente dominante oculta uma ontologia do econômico que postula certa concepção do *modo de ser*, uma *visão* da estrutura e das conexões da sociedade. Para esse paradigma, a sociedade onde se desenvolve a ação econômica é constituída mediante a agregação dos indivíduos, articulados entre si por nexos externos e não necessários, tais como os que atavam Robinson Crusoe à sexta-feira.

Na concepção atomística, os sistemas sociais não dispõem de uma estrutura intrínseca, isto é, esgotam-se nas propriedades atribuídas aos indivíduos que os compõem, e toda a ação deve se desenvolver pelo *contato*. A sociedade é formada por indivíduos racionais e maximizadores, partículas que definem a natureza da ação utilitarista e que jamais alteram o seu comportamento na interação com as outras partículas carregadas de “racionalidade”.

Não é surpreendente, portanto, que a suposição fundamental das teorias novo-clássicas, com expectativas racionais, afirme que a estrutura do sistema econômico no futuro já está de-

terminada agora. Isso porque a função de probabilidades que governou a economia no passado tem a mesma distribuição que a governa no presente, bem como a governará no futuro.

DINHEIRO, FINANÇA, CRÉDITO E CRISES

Da infância smithiana à maturidade caquética das expectativas racionais, os conflitos de concepção e de método assolam a trajetória intelectual da Economia Política. As querelas terminam, quase sempre, na reafirmação do quarteto Naturalismo, Individualismo, Racionalismo e Equilíbrio.

Na aurora da Idade Moderna, a expansão do comércio nos poros da ordem feudal, a ciência experimental de Bacon, o “cogito” de Descartes estimularam o projeto do controle da natureza e do destino humano pela razão. Desde então, disse Hegel (1981, p. 264): “o pensamento deve partir do pensamento mesmo”.

Na ousada peregrinação pelos ásperos caminhos da libertação dos indivíduos do jugo da Ordem Revelada, vou saltar o incômodo Thomas Hobbes e me valer de John Locke. Este desafiou a visão da sociedade medieval hierárquica, orgânica e aristocrática amparada no direito divino. Os homens são iguais: as relações entre eles e as coisas são relações de apropriação justificadas pelo trabalho, a ação racional do homem na transformação da natureza. O trabalho justifica o direito de apropriação dos bens e das fontes de riqueza. A propriedade é o fundamento da liberdade.

Na *Teoria dos Sentimentos Morais*, Adam Smith dispõe-se

a “provar que, é através da razão que descobrimos as regras gerais de justiça que regulam nossas ações”. Na *Riquezas das Nações*, esse caráter natural e “espontâneo” do indivíduo é transportado para o intercâmbio de mercadorias regulado pelo valor-trabalho.

Neste mundo habitado por indivíduos racionais, proprietários de mercadorias e dos fatores de produção, a moeda só é necessária formalmente como moeda de conta. A moeda é “neutra” e determina o nível geral de preços sem qualquer efeito de longo prazo sobre a economia.

David Hume assumiu a completa naturalidade do sistema monetário apoiado na base metálica. Essa base natural garantia as regras de ajustamento automático entre a moeda, as flutuações de preços internacionais que determinavam a entrada e saída de ouro do país, o *Price-Specie-Flow Mechanism*. Adam Smith investigou as relações entre o ouro, base natural e internacional da circulação monetária, e a emissão de papel-moeda “nacional” pelos bancos. Cauteloso, Smith recomendava restrições à liberdade para a operação dos bancos, “que podem colocar em perigo a segurança de toda a sociedade e, por isso, devem ser disciplinados pelas leis dos governos, desde os mais livres aos mais despóticos”.

John Stuart Mill condenou a expansão da moeda bancária como “uma forma de roubo”, se desrespeitadas as regras da conversibilidade. Esse “roubo” é o poder de emitir moeda para se apropriar de recursos reais. Morto em 1823, David Ricardo inspirou o *Banking Act*, de 1844, que criou os dois departamentos no Banco da Inglaterra: o departamento de emissão e o departamento de desconto de títulos e valores, ou seja, de crédito. O ato impôs regras de conversibilidade para a emissão de moeda bancária. Na crise de 1857, devido a uma má colheita, a Inglaterra foi constrangida a recorrer à importação de alimentos e perdeu uma fração impor-

tante de suas reservas-ouro. No fragor da recessão, a regra da conversibilidade impediu uma resposta à demanda crescente de meios de pagamento. A taxa de desconto foi elevada para conter a saída de reservas-ouro. Isso agravou a crise. A falência devastou os negócios de comerciantes e industriais. O Banco da Inglaterra decretou a inconvertibilidade. Traquinagens do Demônio Monetário.

As decisões de produção envolvem inexoravelmente a antecipação de dinheiro agora, para receber mais depois. A mobilização de recursos reais, bens de capital, terra e trabalhadores depende de adiantamento de liquidez e assunção de dívidas. A moeda é administrada pelos bancos que têm o poder de avaliar o crédito e os cabedais de cada centro privado de produção, de geração de renda e, com base nisso, emitir obrigações contra eles próprios, ou seja, dinheiro. O Estado não integra diretamente a moeda ao circuito mercantil, mas é o garantidor último dos contratos privados que fixam seus termos e suas condições na unidade monetária definida em lei.

Nos estertores do século XIX o economista sueco, Knut Wicksell, correu o risco de enfrentar o demônio da moeda bancária, sem abandonar a visão naturalista da economia. Em *Lectures on Political Economy*, ele formulou o conceito de taxa natural de juros, aquela que equilibra a poupança e o investimento. Se a taxa monetária, administrada pelo Banco Central está fora do lugar, acima ou abaixo da taxa natural, a economia entra em um processo cumulativo de deflação ou inflação.

A teoria austríaca do capital retomou a escolha intertemporal entre consumo presente e consumo futuro. A taxa natural de juros exprime a “produtividade do capital e define a escolha privada entre a utilização dos recursos reais no presente (consumo) ou no futuro (poupança/investimento). A relação poupança-investimento tem uma dimensão “monetário-financeira”: a teoria dos fundos prestáveis. A poupança é acumulada

sob a forma de depósitos nos bancos, meros intermediários entre poupadores e “gastadores”. As operações de crédito apenas redistribuem as posições entre credores e devedores, sem alavancagem. A dívida de A é o crédito de B: os balanços se transformam simetricamente.

Fosse assim, não haveria a possibilidade de uma “crise de crédito” provocada por uma diabólica capacidade dos bancos de criar moeda e promover a alavancagem excessiva. No auge da Grande Depressão, Ludwig Von Mises escreveu, em seu livro *Money and Credit*, que “a deflação de preços dos últimos cinco anos não deve ser atribuída ao padrão-ouro, mas, sim, à inevitável e inelutável consequência da expansão do crédito que estava destinada ao colapso.”

Mesmo diante dos sucessivos episódios de instabilidade, a teoria econômica esmerou-se nos trabalhos de “neutralização” do dinheiro e de domesticação dos bancos, os demônios que atentam contra o trinômio naturalidade, racionalidade individual e equilíbrio. O dinheiro não pode ser admitido como um objeto que polariza o desejo, comprometendo as condições da escolha racional. Desgraçadamente, o dinheiro é a forma mais autêntica e desesperada de preservação da propriedade. Foi isso que Keynes quis dizer com a preferência pela liquidez. Quando as outras formas de propriedade se debilitam, todos correm para o demônio monetário.

Marx e Schumpeter desvendaram, no dinheiro capitalista, em sua forma essencial de riqueza-potência, a ponte que permite essa passagem para o futuro. Forma necessária, porque o dinheiro não apenas intermedeia transações entre valores existentes. Para além de um meio de circulação de mercadorias e ativos existentes, o dinheiro, em sua forma capitalista, é, sobretudo, uma aposta na geração e acumulação de riqueza futura, o que envolve o pagamento de salários monetários aos trabalhadores e aquisição de meios de produção com o propó-

sito de captura de um valor monetário acima do que foi gasto. Se não há aposta na criação de riqueza futura, não há gasto, e, se não há gasto, o circuito da renda monetária fenece. Por isso mesmo, se não há confiança na recuperação vantajosa do gasto, o potencial criador de riqueza recolhe seus impulsos criativos para repousar o dinheiro nos confortos da preferência pela liquidez. Simples assim.

Em uma economia monetária, o constrangimento de recursos (real) e o constrangimento do fluxo de caixa (monetário) diferem, porque bens não são trocados por bens, mas por dinheiro ou demanda por ele (crédito). Crédito e dívida são essencialmente formas de criação de moeda como riqueza potencial. Isso significa que, no capitalismo, o dinheiro não se limita a facilitar a troca de recursos reais, mas engendra sistematicamente a multiplicação de direitos financeiros sobre esses recursos.

É possível afirmar que, ao longo da história do pensamento econômico, apenas três autores foram capazes de desenvolver uma teoria sobre a moeda. Além de visões heréticas sobre o papel da moeda, os três pensadores estão reunidos pelo ano de 1883, quando morre Karl Marx e nascem: Joseph Schumpeter e John Maynard Keynes. É interessante analisar um deles (Schumpeter) comentando outro (Keynes): foi provado extraordinariamente difícil para economistas reconhecerem que empréstimos bancários e investimentos bancários criam depósitos. Na realidade, durante o período de 1870 a 1914 e depois, eles se recusaram a admitir em praticamente unanimidade. E mesmo em 1930, quando a grande maioria foi convertida e passou a aceitar a ideia, Keynes corretamente sentiu ser necessário expor novamente, e defender essa doutrina, e mesmo agora, alguns dos seus aspectos mais importantes não podem ser ditos como totalmente compreendidos. Essa é uma das mais interessantes ilustrações das inibições que o avanço analítico tem de lutar, particularmente o fato de que as pessoas podem estar perfeitamente familiarizadas com um fenô-

meno por gerações e até discuti-lo frequentemente sem realizar seu verdadeiro significado e sem admiti-lo em seu esquema geral de pensamento (SCHUMPETER, 1954, p. III4-III5).

Deve parecer especialmente estranho ao leitor que os dois maiores economistas do século XX, contemporâneos, advogassem teses similares e não adotadas como visão predominante. O próprio Schumpeter comenta essa subversão:

Há, no entanto, uma sequência no tratamento de Lord Keynes ao tema da criação do crédito no Treatise de 1930 que se faz necessário notar. O empréstimo bancário criador de depósito e seu papel no financiamento do investimento sem qualquer poupança prévia da soma emprestada praticamente desapareceu no esquema analítico da Teoria Geral, onde novamente a poupança pública segura a cena. De fato, o Keynesianismo Ortodoxo reverteu à visão antiga na qual as questões centrais sobre o mercado de dinheiro estão analiticamente rendidas pelos meios da propensão a poupar do público acoplada à sua preferência pela liquidez. Eu não posso fazer mais do que advertir a esse fato. Se isso significa progresso ou retrocesso, cada economista deve decidir por si mesmo (SCHUMPETER, 1954, p. III4-III5).

A subversão completa da teoria monetária keynesiana será operada pelos modelos de IS/LM, que cuidarão, por meio da chamada síntese neoclássica, de transformar a revolucionária contribuição de Keynes em uma hipótese dentro da teoria econômica convencional. Schumpeter também será vítima de um processo similar, como explica Fritz Karl Mann. Sua teoria sobre *Business Cycles* foi dispensada e considera inconclusiva, em grande medida pelo papel central desempenhado pela criação do crédito, excessivamente estranho ao dogma reinante. Sua Teoria do Desenvolvimento Econômico foi reduzida a uma

mera explanação do desenvolvimento econômico nos termos de um empreendedor no vácuo, desconsiderando o papel essencial do crédito, precisamente em capacitar e possibilitar ao empreendedor intervir no processo econômico. Para Schumpeter: “Entre os tipos de agentes econômicos que a análise da realidade nos revela, o empreendedor é o típico devedor”. Reconhecido pelos senhores dos mercados depois da crise financeira de 2008, o economista keynesiano Hyman Minsky, falecido em 1996, escreveu, em 1992, um artigo intitulado *Schumpeter and Finance*. O artigo narra a temporada de Minsky em Harvard na companhia de Paolo Sylos-Labini, então jovem economista italiano, mais tarde referência no mundo acadêmico, ao escrever o clássico *Oligopólio e Progresso Técnico*.

Os dois chegaram a Harvard para a temporada 1948-49. Labini aportou a Harvard depois de algum tempo em Chicago. “Como completei minha graduação em Chicago, Labini e eu compartilhamos nossas opiniões sobre Chicago e Harvard em animada discussão”. Minsky graduou-se em matemática em 1941. Do mestrado (1947) ao PhD (1954), foi supervisionado por Schumpeter, Wassily Leontief e Alvin Hansen. Schumpeter morreu em janeiro de 1950.

Os alunos da pós-graduação de Harvard, em sua maioria, desdenharam as palestras de Schumpeter. Consideravam Schumpeter ultrapassado. Juntar-se a ele no estudo de economia seria considerado diletantismo. Na era da formalização matemática, o modelo de Schumpeter não era tratável. A visão de Schumpeter concebe as economias capitalistas como sistemas em evolução, sistemas que existem em seu movimento histórico em resposta a fatores endógenos. As sociedades são bestas evolutivas que não podem ser congeladas no tempo e reduzidas a fórmulas matemáticas estáticas. “Nenhuma doutrina, nenhuma visão que reduza a economia ao estudo da sustentação de equilíbrio pode ter uma relevância duradou-

ra”. Schumpeter lançou uma mensagem: “A história não leva ao fim da história”.

Na *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, Schumpeter chamou o banqueiro/financiador de ephor das economias de mercado. O ephor era um magistrado de Esparta que vigiava as atitudes e as decisões dos Reis. Em Schumpeter é a estrutura bancária de uma economia capitalista que controla e delinea o que pode ser financiado, e somente o que é financiado entra no reino do possível. Em nenhuma instância da evolução desse organismo complexo, a mudança e o empreendedorismo são mais evidentes que nos bancos e nas finanças. Mas atenção, crentes nos mercados eficientes, em um sistema evolutivo, o poder e eficácia do ephor são endogenamente determinados. É indispensável perscrutar como a busca do lucro por empresários, banqueiros e gestores de portfólios promove a evolução das estruturas financeiras.

Joseph Schumpeter chamou a teoria que estuda a engrenagem financeira do capitalismo de Teoria Creditícia da Moeda, e não Teoria Monetária do Crédito. Não se trata de uma troca de palavras, mas de uma transposição semântica. A expressão Creditícia da Moeda pretende subordinar a circulação monetária às relações credor-devedor, o que atribui ao portador dos títulos de dívida o direito de “apropriação” e, no caso de inadimplimento, de “expropriação” dos fluxos de rendimentos futuros ou do valor do estoque de capital existente ou em formação.

Para Schumpeter, assim como para Keynes e Karl Marx, a economia em que vivemos ou tentamos sobreviver não é uma economia simples de intercâmbio de mercadorias. É uma economia mercantil, monetária e capitalista. Nela as decisões de produção envolvem, inexoravelmente, a antecipação de dinheiro agora para receber mais depois.

A mobilização de recursos reais, bens de capital, terra e trabalhadores depende de adiantamento de liquidez e assunção



de dívidas. Para que o crescimento seja possível, disse Schumpeter, o estoque de crédito deve crescer além do requerido para operação corrente da economia capitalista.

O economista italiano Riccardo Bellofiore estabeleceu uma instigante distinção entre Dinheiro e Moeda. Dinheiro, diz ele, é a forma geral da riqueza, poder de adquirir os elementos indispensáveis à produção de mercadorias: trabalhadores assalariados, equipamentos e materiais. No capitalismo, o Dinheiro, uma vez atirado à circulação por quem dispõe de patrimônio rentável para acessar o crédito, cria a Moeda, o fluxo monetário que paga salários, fornecedores e credores.

Sem a passagem da Potência ao Ato, diria Aristóteles, ou seja, sem a precipitação do Dinheiro no mercado com o propósito de gerar mais Dinheiro, a Moeda não gira e a economia patina. Se patina, as mercadorias não circulam, os ativos reais e financeiros avaliados “dinheiristicamente” nos balanços de bancos, empresas, famílias, padecem o risco de “perder valor” porque os mercados exigem sua “marcação em Dinheiro”. O Dinheiro de Crédito, antes riqueza potencial, circula como

Moeda e reaparece nos balanços como Dinheiro-Riqueza realizado, mensurado e escriturado.

O grande economista austríaco antecipou as peripécias fáusticas dos que se entregam ao Demônio Dinheirista. Schumpeter compreendeu que o Demônio invadiu a carcaça de Fausto com dois Ânimos: o Espírito inquieto do mercado de capitais para ações, títulos, hipotecas, imóveis e terrenos e a boa Alma do ‘Dinheiro circulante’ no setor de mercadorias, emprego e renda. Seguiu Marx, que no Capítulo 30 do III volume de *O Capital* intitulado “Capital-monetário e capital real” faz uma distinção entre o 1) “o crédito, cujo volume cresce com o crescente valor da produção”, e 2) “a infinitude do capital monetário – um fenômeno que ocorre ao lado da produção industrial”. Da mesma forma, Keynes escreveu sobre os desencontros entre o “Dinheiro na circulação financeira” e o “Dinheiro na circulação industrial”.

A dita “financeirização” não é uma deformação do capitalismo, mas um “aperfeiçoamento” de sua natureza. Na incessante busca da “perfeição”, ou seja, na busca de dinheiro a partir do dinheiro, o capitalismo excita esperanças de enriquecimento e solapa as ilusórias realidades da “economia real”.

O mundo das finanças viveu uma relativa calma nas três décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Há quem sustente que a escassez de episódios críticos deve ser atribuída, em boa medida, às políticas de “repressão financeira”. Nascidos da Grande Depressão, esses controles impuseram a separação entre os bancos comerciais e os demais intermediários financeiros, direcionamento do crédito, tetos para as taxas de juro e restrições ao livre movimento de capitais entre as praças de negócios de moedas distintas. Tentaram disciplinar o Espírito Dinheirista para dar curso à Boa Alma Moedeira. O Espírito escapou.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. Obras completas, Nova Aguilar, 1997.

BELLUZZO, Luiz. O capital e suas metamorfoses. São Paulo: Unesp, 2013.

HEGEL, Georg. Lecciones sobre la historia de la filosofía. México: Fondo de Cultura, 1981.

SCHUMPETER, Joseph. History of economic analysis. New York: Oxford University Press, 1954.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. Curitiba: Juruá, 2006.

SMITH, Adam. Teoria dos sentimentos morais. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

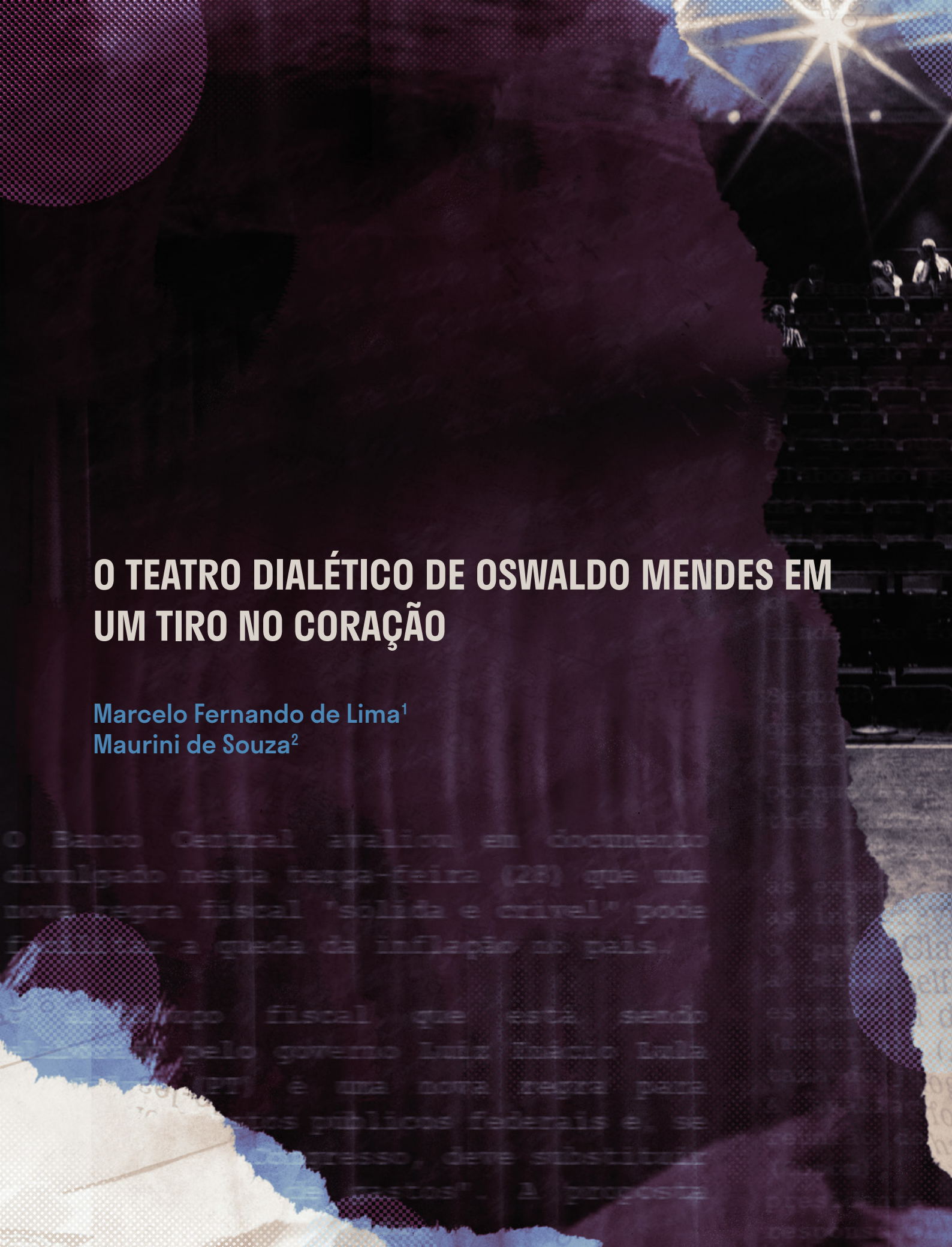
do
inst
em
quaisq

En
textos: o prin
ilegalmente n
dificuldades

O se
Amaral Ser.

"OS QUE LUTAM PELA LIBERDADE APRENDEM A DURAS PENAS QUE É O OPRESSOR QUEM DEFINE A NATUREZA DA LUTA, E QUE, EM GERAL, NADA RESTA AO OPRIMIDO SE NÃO USAR MÉTODOS QUE ESPELHAM OS DO OPRESSOR. DEPOIS DE CERTO PONTO, SÓ SE PODE COMBATER O FOGO COM FOGO"

nelson mandela



O TEATRO DIALÉTICO DE OSWALDO MENDES EM UM TIRO NO CORAÇÃO

Marcelo Fernando de Lima¹
Maurini de Souza²



Este estudo busca apresentar a peça *Um tiro no coração* (1984), de Oswaldo Mendes, como exemplar da proposta de Bertolt Brecht para o teatro dialético, pautado pelo propósito de intervenção na sociedade em que atua (o “agora”) por meio da objetividade e demonstração da complexidade social em seus contrastes, o que o torna partícipe da singularidade dos tempos na tríade hegeliana. Assim, são trazidos à tona estudos que demonstram a importância desta empreitada por apontarem possibilidade de aprofundamento (LUKÁCS, 2018; GENRO FILHO, 1987), assim como as posturas marxiana e brechtiana, como base à argumentação. Por fim, apresenta-se Mendes (1984) e *Um tiro no coração*, em seus critérios e características consonantes com a defesa aqui realizada.

Adelmo Genro Filho (1987), em parte de sua proposta de teoria para o jornalismo, trabalha com subsídios em que busca demonstrar a diferença entre essa área e o fazer artístico. Lima e Souza (2014) apresentam dois elementos dessa diferenciação como “uma certa perenidade do texto literário em contraste com o prazo da permanência meteórica da produção do jornal e a subjetividade daquele em comparação a uma busca mais objetiva deste”. Na leitura dos autores, o texto jornalístico, para o autor, situa-se “no meio do caminho entre o artístico e o científico” (LIMA; SOUZA, 2014, p. 55).

Além disso, Genro Filho (1987) se baseia na leitura de Lukács (2018) sobre a aplicação da tríade dialética de Hegel (1992), em que as artes seriam particularidade (relacionadas às instituições e elementos culturais de cada tempo) enquanto o jornalismo, singularidade (ligado ao “agora”). Em outro momento, ao afirmar que o teatro de Brecht extrapolou os limites da arte, afirma que “depois do mestre, a ‘arte brechtiana’, na maioria das vezes, se transformou numa caricatura insípida (GENRO FILHO, 1987, p. 202). Essa afirmação é refutada nesta argumentação.

1. Jornalista, doutor em Letras (UFPR) e professor universitário na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutor em Letras.

2. Jornalista, teatróloga, doutora em Sociolinguística (UFPR) e professora universitária na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Este estudo concorda com o autor que as artes e o jornalismo são diferentes, mas discorda dos motivos apontados, a saber: a objetividade não questionada do texto jornalístico frente à subjetividade imposta ao artístico; de que este é “meio do caminho” em que aquelas são uma vértice. Questiona-se também a visão Lukácsiana da particularidade como categoria exclusiva das artes, para o que trazemos à evidência Marx (2011), na referência da abordagem hegeliana dos meios de produção, em que explanou que é possível determinar, por silogismo, a leitura da tríade dialética, mas critica a possibilidade:

Produção, distribuição, troca e consumo constituem assim um autêntico silogismo; a produção é a universalidade, a distribuição e a troca, a particularidade, e o consumo, a singularidade na qual o todo se unifica. Esta é certamente uma conexão, mas uma conexão superficial (MARX, 2011, p. 39).

Demonstrando, assim, que tais conceitos são passíveis de aprofundamento. Nesse sentido, é possível entender que há uma complexidade maior nas artes, assim como no jornalismo, que os impedem de se restringirem a qualquer classificação estanque.

Por fim, o objetivo deste empenho se concretiza na demonstração, por meio da singularidade do fazer teatral de Oswaldo Mendes, que a proposta dialética de Brecht se mantém atuante na contemporaneidade e, inclusive, no teatro brasileiro. Como caso, propõe-se a análise, sob os aspectos apontados neste artigo e em comparação com os escritos do dramaturgo e teórico alemão, da peça *Um tiro no coração*, de 1984, em que Mendes se utiliza da concepção do hibridismo épico dramático e a pluralidade na composição dos personagens enquanto propulsores de reflexão social em uma obra pautada pela objetividade.

Para isso, em um primeiro momento, há um apanhado com vistas a explicações das teorias aqui utilizadas, suas consonâncias

e conflitos (Hegel, Marx, Lukács e Genro Filho); na sequência, apresentação da proposta brechtiana para teatro e o posicionamento e obra de Oswaldo Mendes. Por fim, a apresentação de *Um tiro no coração*, analisado sob os pressupostos levantados.



wal_172619 / Pixabay

HEGEL, MARX, LUKÁCS E GENRO FILHO, NÃO NECESSARIAMENTE NESSA ORDEM

Na apresentação de uma proposta teórica para o jornalismo, de Genro Filho (1987) aponta como alicerce “singular”, “particular” e “universal”, categorias partícipes da dialética marxista, apresentando-as como

[...] noções de larga tradição no pensamento filosófico, especialmente na filosofia clássica alemã – que atingiram sua plena riqueza de determinações lógicas no pensamento de Hegel, apesar de inseridas dentro de seu sistema idealista. Sob a inspiração da estética de Lukács, que definiu a arte como uma forma de conhecimento cristalizada no “particular” (típico), o jornalismo é caracterizado como uma forma de conhecimento centrada no “singular” (GENRO FILHO, 1987, p. 3).

Assim, a fim de sedimentar uma base teórica de compreensão à argumentação que constitui o final deste escrito, será trazida a explicação dessas categorias da proposta hegeliana, assim como a leitura de Lukács sobre o assunto, que o levou à designação da arte enquanto particularidade. Essa postura encontra no próprio Genro Filho uma referência, já que ele, mesmo baseando-se nos estudos Lukácsianos, destaca que não se limita a eles:

Embora reconhecendo a importância do legado teórico deixado por Lukács e a profundidade de suas reflexões

no campo da filosofia e da estética, não nos alinhamos entre aqueles que pensam que ele formulou um axioma suficiente para a elaboração de uma teoria marxista da arte. Não aceitamos, por exemplo, o pressuposto de que a arte reflete “a mesma realidade” da ciência, estando, por conseguinte, sujeita às mesmas categorias, mesmo que organizadas de outro modo e obedecendo formulações apropriadas (GENRO FILHO, 1987, p. 76-77).

Ao que aponta, inclusive, as dificuldades de Lukács na compreensão das vanguardas artísticas por limitações em sua leitura. Importante destacar que não se busca, aqui, refutar os autores nas suas conclusões, mas mostrar além, postulando que, em determinados momentos, a arte (em especial a brechtiana e, especificadamente a de Oswaldo Mendes) também participa enquanto categoria singular, atuando, nesse sentido, ao lado do jornalismo enquanto propagadores do seu tempo.

Em seus escritos sobre dialética, Hegel (1992) elege o tempo como representante das sínteses dialéticas das sociedades. Segundo ele, os tempos (regidos por um “espírito” – *Zeitgeist*) “apagam” as contradições que os formam. Neste sentido, a leitura de Marx foi de que esse apagamento não se deu por qualquer espírito, mas pelo resultado da luta de classes:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (MARX, 2007, p. 47).

Ambos partem da compreensão da tríade dialética desenvolvida pelo primeiro, em que a universalidade de cada tempo forma e é formada pelo conflito com e entre a particularidade, representada pelas instituições e culturas constituídas que formam e são formadas pela singularidade, o “agora”, desse tempo, em um entendimento complexo:

O agora é indicado: este agora. Agora: já deixou de ser enquanto era indicado. O agora que é, é um outro que o indicado. E vemos que o agora é precisamente isto: enquanto é, já não ser mais. O agora, como nos foi indicado, é um que-já-foi – e essa é sua verdade (HEGEL, 1992, p. 79).

Hegel aponta, assim, para o “agora” e, por conseguinte, a singularidade – não estanque, mas também dialético, formando-se e transformando-se continuamente.

Assim, cada acontecimento é partícipe singular desse conflito com a instituição (particular) que o envolve e, juntos, vão formando e reformando seu tempo. Lúkacs traz à tona o assunto com foco voltado à particularidade. Apresenta a abordagem de Kant (que apontou elementos utilizados posteriormente por Hegel), e Schelling, cujos estudos desenvolve no decorrer do enfoque, com o pensamento marxiano. Apesar de admitir que a “estética de Schelling vai além de Kant também porque tende a fundar uma dialética histórica da arte” (LUKÁCS, 2018, p. 45), critica os dois, atribuindo seu “fracasso” à “situação histórica” e “sua posição em face dos problemas da época” (LUKÁCS, 2018, p. 47). Quando analisa a proposta hegeliana, Lukács admite que Hegel

pôde superar de uma maneira concreta e original os obstáculos que fizeram Kant se desviar de seu caminho. [...] é o primeiro pensador a colocar no

centro da lógica a questão das relações entre singularidade, particularidade e universalidade (LUKÁCS, 2018, p. 48-49).

Mas critica, na medida de Marx, seu idealismo e a dissociação do Espírito à História. Nessa crítica, desenvolve uma resenha sobre os pressupostos marxianos a se aplicarem à tríade dialética e, em capítulo posterior, apresenta o “particular à luz do materialismo dialético” (LUKÁCS, 2018, p. 79). E é nesse ponto que sua abordagem das manifestações artísticas como particulares da história é trazida por Genro Filho.

Na apresentação das diferenças entre jornalismo e arte, Genro Filho (1987) aponta a objetividade jornalística do singular em relação à subjetividade artística³, que, para o teórico, “se impõe como ato essencialmente livre do criador”. Essa liberdade permite a cristalização não observada naquele, em que se destaca a efemeridade do singular, numa relação na qual o jornalismo não é capaz de elaborar uma “espécie de representação cujo aspecto singular é arbitrário projetado soberanamente pela subjetividade do autor, tal como acontece na arte” (GENRO FILHO, 1987, p. 26).

Pontuando sua relação com a teoria Lukácsiana, ratifica a postura do particular como categoria artística:

“A arte, como o indicou o próprio Lukács, supera a imediatividade empírica do singular e a abstração generalizante do universal, conservando-os subordinados na particularidade estética, quer dizer, no típico” (GENRO FILHO, 1987, p. 77).

E demonstra a coerência desse pensamento em aplicações do jornalismo. Voltando a Marx (2011, p. 39), “é certamente uma conexão, mas uma conexão superficial”, pois, dentre outras questões, a “imediatividade” do singular, no jornalismo,

3. Neste texto, considera-se objetivo o que se refere ao outro, o externo; em contradição ao subjetivo, com referência ao “eu”, o interno.

é relativa, já que o “agora” de um jornal mensal é diferente do diário. Além disso, ao se apresentar o teatro brechtiano e a peça de Oswaldo Mendes, este estudo busca demonstrar que a criação artística não é, necessariamente, um ato “essencialmente livre” ou fruto da “subjatividade do autor”; em medidas que a divirjam do jornalismo.

Quando se detém ao estudo específico entre jornalismo e artes⁴, Genro Filho (1987) alterna os argumentos pautados em observações com especulações, pois não é capaz de resolver as limitações impostas. Assim, ele inicia com a redução de sua proposta para a questão de que o jornalismo seria ou não “um gênero artístico ou literário”, o que, nos oito capítulos anteriores, não fez parte da discussão proposta por parecer ultrapassada; nesta questão, insere o “talento” artístico, sobre o qual não aponta referências, mas determina que é fundamental para a distinção entre os dois elementos, já que o jornalista precisaria de um “talento” que o artista possui.

E assim analisa o *Newjournalism*, da década de 1960, caracterizando os expoentes como “jornalistas que se consideravam novelistas frustrados”, ou então “escritores de futuro”, e, afirmando que não alcançou a categoria da particularidade, “embora ele seja alcançado nos melhores casos”, cujas características não apresenta (nem o que diferencia os “melhores” do que seria considerado piores). Em vez disso, investe em uma paráfrase do realismo artístico, defendido por Lukács:

Na arte, ao contrário, ele pode vivenciar a 'realidade' dos fatos, personagens e situações como se fosse mesmo um participante, já que essa realidade não é mais do que um “sonho” do autor, que ele também pode sonhar. Sua participação, portanto, é tão “verdadeira” quanto a própria história relatada (GENRO FILHO, 1987).

aspectos do teatro aristotélico como regra na arte, Genro Filho insere a informação de que Brecht não concordava com essa definição no seu teatro e propunha um formato diferente. Admitindo que, em Brecht, havia uma relação entre o jornalismo e a arte no sentido do “distanciamento brechtiano”, opta por não “discutir o mérito mais geral dessa tese de Brecht”, concluindo com a opinião de que a arte brechtiana, “depois do mestre [...] na maioria das vezes (sic), se transformou numa caricatura insípida”, sem apontar as bases para essa informação.

É nesse silêncio que a próxima seção se insere. Objetiva-se preenchê-lo com a proposta brechtiana para a atuação em um teatro em transformação, em tempos científicos, investindo na objetividade (em oposição ao pensamento da subjetividade e empatia enquanto essência teatral), dialogando com seu tempo e participando da dialética desses tempos, no qual o palco oferece a informação (a exemplo do jornal) como tese, que teria no público sua antítese. Por síntese, o teórico dramaturgo esperava a conscientização quanto à importância da transformação do “mundo” com vistas à justiça social. E com a legitimidade do teatro de Oswaldo Mendes, consoante com essa proposta no contexto brasileiro dos últimos 50 anos.

BRECHT, MENDES, NECESSARIAMENTE NESSA ORDEM

Esta seção apresenta argumentos que estruturam a afirmação de que o teatro brechtiano e o de Mendes não se restringem a participar da particularidade de seus tempos, mas que, além disso, representam (assim como o jornalismo e outros elementos das “circunstâncias”) o singular como o elemento da complexidade do “agora” na medida do explicado por Hegel e deslocado para o materialismo por Marx, como se demonstrou até aqui. Para isso, além de outras fontes, há como base, o Diário de trabalho, de Brecht; e uma entrevista a esta pesquisadora por Oswaldo Mendes (pelo canal Google Meet). Essas escolhas se dão pela proximidade entre as linguagens, pois, nos seus “diários”, o autor alemão apresenta uma linguagem menos formal do que em seus trabalhos teóricos clássicos ou poemas, que se aproxima de uma entrevista.

Bornheim (1992, p. 15) considera o teatro de Brecht como uma obra “de síntese”, pois se constitui da reunião de diferentes propostas, do ocidente e oriente, desde a antiguidade, em que a objetividade épica se inseria como quebra da ação dramática. Sua teoria, porém, foi além, constituindo-se pelas marcas do seu tempo, de que participava ativamente, a fim de demonstrá-lo como parte de um mundo passível de transformação (BRECHT, 1978; 2002).

É nessa empreitada que seu teatro se destacou. Ao explicar sua proposta, o escritor de peças⁵ restringe-se a mostrar um mundo como mutável:

5. Os estudos brechtianos para teatro são nominados, pelo autor, por vezes como “teatro não-aristotélico”, teatro do “efeito-V” (Verfremdung, traduzido como de distanciamento), teatro dialético; sobre e expressão teatro épico, Souza (2005) explica que “Piscator, diretor de teatro alemão com quem o dramaturgo trabalhou durante alguns anos, foi responsável pelo termo, que atualmente, tornou-se sinônimo da obra brechtiana”. (BRECHT, 1967, 1978, 2002; SOUZA, 2005).

Um imperativo moral, “altere-o”, não precisa estar intrinsecamente ativo nele. É que o teatro recebe um espectador que produz o mundo. Claro que não se trata de oferecer a esse espectador uma solução patenteada para os enigmas do mundo. Só como membro da sociedade tem ele condição de tomar uma decisão prática. E o conceito de práxis assume novo e poderoso significado. Não há tampouco necessidade real de que as descrições sejam ‘objetivas’. [...] Os mistérios do mundo não são solucionados, mas demonstrados (BRECHT, 2002, p. 137-138, 151).

O limite apontado aqui é tão cabível ao teatro não-aristotélico⁵⁴ quanto ao jornalismo que busca mostrar seu tempo, sem aspirações de posteridade, mas confiando no receptor, no momento do espetáculo ou da leitura, e na capacidade de atuação no mundo a partir dali, ou, conforme Brecht: “o espectador se torna dialético”. Essa atuação, em que a dialética se completa no “agora” da apresentação, nesse contato singular entre o espectador e o palco, reforça a argumentação deste artigo do teatro brechtiano, diferentemente da análise Lukácsiana, enquanto parte também da singularidade universal⁶.

O que objetiva ampliar os estudos de Lukács e posterior referência de Genro Filho, mas não contradizê-los, entendendo sua leitura como restrita ao formato tradicional da arte, que, segundo Brecht, não concebe esse nível de reprodução dos “acontecimentos da vida real” (BRECHT, 2002, p. 98) na busca de uma sociedade crítica; “a dramaturgia aristotélica não leva em conta (i.e, não permite levar em conta) as contradições objetivas de qualquer processo.” (BRECHT, 2002, p. 99). Consciente desse formato dominante, Brecht entende que “uma transformação tão grande só podia ser executada mudando-se a natureza do trânsito entre plateia e palco” (BRECHT, 2002, p. 98). E essa mudança seria o investimento

6. A diferenciação entre a leitura da dialética nas artes de Brecht e Lukács pode ser encontrada no artigo “A dialética de Brecht em O berço do Herói, de Dias Gomes”, de Maurini de Souza, no livro 20 anos sem Dias Gomes, de Hertz Wendell e Rondinelli Ribeiro. Disponível em: <https://painel.syntagmaeditores.com.br/uploads/25fc3fce-6545-4fec-b39e-321b90fa7529.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

numa obra em que a objetividade do mundo sobrepujasse qualquer intenção de subjetividade do autor: “há tanta coisa em qualquer tema, e é justamente esse tanto que se deve extrair dele, nem mais nem menos” (BRECHT, 2002, p. 120). É o que se observa e *Um tiro no coração*, quando o acontecimento é apresentado, na sua medida, com objetividade e intuito de interferir no tempo presente.

O escritor, ator e jornalista Oswaldo Mendes, na entrevista para este trabalho, repetiu a expressão: “foi o teatro” que exigiu os procedimentos adotados na peça: “os elementos teatrais são muito fortes” (sobre Getúlio Vargas); a resposta para “por que Brecht?” foi direcionada à sua geração, que apontava para um teatro “de intervenção” na sociedade. Toda entrevista aponta para a objetividade nas escolhas e na escrita, em que o autor busca, fora de seu *ego*, a obra a se escrever.

Mendes conheceu o trabalho de Brecht “lá atrás”, enquanto ator de teatro amador, ao interpretar o operário, irmão da protagonista⁷, na peça *Os fuzis da senhora Carrar*, sob o contexto da guerra civil espanhola. Na época, a atuação o levou a estudos sobre o conflito espanhol e ao interesse pelo autor, que o inspirou à pesquisa constante.

Mas foi como estudante da Escola de Arte Dramática da Universidade de São Paulo, que ele teve sua “primeira lição sobre Brecht”, com o diretor Ademar Guerra. Mendes conta que os estudantes pediram ao diretor para interpretar “um brecht”; em resposta, Guerra chegou, no dia seguinte, com uma série de recortes de jornal; pediu aos estudantes para que lessem e explicassem o que leram, sobre conflitos mundiais (Camboja, Vietnã ...), mas eles não conheciam esses assuntos (“tínhamos todo o entusiasmo do mundo e toda a desinformação do mundo”). Ao que Guerra perguntou: “Vocês não sabem do mundo em que estão vivendo, como querem fazer Brecht?”. Mendes conta que essa aula foi definitiva para o caminho trilhado no teatro brechtiano:

7. “Eu não faria nenhum papel, apenas seria assistente de direção. Mas o ator, estrela do teatro amador, abandonou o papel porque “descobriu” que a peça e o autor eram comunistas. E eu tive que entrar. Esse ator achava que eu e outros do grupo éramos comunistas também. Eram os idos de 1965” (MENDES, em mensagem de texto enviada em 10.09.2022, 15h14 – WhatsApp).

Se você quer se aproximar do Brecht, das peças do Brecht, da poesia, do mundo dele, olhe pro seu mundo primeiro, a sua volta, para você poder dialogar com Brecht porque senão você dialoga com ninguém, com um fantasma. E Brecht não é um fantasma, é uma obra muito viva (MENDES, 2022, entrevista).

Em 1971, já como profissional de teatro e baseado no espetáculo *Brecht on Brecht* (“um disco e informações soltas”), de Eric Bentley, montou *Brecht segundo Brecht*, traduzindo poemas em francês e com elenco reconhecido. Desde então, sua caminhada pelo teatro tem a escolha pelo teatro dialético e sua objetividade na apresentação das singularidades de seu tempo.

Assim o escritor e ator brasileiro entendeu que o teatro com o qual passaria a trabalhar era um teatro do mundo e do seu tempo; sobre o que escreveu:

Teatro é sempre a sua circunstância. Nem Sófocles, nem Shakespeare, nem o mais obscuro autor de aldeia escreveu, ou escreve, peças para a posteridade. Escreve para os seus contemporâneos. Se textos ficam para além de seu tempo, e conseguem falar a gerações de muitas épocas, isso independe da vontade e da motivação iniciais de seus autores (MENDES, 2005, p. 5).

O jornalismo e os palcos dividiram a vida de Mendes durante cerca de 20 anos, quando deixou as redações e se dedicou exclusivamente ao teatro. Em 1984, escreveu a peça *Um tiro no coração*, o resultado de um processo de pesquisa e consciência de sua geração: “Getúlio era um personagem que estava na cabeça da minha geração porque eu era criança quando ele morreu [...] aquilo ficou povoando, era um fantasma, o Getúlio” (MENDES, 2022, entrevista).

Além da peça, ele lançou o livro *Getúlio Vargas, uma biografia*

(1984) escrita após a apresentação⁸, em que reúne parte de seus estudos. Na próxima seção, *a peça* é apresentada em diálogo com o seu autor e base brechtiana, a fim de representar o teatro singular e tese na tríade dialética de Hegel.

8. O livro “foi solicitação da editora Moderna para a sua coleção de paradidáticos, por sugestão do historiador Carlos Guilherme Mota ao ler a peça”. (MENDES, em mensagem de texto enviada em 12.09.2022, 08h51 – WhatsApp).

UM TIRO NO CORÇÃO SOB A ÓTICA BRECHTIANA DE OSWALDO MENDES

Um tiro no coração, com cerca de 1h50min⁹ de duração, é composta por 35 cenas, todas com títulos, em uma ação entrecortada, que se inicia em 1954, com a morte de Vargas, voltando para 1949, no primeiro contato entre Vargas e Wainer, e que percorre esses cinco anos de forma não linear. Nesses aspectos, além da inserção de músicas como arte paralela à ação dramática¹⁰, observa-se o hibridismo entre os gêneros épico (narrativo) e dramático, uma das bases da proposta dialética de Brecht para o teatro (SOUZA, 2005). Os sete personagens são Getúlio Vargas; os jornalistas Samuel Wainer (“o Profeta”) e Carlos Lacerda; a filha de Vargas, Alzira; Gregório Fortunato; a “Vedete”; e o “Militar”. A escolha destes se deu pela contradição que há neles; ao comentar seus personagens, Mendes declarou, sobre Getúlio (as diferenças entre ações dos anos 30 e dos anos 50), que “parece dois personagens”; Wainer “era muito contraditório”; Lacerda “era do partido comunista” nos anos 30 e se apresenta como “golpista” nos anos 50; Gregório “é uma contradição (nas relações de poder).

Por se tratar de um tema histórico, com a manutenção de

9. Encenação em: <https://www.youtube.com/watch?v=PtkfA-TP8a8k&t=24s>. Acesso em: 12 set. 2022.

10. Sobre a questão da música como “arte irmã” no teatro de Brecht, conferir em THOMAZ, Anderson; SOUZA, Maurini; LIMA, Marcelo. Categorias sociais da Ópera do Malandro. *Aletria: Revista de* 11. Estudos de Literatura, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 47-64, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/18688>. Acesso em 12 set. 2022.

acontecimentos na maior parte da peça, o ponto de partida para a escrita foi o caminhar do Presidente da República que, voltando ao poder por meio de eleições democráticas, se encontra no caminho entre a liderança das massas e a marca de ex-ditador, numa disputa entre os opostos na imprensa, militares, equipe e o povo, representado pela “Vedete” (“É pela porta dos fundos, que o povo entra na história”). Para Mendes (2022, entrevista), “o que faz de Getúlio um estadista é a compreensão do seu tempo [...] é um personagem muito teatral. Por toda a história dele; você pega a biografia de Getúlio e é toda cheia de teatro, de lances teatrais”.

Nessa consonância com o tempo da trama (1949 a 1954), o autor compõe uma obra para seu próprio tempo (1984): “Estávamos saindo de uma ditadura militar” e “não dá pra entender a história do Brasil recente sem entender o que aconteceu no período do Getúlio” (MENDES, 2022, entrevista). Dessa maneira, apresentou aquele momento, sem apontar soluções ou respostas, mas os paradoxos que a própria narrativa histórica conduzia, consoantes com o país de 1984, como observou Florestan Fernandes, na época:

Apesar das aparências em contrário, agora as classes trabalhadoras estão em ebulição ideológica e, pela primeira vez em nossa história, não só ameaçam, mas enfrentam ativa e ofensivamente as supremacia burguesa [...] Um tiro no coração leva o combate à ditadura ao plano mais cerrado da libertação do homem, da cultura e da sociedade, o qual exige a extirpação dos velhos e dos novos fantasmas coloniais das nossas elites, que alimentam o medo à democracia (FERNANDES apud MENDES, 2005, p. 11-12).

É no caráter de intervenção na sociedade que destaca Fernandes em seu artigo sobre a peça, pois a obra se abre a esse olhar. Com vistas à defesa aqui apresentada, essa opção de teatro, tal qual

o proposto por Brecht, não pretende apontar a tese e a antítese, buscando a síntese no espectador, mas abre o agora, com suas contradições, e confia ao espectador a capacidade de se projetar como antítese ao apresentado (com distanciamento e desenvolvimento de senso crítico ao invés de empatia), a fim de que se construa, como o jornalismo, a síntese nas ruas, nos meios sociais.

Dessa maneira, Getúlio se apresenta como o político experiente, que entende a ação dos golpistas, mas, em outras cenas, prejudica e despreza os que estão ao seu lado. “Eu não fiz uma peça a favor de Getúlio, mas eu não fiz uma peça contra ele” (MENDES 2022, entrevista), pois o objetivo era justamente trazer ao palco a complexidade do tema.

Em Gregório Fortunato essa característica se torna evidente. O personagem, com tendência violenta e acusado pelo atentado na rua Toneleros, foge de qualquer estereótipo e é apresentado na complexidade de um homem simples; para o autor, Gregório era um “homem do povo que amava Getúlio” (MENDES 2022, entrevista), e o *Gestus*¹² demonstra ação violenta e confusa diante do poder, mas também a base não maliciosa, sincera e honesta de proteger aquele a quem ama; “em um certo sentido, tem momentos em que ele assume o protagonismo” (MENDES 2022, entrevista). O autor entrega ao público os elementos para que aquela pessoa no palco seja vista com distanciamento, já que não empática, mas coerente com sua classe com incoerências aparentes.

12. *Gestus* ou gesto social é uma expressão utilizada por Brecht para designar os movimentos, atuações corporais e ações que evidenciem a classe social da onde parte tal personagem. Assim, em vez de buscar a individualidade de determinada personagem, o autor – e, na apresentação, o ator – devem buscar que classe ou grupo social ela representa e, desse universo, compor seu gestual. Um exemplo é a cena de O círculo de giz caucasiano, de Brecht, em que o personagem Azdak ensina a comer “como um pobre” (SOUZA, 2012, p. 102).

CONSIDERAÇÕES

Longe de ser uma “caricatura insípida” da obra de Brecht, o teatro de Oswaldo Mendes é um legítimo representante dessa proposta por se inserir nas artes de intervenção na sociedade com elementos que garantem, por meio da quebra da ação, da temática histórico-social, do formato dialético, do *Gestus* ou da complexidade de seus personagens, o distanciamento (efeito-V) no espectador, em uma tentativa de transformação social pela conscientização desse público ante a apresentação da sociedade em suas contradições e, dessa maneira, passível de mudança.

Nesse sentido, *Um tiro no coração* é exemplar, pois aponta para a objetividade nas escolhas suplantando qualquer pretensa subjetividade; investe na apresentação do tema proposto, extrapolando dele a medida que ele oferece, enquanto acontecimento múltiplo e contraditório; e extrapola o lugar do teatro como particularidade na tríade dialética, atuando no “agora”, como singular dos tempos presentes, enquanto teatro-circunstância.

Não é jornalismo, pois atua em um formato diferente (linguagem literária e espetáculo/apresentação) e no contexto da diversão¹³, mas assim como o jornal mensal ou o artigo jornalístico de opinião, insere-se nos enredamentos do “agora”, na intrincada composição da singularidade a se modificar e a gerar movimento, a fim de transitar do papel/palco para o dia-a-dia da população que lhe tem acesso.

13. “Mais uma vez deve ser lembrado que esta missão é a de divertir os filhos de uma era científica, proporcionando-lhes o prazer dos sentidos e a alegria” (BRECHT, 1978, p. 133).

REFERÊNCIAS

BRECHT, Bertolt. **Diário de trabalho**. Tradução Reinaldo Guarany e José L. de Melo. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Tradução Fiamma Pais Brandão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913 – 1956**. Tradução Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2000.

BRECHT, Bertolt. **Teatro dialético**. Tradução Luiz Carlos Maciel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BORNHEIM, G. **Brecht, a estética no teatro**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HEGEL, Georg W. F. **Fenomenologia do Espírito: parte 1**. Tradução Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.

LIMA, Marcelo; SOUZA, Maurini de. *Por um mínimo de literatura: aproximações entre convenções formais do realismo de 1930 e a imprensa contemporânea. Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários. Londrina: v. 28, dez. 2014, p. 54-65.*

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista: sobre a Categoria da particularidade**. Tradução de Carlos Nelson. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini, Martorano. – São Paulo : Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Grundrisse:manuscritos econômicos de 1857 a 1858; Esboços da crítica da economia política*. Tradução Mario Duayer e Nelio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDES, Oswaldo. *Teatro e circunstância: três peças de Oswaldo Mendes*. São Paulo: Núcleo, 2005.

SOUZA, Maurini de. *O hibridismo de gêneros literários como procedimento dialético e fator de distanciamento no teatro de Bertolt Brecht*. 2005. (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

do
inst
em
quaisq

En
textos: o prin
ilegalmente n
dificuldades

O se
Amaral Ser.

"Lang ist nicht ewig"*

bertolt brecht

VAMOS RELEMBRAR AS MEMÓRIAS DO JORNALISTA LIMA BARRETO?

Cristina Nunes de Sant'anna¹



No dia primeiro de novembro de 2022 – pouco antes do segundo turno de nossas eleições presidenciais, marcadas para 15 de novembro – completa-se um século da morte do jornalista Affonso Henriques de Lima Barreto, que nos legou vasta obra. Há romances, crônicas e ensaios, artigos, contos, reportagens, material reunido em 17 volumes, editado e publicado pela Editora Brasiliense, em 1956, sob a coordenação do principal biógrafo do autor, o historiador Francisco de Assis Barbosa.

O JORNALISTA

Mas por que Lima Barreto ainda é tema de tantos trabalhos, estudos e artigos em tantos ramos do saber, além de ter sido também nossa principal escolha para tema deste artigo? Seria pelo seu centenário? Seria pelo papel representado por ele e sua obra em apontar mazelas republicanas tão similares ao Brasil de 2022, com a candidatura da extrema direita, representada pelo presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro? Brasil que parece inclinado a embarcar em conto de vigário, defesa de oligarquias, fechamento de Congresso e que se mostra pouco afeito à democracia?

Pois bem. Caso ainda não bastassem o centenário de sua morte e seu combate incansável contra um estado republicano para poucos (tal qual estamos a ver atualmente), Lima Barreto já mereceria ser comentado, bem como sua obra lida, relida e lembrada. Porque ambos podem nos oferecer alento, força e resistência sobre o inegável e valioso papel do jornalismo e de jornalistas na construção de memória como forma de mudança de rumos. Do começo, então.

O jornalista, escritor, romancista, cronista negro Affonso Henriques de Lima Barreto trabalhou em importantes publicações, como o *Correio da Manhã*, o *Jornal do Commercio*, o *Correio da Noite*, a *Revista Anarquista ABC*, entre outros. Teve

1. Jornalista, doutora em Ciências Sociais (UERJ), conselheira da Associação Brasileira de Imprensa (abi) e integrante das comissões de Educação e Cultura da Instituição.

sua própria revista, a *Floreal*. Escolheu como bandeira uma escritura de resistência e “a resistência é um movimento ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito a seu contexto existencial e histórico” (BOSI, 2002, p. 134).

Tratou de greves, no nascente movimento operário brasileiro, do proletariado, de candidatos, dos doutores bacharéis, dos militares, dos políticos e da política na e da Primeira República. Os escritos de Lima Barreto mostram-se potencialmente ricos ao demarcar a transformação revolucionária da sociedade, tendo como elemento catalisador o Rio de Janeiro: a cidade capital da República, da qual nos fala Jacques Le Goff (2006). O historiador considera que uma cidade capital é espaço de: “Memória urbana, memória real também.[...] cidade capital que se torna o eixo do mundo celeste e da superfície humanizada e o ponto focal de uma política de memória” (LE GOFF, 2006, p. 419).

Cidade capital de política de memória da Primeira República, decalcada por muitas mãos e muitas vozes. Praticamente todas retratadas pelo jornalista Lima Barreto. Sobretudo vozes de pobres, pretos, loucos, desvalidos. Daquelles de quem quase ninguém se interessava em falar. O escritor empenhou-se em por em debate questões sociopolíticas de seu tempo, que ainda reverberam em nosso tempo. Temas que protagonizaram seus textos. Quando o jornalista reclamava e atacava a Primeira República seu desejo foi não só denunciar, mas também tentar encontrar respostas para o funcionamento ideal do sistema político republicano, com direitos e deveres que fossem iguais para todos. Com a leitura de sua obra, abre-se a possibilidade de correlacionar a trajetória política da Primeira República com sua trajetória individual: ele também um *outsider* naquele Brasil das primeiras décadas republicanas, além de outros de seus atores/personagens com voz isolada da população.

Assim é quando nos descreve, por exemplo, enterros de gente pobre. Gente que mora em lugar pobre e que faz questão de

levar seus mortos à sepultura, nos braços e a pé, até o cemitério de Inhaúma, bairro localizado no subúrbio do Rio de Janeiro.



Wikimedia Commons

Lima Barreto nos conta a respeito em “Os enterros de Inhaúma”². Descreve-nos uma via poeirenta, sem calçamento, e a presença de buracos, que classifica de abissais. Chama nossa atenção para os pés que chafurdam e se sujam no barro antigo da via que leva ao cemitério. O jornalista nos dá a exata ideia da dificuldade em transpor os obstáculos do caminho, que se apresenta para os passantes com a “nudez virginal da via pública vetusta e esquecida” (BARRETO, 1956, p. 287). Vetusto é o que é muito, muito antigo. Leiamos um trecho:

Vem, porém o enterro de uma criança. São moças que carregam o caixão minúsculo; mas assim mesmo, pesa. Percebo-o bem, no esforço que fazem. Vestem-se de branco e calçam sapatos de salto alto. Sopesando o esquife, pisando o mau calçamento da rua, é com dificuldade que cumprem a sua piedosa missão. E eu me lembro que ainda têm de andar tanto! Contudo, elas vão ficar livres de um suplício; é o do calçamento da rua do Senador José Bonifácio. É que vão entrar na Estrada Real; e, naquele trecho, a prefeitura só tem feito amontoar pedregulhos, mas tem deixado a vetusta via pública no estado de nudez virginal em que nasceu. Isto há anos que se verifica. Logo que as portadoras do defunto pisam o barro unido do velho trilho. [...] Atrás, seguem outras moças que as auxiliarão bem depressa, na sua tocante missão de levar um mortal à sua última morada neste mundo; e, logo após, graves cavalheiros de preto, com o chapéu na mão, carregando baratas e humildes coroas artificiais fecham o cortejo (BARRETO, 1956, p. 287).

Ao nos retratar o que presenciou, o jornalista nos leva a perceber miséria, sofrimento e ausência de qualquer auxílio governamental republicano. Informações que ficarão registradas em nossa memória.

2. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bio00173.pdf>.

Há também o personagem-capanga Lucrécio Barba-de-Bo-de, que tenta fraudar eleições, como Lucrécios do século XXI querem fraudar, com suas fakenews sobre urnas eletrônicas, o sistema eleitoral brasileiro. Barba-de-Bode é um cabo eleitoral da pior espécie – a bem da verdade um capanga eleitoral – que vive bem próximo da criminalidade. O personagem aparece no conto *Aventuras do Dr. Bogoloff* e no romance *Numa e a Ninfa*, ambos de Lima Barreto. Lucrécio surge, sobretudo, quando as eleições da Primeira República se aproximam. E onde, em que cenário Lucrécio dava as caras, para suas fraudes eleitorais? Na cidade supostamente moderna e capital da Primeira República: o Rio de Janeiro. Aquela mesma cidade capital que afastou pobres, desempregados ou para morros, ou para habitações coletivas, ou subúrbios, graças à reforma urbana desconstrutora da memória do passado da cidade, levada a ferro e fogo pelo então prefeito Pereira Passos. Humilhados e esquecidos, sobretudo pretos pobres, egressos do sistema escravocrata, como os antepassados de Lima Barreto, que afirmou ter sido na cidade capital onde se apagou o registro de memória coletiva pela suposta modernidade das novas construções.

Além de ter optado por escrever sobre republicanos (sic) esquecidos, também optou pelo uso de uma escrita mais popular, mais direta e menos rebuscada, a fim de a sua narrativa fluir fácil e direta. Foi, inclusive, criticado de desleixado por muitos de seus contemporâneos por isto. Silviano Santiago (1982), no entanto, avalia que ao escolher um texto mais popular e que tratasse dos ignorados pela Primeira República, numa época em que boa parte dos escritores brasileiros escolhia a erudição e a superficialidade como temas de real importância, Lima Barreto se distinguia ainda mais entre seus contemporâneos. Ao ter testemunhado tantos e diferentes eventos em um curto espaço de tempo, o escritor oferece ao leitor um registro privilegiado da memória de uma era: a Primeira República avessa a cidadãos.

Marcado pelo cenário político-econômico instável do regime, como bom repórter que foi, foi aos fatos. Foi à rua trabalhar e colher o que se dava naqueles tempos. Sempre voltando à sua redação: sua casa, à qual batizou, ironicamente, de Vila Quilombo, no atual subúrbio de Todos os Santos, para montar suas reportagens, na forma de crônicas, romances, artigos, contos, vasta correspondência, diário, ensaios. Mesmo devastado pelo alcoolismo, humilhado em muitas ocasiões, por ser negro, tendo acessos de loucura até o fim da vida breve (morreu aos 41 anos), foi um crítico ferrenho de políticos e da política. Por intermédio de sua literatura-reportagem, tratará de todos os acontecimentos de sua época, dos simples aos mais complexos.

O jornalista quis ser – e foi – “combatente, engajado e comovente.” (MACHADO, 2002, p. 60). O autor penhora sua obra em detrimento da coletividade ou de uma parcela determinada de uma sociedade com a qual se solidariza. Seus escritos de amplo espectro são um documentário fundamentado de um sistema que passou de uma sociedade escravista, para uma falsa democracia republicana, sustentada por oligarquias.

A REPÚBLICA

A *res publica*, do latim, significava dizer governo da coisa pública, a coisa do povo, governo depositário da vontade de todo o povo, do ideário de liberdade de cada um, tornando a política, ou melhor, este tipo de sistema político – o republicano – cada vez mais representativo da oferta de justiça, de igualdade e fraternidade. República significa o respeito e garantia aos direitos fundamentais, aos direitos políticos, como o da cidadania e o da liberdade, combinado este último com a noção de igualdade. A República guarda valores, em última instância, de um sistema democrático, visto que o princípio moral de igualdade existe nos ideários de democracia e de justiça: um ideal republicano, em que atores e pensadores políticos seriam capazes de pensar em liberdade, democracia. Estado republicano que “promete liberdade [...] e legitima a vontade soberana individual”, segundo o historiador José Murilo de Carvalho, em sua obra *A formação das almas. Estado Republicano* nascido no século XVIII, da Revolução Francesa, inspirado pelas luzes de filósofos e escritores, os intelectuais de então: Voltaire, Montesquieu, Diderot, Jean-Jacques Rousseau, considerado por muitos autores o pai do ideário democrático. A Revolução Francesa ao falar *aux citoyens* inaugura este estado, pois cidadão, em seu sentido original, que dizer homem livre em sua cidade. Não mais se fala de súdito, o habitante não-livre de um reino, mas cidadão, aquele que possui, por extensão, cidadania.

Já em nosso país, apesar de proclamada em 1889:

Não havia República no Brasil, isto é, não havia sociedade política, não havia repúblicas, isto é, não havia cidadãos. Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares (CARVALHO, 2005, p. 24).

Foi com um marechal adoentado que se golpeou a monarquia e se proclamou a Primeira República no Brasil, em 15 de novembro de 1889. Lima Barreto, em artigo feito para Revista *ABC*, sustenta:

No fundo, o que se deu em 15 de novembro foi a queda do Partido Liberal e a subida do Conservador, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocratas de quatro costados. Isto de Benjamin Constant foi uma isca que os ‘matreiros’, ‘bois de coice’ e ‘rapacocos’ de igual jaez, se serviram para ‘forrar’ a opinião da força e se apossarem do poder (BARRETO, 1956, p. 49).

Quanto ao Exército, uma das mais poderosas forças da Primeira República, “pregava a supremacia da República, por não ser hereditária, e defendia uma República autoritária e reformista” (LOPEZ, 1997, p. 13). Sobre a Primeira República, Lima Barreto dirá: “Da tal história da República, só me lembro que as patrulhas andavam na ruas armadas de carabina e que meu pai foi, alguns dias depois, demitido do lugar que tinha” (BARRETO apud BARBOSA, 1952, p. 17). Acrescenta Murilo de Carvalho:

Em termos concretos, a prevenção republicana contra pobres e negros manifestou-se na perseguição movida contra capoeiras, na luta contra bicheiros, na destruição pelo prefeito florianista Barata Ribeiro, do mais famoso cortiço do Rio, o Cabeça de Porco, em 1892, [...] isto confirma o profundo abismo existente entre os pobres e a República (CARVALHO, 2005, p. 3).

A Primeira República já nascera excludente e assim se manteve, mediante acordos entre proprietários rurais e, depois, entre seus filhos bacharéis, que ocupavam altos cargos na burocracia estatal. Analisa Lima:

A república, trazendo à tona dos poderes públicos a borra do Brasil, transformou completamente os nossos costumes administrativos e todos os ‘arrivistas’ se fizeram políticos para enriquecer [...]. A república no Brasil é o regime da corrupção (BARRETO apud RESENDE; VALENÇA, 2004, p. 392).

Havia um presidencialismo quase que imperial interferindo continuamente nos outros poderes. O militar Deodoro, primeiro presidente republicano, declara estado de sítio. Declarar estado de sítio, no entanto, era uma atribuição do Congresso. Estados de Sítio, clientelismo, aumento de impostos, repressão aos movimentos populares, crimes políticos, confronto entre governos civis e militares, fraudes eleitorais, fechamento do Congresso, desvio de verba, regime oligárquico, coronelismo. Escreve o jornalista:

Chegada que é uma facção ao poder, trata imediatamente de esbanjar a fortuna pública, a fim de manter e angariar prosélitos; e os cuidados materiais e intelectuais, os de assistência e saúde pública, ficam de lado, até quando? Para quando se consolidar no poder a retumbante agremiação política que está sempre balançando (BARRETO apud RESENDE; VALENÇA, 2004, p. 143).

A MEMÓRIA

Iniciada a leitura dos registros de Lima Barreto, quase que imediatamente estabelece-se uma espécie de pacto entre ele e seu leitor, em virtude da eficácia, atualidade e vitalidade de sua narrativa. Já durante o decorrer da leitura ocorre uma diluição de limites, de barreiras e a linguagem da narrativa flui intertextual. Registrar é criar memórias na história humana. É tornar possível que cada geração se aproprie da bagagem cultural produzida ao longo de todo o desenvolvimento de nossa espécie. O registro possibilita que se revisitem fatos e ideias, que se reflita sobre cada um destes fatos e ideias, ou da história deles (NEVES, 1992). E se Margarida de Souza Neves vai nos dizer que cronistas são homens memória, consideramos que jornalistas também o são.

Walter Benjamin, em seu texto *O Narrador* (BENJAMIN, 1993), comenta que a crônica nos remete à deusa da memória, *Mnemosine*, venerada como uma das deusas mais poderosas para os gregos, que consideravam ser a memória o catalisador da razão, o que diferenciaria os seres humanos dos outros animais. A imortal tinha o poder de nomear o que não tinha nome. Segundo ainda os gregos, a deusa concedeu a nós a responsabilidade e o poder de memorizar, isto é, de reter conhecimento e de transmiti-lo. Filha de Urano (o Céu) e Gaia (a Terra), ela é aquela que tudo se lembra e, por isso, teria sido a criadora da linguagem. Isto porque quando falamos e nomeamos damos vida e voz a quem não pode ou não tem mais como fazê-lo. O papel da memória, contudo, é mais do que reviver o passado. É nos tornar dignos de nós mesmos, olhando o passado e avaliando o que merece ser revisto ou não. Mantido ou não no planejamento do amanhã. Os elementos constitutivos da memória são os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos vividos pelo grupo. A memória está nas histórias de vida, que

compartilhamos com os outros. Está nas lembranças compartilhadas entre grupos sociais. São também nossa memória coletiva: caldo de culturas e identidades.

O jornalismo, por intermédio do jornalista, repercute de forma privilegiada memórias várias, ao narrar fatos e acontecimentos; cria, de certa forma, monumentos destas memórias todas que convivem também entre si. Se a memória é uma construção social, que reforça identidades individuais e coletivas, o jornalismo reforça estes elos. Jornalistas, como seres de memórias que são, apuram fatos e os descrevem, segundo suas memórias os registraram. E quais seriam os elementos constitutivos destas memórias? Quem responde é Michael Pollak: “Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (POLLAK, 1992, p. 201).

É importante destacar o que Le Goff diz ser monumento da memória coletiva:

A palavra latina monumentum remete à raiz indo-européia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (menini). O verbo monere significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O monumentum é um sinal de passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar recordação, por exemplo, os atos escritos, os textos (LE GOFF, 2006, p. 526).

Somos todos atores da construção de memórias: uma construção social, que reforça identidades individuais e coletivas. Pelo fato de ser socialmente construída, a memória é polifônica. Dela emergem muitas vozes singulares, que vão registrando marcas nos objetos e seres do mundo. Uma destas principais vozes é a do jornalista com suas reportagens, que representam

documentos (monumentos) de nossa História e de nossas memórias. Registros. Que podem inspirar futuro. Que só passa a existir quando nos dispomos a fazê-lo.

Voltemos à pergunta feita no início deste artigo: por que o jornalista Affonso Henriques de Lima Barreto e sua obra possuem o que nos dizer até hoje? Porque suas obras jornalística e literária nos servem de memória para construir o arcabouço do amanhã, que está sempre por fazer. A memória (ou memórias) não é lugar da retenção de conhecimentos, acontecimentos e fatos que jornalistas seguem reportando? A memória não seria também uma espécie de argamassa do jornalista, para a defesa e a escolha de governos mais afeitos a pautas sociais e democráticas? Então Lima Barreto porque o jornalista era um incansável defensor de tais pautas e nos deixou monumentos de memória inspiradores e corajosos. Como seguem acreditando muitos de seus pares.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Francisco de Assis de. *A Vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1952.

BARRETO, Lima. *Feiras e Mafuás*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOSI, Alfredo. *Literatura de resistência*. São Paulo: Cia da Letras, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializado: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia da Letras, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2006.

LOPEZ, Luiz Roberto. *República*. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*. Goiás: UFG, 2002.

NEVES, Margarida de Souza de. *Uma escrita no tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. São Paulo: 1992, Unicamp.

NEVES, Margarida de Souza de. *História da crônica: Crô-*

nica da história. Rio de Janeiro: 1995, José Olympio.

NOVAES, Adauto (org.). *A crise do estado-nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.*

POLLAK, Michel. *Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgmedf.usfpr.br/memoria%20e%20identidadeso-cial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.*

RESENDE, Beatriz ; VALENÇA, Rachel. (org.). *Lima Barreto: toda crônica. Rio de Janeiro: Agir, 2004.*

SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.*

TOURRAINE, Alain. *O que é democracia? Rio de Janeiro: Vozes, 2000.*

do
inst
em
quaisq

En
textos: o prin
ilegalmente n
dificuldades

O se
Amaral Ser.

"A RESPONSABILIDADE PELO OUTRO É QUE É A 'ESTRUTURA ESSENCIAL, PRIMÁRIA E FUNDAMENTAL' DE MINHA SUBJETIVIDADE. A ÉTICA, O IMPULSO DO DEVER MORAL, A TENDÊNCIA A AGIR POR MINHA PRÓPRIA RESPONSABILIDADE, NÃO É A COBERTURA DO BOLO DO MEU SER, NÃO É UM SUPLEMENTO DELE, NEM UM ADORNO DESEJÁVEL, MAS NÃO NECESSÁRIO, DE MINHA EXISTÊNCIA. NA VERDADE, 'O PRÓPRIO NÓ DO SUBJETIVO É ATADO NA ÉTICA ENTENDIDA COMO RESPONSABILIDADE'"

zygmunt bauman

MEMÓRIAS DO JORNALISMO SOLIDÁRIO A CUBA: BLOQUEIO, FURACÕES E O DIA QUE O GRANDE JORNAL DOS MINEIROS CONTRIBUIU PARA UMA NOVA ORDEM INFORMATIVA

Míriam Gontijo de Moraes¹



O ano era 2008. Entre 16 de agosto e 10 de setembro, a ilha caribenha sentiu os efeitos devastadores da tempestade tropical “Fay”, e dos furacões “Gustav”, “Hanna” e “Ike”, em cujo rastro as condições se deterioravam.

O olho do furacão Ike atingia em cheio o oeste de Cuba no dia 09 de setembro, entrando pela província de Pinar del Río, como informou o Centro Nacional de Furacões dos Estados Unidos, noticiado pelo *Correio Brasiliense*, um dos jornais dos Diários Associados, repercutindo agências noticiosas de Miami. O furacão de categoria 1 tocou o solo cubano no extremo sudeste da província por volta das 11h30 (hora de Brasília). Pelo menos 1,2 milhão de pessoas foram retiradas. O Ike, que ainda não tinha atingido o litoral dos EUA, já causara a morte de mais de 80 pessoas até o momento, quatro delas em Cuba, como informou o noticiário.

O impacto do Ike ocorreu menos de duas semanas depois do Gustav, um monstruoso furacão de categoria 4, atingir o arquipélago comunista. A tormenta não provocou morte, mas causou danos avaliados em bilhões de dólares. A principal fonte do *Correio Brasiliense*, o Centro Nacional de Furacões dos Estados Unidos, ou National Hurricane Center (nhc), é a divisão do Centro de Previsão Tropical, do Serviço Nacional de Meteorologia dos Estados Unidos, responsável pelo monitoramento e previsão de comportamentos susceptíveis de depressões tropicais, tempestades tropicais e furacões, localizado na Universidade Internacional da Flórida, em Miami.

Embora seja uma agência americana, a Organização Meteorológica Mundial designou o NHC como Centro Meteorológico Regional Especializado para o Atlântico Norte e o Pacífico Leste. Como tal, o NHC é a central para todas as previsões de ciclones tropicais e observações que ocorram nessas áreas, independentemente dos efeitos sobre os Estados Unidos.

Dias antes, precisamente em 30 de agosto de 2008, o *Jornal A Tarde*² da Bahia noticiava a passagem do furacão Gustav,

1. Jornalista e Cientista da Informação, doutora em Ciências da Informação (UFMG), professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: miriam.gontijo.moraes@gmail.com.

2. Um jornal diário brasileiro que circula no estado da Bahia. Fundado por Ernesto Simões Filho, é o mais antigo jornal impresso baiano em circulação e um dos mais antigos do Brasil, a qual se iniciou em 15 de outubro de 1912. O periódico inspirou-se no carioca *A Noite*, de Irineu Marinho, fundado em 1911. Ao contrário dos seus contemporâneos baianos, *A Tarde* não teve seu capital aberto, mas foi montado exclusivamente por Simões Filho com as ações que herdara do avô.

tendo como fonte a espanhola Agência EFE³, que repercutia a Prensa Latina, diretamente de Havana, informando que Gustav atingiu a categoria 4 da escala de intensidade Saffir-Simpson (que vai até cinco), com ventos máximos sustentados de 220 km/h, conforme estimativa do chefe de previsões do Instituto de Meteorologia cubano, José Rubiera. A fonte cubana informava que mais de 200 mil cubanos e turistas estrangeiros foram retirados de zonas com risco de inundações ou deslizamentos de terra, sobretudo no litoral sul e no oeste do país. Outras 20 mil foram evacuadas em Havana, e cerca de 1.200 turistas foram transferidos de Cayo Largo del Sur para hotéis do balneário de Varadero e de Havana, segundo as agências estatais "AIN" e "Prensa Latina".

Às 13h de Cuba (14h em Brasília), Gustav tinha um diâmetro de 520 quilômetros (a metade do tamanho da ilha), com o centro a 21,6 graus de latitude norte e 82,6 de longitude oeste. Naquela temporada de ciclones do Atlântico, que vai de junho a novembro, até aquele momento se formaram oito tempestades tropicais e três furacões. A nona tempestade tropical, quinto furacão e terceiro maior da temporada de furacões no Atlântico de 2008, Ike desenvolveu-se a partir de uma onda tropical, a oeste de Cabo Verde, em 1º de setembro, e reforçada a um pico de intensidade como furacão de categoria 4, sobre as águas abertas do Atlântico central, em 4 de setembro, enquanto seguia para o oeste. Várias flutuações de força ocorreram antes de Ike tocar terra a leste de Cuba, em 8 de setembro. O furacão enfraqueceu antes de continuar no Golfo do México, mas aumentou sua intensidade no momento de seu desembarque final em Galveston, Texas, em 13 de setembro, antes de se tornar uma tempestade extratropical, em 14 de setembro. Os restos de Ike continuaram a percorrer os Estados Unidos e o Canadá, causando danos consideráveis no interior, antes de se dissiparem no dia seguinte.

3. A agência EFE é um serviço de notícias internacional criado em 1939, na Espanha. É a quarta maior agência de notícias do mundo, primeira em idioma espanhol e principal provedor de serviços informativos para os meios de comunicação (imprensa escrita, rádio, televisão e internet) nos países de língua espanhola. A agência EFE é uma sociedade anônima da qual o estado espanhol é o principal acionista.

Danos de Ike em áreas costeiras e interiores dos EUA foram estimados em US\$ 30 bilhões (2008 USD), com perdas adicionais de US\$ 7,3 bilhões em Cuba, US\$ 200 milhões nas Bahamas e US\$ 500 milhões nas Ilhas Turcas e Caicos, totalizando pelo menos US\$ 38 bilhões em prejuízos. Na época, o furacão foi o segundo mais caro da história dos Estados Unidos, de acordo com relatório do NHC (BERG, 2008). A operação de busca e salvamento de Ike foi a maior da história do Texas.



Robert Kaufmann

DANOS E BATALHA DE IDEIAS

Cerca de 2,6 milhões de cubanos, um quarto da população, foram evacuados antes de Ike, informou a *Associated Press*, 2008a. Em Baracoa, 200 casas foram destruídas e as ondas estavam com altura de 7m (23 ft), e atingiram o pico em 12m (40 ft) em diferentes áreas de Cuba, conforme dados do NHC (BERG, 2008).., que ainda registrou o fato de o furacão de categoria 4 ter atingido, em 8 de setembro, a costa norte do leste de Cuba, na província de Holguín, perto de Puerto de Sama, com ventos sustentados de cerca de 209 km/h (130 mph), causando inundações generalizadas e danos às províncias orientais. Passou pelas províncias centrais de Holguín, Las Tunas e Camagüey, emergindo sobre o mar ao sul de Cuba durante o dia. Ike caiu para a intensidade da categoria 1 no momento em que cruzou a ilha, como registrou a agência noticiosa *BBC*. Em seguida, foi em direção à costa sul de Cuba e atravessou o extremo oeste da ilha na província de Pinar del Río, próximo ao caminho percorrido pelo furacão Gustav, dez dias antes.

As áreas ocidentais de Cuba, já devastadas antes de Ike, sofreram grandes inundações adicionais da chuva e da tempestade, noticiaram o *USA Today* e a *Associated Press*, em 12 de setembro de 2008. A safra de cana-de-açúcar foi devastada, com mais de 3,400 km² (1,300 sq mi) destruído. As culturas de banana, mandioca, café e milho também sofreram danos significativos, de acordo com as estimativas do NHC (BERG, 2008).. Ao lado de Gustav, os fenômenos dessa temporada foram descritos como as “piores tempestades de todos os tempos” pelas autoridades cubanas, conforme relatou a *Agência BBC*, em 16 de setembro de 2008.

No total, sete pessoas foram mortas em Cuba durante a passagem do Ike, devido a afogamento ou colapso de estruturas, conforme noticiado pelo *USA Today* e *Associated Press*. Mais de 300 mil casas danificadas, com uma perda total estimada em 43 mil, segundo o NHC (BERG, 2008). A estimativa de danos combinados de Ike e Gustav, e sucedendo Paloma foi de cerca de US \$ 9,7 bilhões (USD), com US\$ 7,3 bilhões do Ike, tornando Ike o furacão mais destrutivo da história cubana na época. Mais tarde, foi superado pelo furacão Irma, quase exatamente nove anos depois, estimou a Organização Meteorológica Mundial (OMM)⁴.

As agências especializadas das Nações Unidas solicitaram 30 milhões de dólares para ajudar as vítimas dos furacões e tempestades tropicais que afetaram Cuba, informou o porta-voz da Organização das Nações Unidas (ONU), Michele Montas, anunciando a posição da entidade diante da devastação de quatro furacões e tempestades tropicais, entre meados de agosto e início de setembro, que causaram danos significativos à infraestrutura da ilha.

O Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU (OCHA), em Nova York, divulgou um comunicado informando que a assistência solicitada à comunidade internacional em favor de Cuba seria operacionalizada em duas fases. Na primeira, entregues 13,8 milhões de dólares a título de assistência imediata, e, na segunda, na fase de recuperação, entregues o restante dos fundos. “A assistência solicitada é para ajudar as agências da ONU a completar a fase de emergência humanitária e nos esforços de recuperação” daquele país, disse o comunicado do OCHA.

Essa ajuda internacional serviu, conforme a agência especializada das Nações Unidas, para prestar assistência aos cubanos durante os 12 meses seguintes. “Os projetos e atividades do plano de ação serão complementados com outras ações determinadas

4. Agência especializada da Organização das Nações Unidas. É sucessora da Organização Meteorológica Internacional, criada em 1873. É o Organismo Internacional autorizado pelas Nações Unidas com ação no que diz respeito ao comportamento da atmosfera da Terra, sua interação com os oceanos e clima resultante, e respectiva distribuição de recursos hídricos. Sua sede está localizada em Genebra, na Suíça

pelo governo cubano e ajudarão a fortalecer a capacidade das autoridades locais diante do impacto dos furacões”, acrescentaram.

Da mesma forma, o OCHA destacou que “graças à excelente preparação do governo cubano” diante desse tipo de fenômeno natural, durante a passagem dos furacões mais de três milhões de pessoas (28% da população do país) foram evacuadas e “poucas vidas foram perdidas”. A maioria dos evacuados encontrou refúgio nas casas de familiares e amigos, e, aproximadamente 500 mil, receberam abrigo temporário.

A passagem destes furacões fez com que mais de 444 mil casas fossem danificadas ou destruídas, bem como aproximadamente 113 mil hectares de terras agrícolas, armazéns de cereais e alfaías agrícolas. “Infraestruturas, incluindo o sistema de distribuição de energia elétrica, sofreram danos significativos, assim como escolas e centros de saúde”, registrou a OCHA. Da mesma forma, a entidade estimou as perdas financeiras de Cuba em cerca de 5.000 milhões de dólares, o equivalente a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) da ilha.

Ainda não havia terminado a temporada de tempestades tropicais e furacões quando, em outubro de 2008, precisamente no dia 29, a Assembleia Geral da ONU se preparava para votar o projeto apresentado por Cuba visando à suspensão do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto à ilha do Caribe pelo governo dos EUA desde 1959. Foi a 17ª vez que a ONU tratava desse tema. Em 2007, dos 192 países-membros das Nações Unidas, 184 votaram a favor do projeto que pedia a suspensão.

Antes da votação, um outro turbilhão tomou conta do cenário internacional: em função da gravidade das tormentas, a mídia repercutia a recusa do governo cubano à suposta ajuda de US\$ 5 milhões, mais aviões contendo itens de primeira necessidade oferecidos pelos Estados Unidos, às vítimas do furacão Ike, que atingiu a ilha no dia 6 de setembro. De acordo com a



Marion Boss

agência de notícias *Efe*, Havana justificou sua decisão afirmando que não admite doações de um país com bloqueio comercial como os EUA, que impedem a entrada de produtos cubanos em seu território. A *Associated Press* (2008b) revelou que, segundo o governo de Cuba, a ajuda oferecida pelos norte-americanos foi de apenas US\$ 100 mil.

Além do mais, para Cuba, a ajuda norte-americana não representava uma trégua: somente em 2007, o país teve um prejuízo de US\$ 3,775 bilhões em função do bloqueio. Ao longo dos 50 anos de Revolução, calculava-se que o total do prejuízo era de US\$ 224,6 bilhões, levando em conta a desvalorização do dólar e suas flutuações no decorrer do tempo.

Cuba (2012) enviou ao Departamento de Estado americano uma nota na qual a chancelaria cubana, em comunicado, escreveu que:

[...] agradece as expressões de pesar do governo dos Estados Unidos [...]. A única coisa correta [...] seria eliminar de modo total e definitivo o férreo e cruel bloqueio econômico, comercial e financeiro aplicado há quase meio século contra nossa pátria [...] e que, segundo cálculos conservadores, provoca anualmente danos superiores aos gerados pelo furacão Gustav.

A CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE COM “TODOS Y PARA EL BIEN DE CUBA”

Frei Beto, em artigo publicado no site da Federação Nacional dos Jornalistas, em outubro de 2008, comentou sobre a situação de Cuba após a passagem do Ike:

O bloqueio é um polvo com tentáculos extraterritoriais, violando o direito internacional, em especial a Convenção de Genebra, que o qualifica de genocídio. Empresas, bancos e cidadãos que mantêm relações econômicas, comerciais ou financeiras com Cuba sofrem perseguições (BETTO, 2008).

No Brasil, o movimento nacional de solidariedade a Cuba deu início à coleta de recursos para envio ao país socialista, em uma atitude solidária diante dos estragos causados pela natureza. Com a alta dos preços dos alimentos no mercado internacional, Cuba contava com a solidariedade internacional, inclusive da União Europeia e do Brasil.

O Brasil, à época, vivenciava o segundo governo de Lula na presidência da República. A política externa do governo Lula foi propositiva às relações regionais, resultando no fomento à integração latino-americana com a criação da Comunidade de

Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)⁵, que incluiu Cuba no diálogo regional, e efetuou aproximação política, econômica e ideológica entre os dois países.

O Brasil fez a doação de até 45 mil toneladas de arroz e 2 mil toneladas de leite em pó para ajudar as populações de Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica afetadas pelos furacões que atingiram o Caribe, anunciava a *Associated Press*, em outubro de 2008. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, divulgou em nota que o primeiro embarque, no dia 10 de novembro, contou com 900 toneladas de arroz e 600 toneladas de leite, em um navio da Marinha, para os quatro países. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu enviar outras doações para ajudar os países atingidos no Caribe e na América Central, segundo nota da Conab. Os produtos vieram das reservas públicas de alimentos, administradas pela Conab. A agência também reportou a viagem do presidente a Cuba, em outubro de 2008, para se reunir com Raúl Castro e participar da assinatura de um acordo de cooperação petrolífera entre os dois países. Durante a visita de Lula, foi “assinado um contrato de participação na produção de hidrocarbonetos” entre a empresa local Cubapetróleos (CUPET) e a “subsidiária Petrobras Middle East B.V”, informou o jornal oficial *Granma*. Nos últimos anos, Cuba descobriu potenciais reservas de petróleo e gás em águas profundas da costa norte da ilha, que despertaram o interesse de inúmeras empresas internacionais. O jornal também mencionou a inauguração na capital cubana da sede da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX). Segundo o *Granma*, com sua visita, Lula expressou “a solidariedade do Brasil ao povo e ao governo de Cuba, após os danos causados pelos furacões” que atingiram a ilha em setembro.

Foi a segunda visita de Lula à ilha, em 2008. Em janeiro de 2007, o presidente brasileiro se encontrou com Fidel Castro

5. Bloco regional intergovernamental composto por 33 países. Foi criada em fevereiro de 2010, na Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe. A CELAC é herdeira do Grupo do Rio e da CALC (Cúpula da América Latina e do Caribe) e assume duas vocações: a cooperação para o desenvolvimento e a concertação política.

durante uma estadia de dois dias no país caribenho. O porta-voz presidencial Marcelo Baumbach anunciou que técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária apoiaria o cultivo de soja em larga escala em Cuba. O Brasil era o segundo parceiro comercial de Cuba na América Latina, com um intercâmbio binacional que ultrapassou 450 milhões de dólares, em 2007. A Venezuela era o primeiro parceiro comercial de Cuba, com 7 bilhões de dólares.

No Brasil, em 2008, 49 colaboradores cubanos atuavam nos setores de saúde, educação, esporte, cultura e agricultura, entre outros, enquanto se formaram em Cuba 558 estudantes brasileiros, cinco de nível médio e 553 de nível superior. Nesse período, 835 acadêmicos brasileiros estudavam na ilha, dos quais 474 na Escola Latino-Americana de Medicina.

As relações Brasil e Cuba estavam em ritmo de integração e ampliação. A crise desencadeada pela catástrofe natural aliada à condição de bloqueio econômico ao país acelerou a mobilização da solidariedade a Cuba em diversas frentes. A campanha solidária *Com todos e pelo bem de Cuba*, presidida pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi iniciada no Brasil para ajudar a Ilha do Caribe nesse contexto de integração latino-americana, promovida pela Seção São Paulo da Associação Nacional José Martí dos Cubanos Residentes no Brasil (ANCREB-JM).

Essa campanha, lançada no Rio de Janeiro em 10 de outubro, exigiu o levantamento incondicional do bloqueio imposto a Cuba pelos Estados Unidos há quase meio século, além do objetivo de contribuir para o processo de recuperação dos danos causados pelos furacões Ike e Gustav. A atividade contou com a presença de representantes do Movimento de Solidariedade a Cuba e do Comitê para a Libertação dos Cinco em São Paulo, da Associação de Familiares e Amigos dos Estudantes Brasileiros da Ilha das Antilhas, sindicatos e outras entidades.

A SOLIDARIEDADE DOS JORNALISTAS BRASILEIROS

No âmbito da campanha, foi gestada a vinda de dois jornalistas cubanos para cumprimento de uma agenda de esclarecimento da situação do bloqueio a Cuba, em contraposição à campanha norte-americana junto à opinião pública mundial de ajuda humanitária à ilha. Foram convidados a jornalista e professora Maribel Acosta Damas e o jornalista e professor Ariel Terrero Escalante⁶, membros da presidência da União dos Jornalistas de Cuba (UPEC). Uma articulação nacional foi tomando corpo. A primeira iniciativa foi encaminhar à presidência da UPEC o convite para uma visita ao Brasil no período de 1º a 30 de novembro de 2008. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, uma das 31 entidades filiadas à Federação Nacional dos Jornalistas do Brasil (FENAJ), tendo o jornalista Romário Schettino à frente, subscreveu a carta:

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal – DF, capital brasileira, em nome de jornalistas solidários a Cuba em todos os Estados da Federação, está convidando os colegas cubanos Maribel e Ariel para uma visita de intercâmbio profissional e de difusão de informação em nosso país, a propósito dos recentes furações Gustav e Ike que impactaram fortemente a ilha de Cuba e esclarecimentos sobre os impactos tanto do bloqueio econômico como do bloqueio midiático que incidem sobre Cuba na ordem informativa mundial, entendendo ser esta uma das impor-

6. Ariel Escalante estava preparando uma edição especial de Bohemia para o 50.º aniversário da Revolução em dezembro.

tantes atividades da Campanha Humanitária no Brasil em solidariedade ao povo Cubano, cujo lançamento, no último dia 10 de outubro, na sede da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, na cidade do Rio de Janeiro, atendeu ao chamado da Asociación Nacional de Cubanos Residentes en Brasil “José Martí” – ANCREB-JM.

Com o apoio da *Fenaj*, os jornalistas solidários a Cuba articularam uma programação envolvendo visitas e palestras, com início no mês de novembro do mesmo ano. O clima era de acolhimento. No Estado do Rio⁷, os jornalistas cubanos cumpriram atividades no período de 3 a 7 de novembro, na forma de palestras agendadas pelo Sindicato dos Jornalistas RJ, e de Niterói. Mário Augusto Jakobskind (*in memoriam*), jornalista e escritor, colaborador de *O Pasquim* e redator e editor, no Rio de Janeiro, da revista *Versus*, a primeira publicação de caráter latino-americano lançada no Brasil, foi um dos organizadores da agenda. Na semana de 10 a 14 de novembro, foi a vez de Brasília. Agenda por conta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF), entrevista para a TV Senado, com o jornalista Beto Almeida, e na Câmara dos Deputados também. Atividades na Universidade de Brasília (UNB) foram articuladas com o apoio do Núcleo de Estudos Cubanos (Nescuba).

Minas Gerais foi a próxima parada dos jornalistas cubanos, na semana de 17 a 21 de novembro. O Sindicato de Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (SJPMG), presidido pelo jornalista Aloísio Moraes Martins, marcou um debate, e foram agendadas entrevistas pela TV Assembleia Legislativa, divulgadas em todo estado, uma visita à Câmara dos Vereadores, outra entrevista na TV Comunitária, com o jornalista Luís Carlos Bernardes, o Peninha, e TV Minas. Escolas de Comunicação da UFMG, PUC Minas, UNI, UMA.

7. PROGRAMA DE LOS PERIODISTAS CUBANOS EN RIO DE JANEIRO – Semana de 10 a 15 de noviembre de 2008 – Ariel Terrero Escalante, Miembro de la Presidencia de la Unión de Periodistas de Cuba (UPEC) y Jefe de información e periodismo investigativo- Revista Bohemia.

Uma visita a Ouro Preto, recebidos pelo o prefeito e jornalista Ângelo Oswaldo de Araújo Santos e às cidades de Betim e Contagem, cujas prefeituras eram do PT em parceria com o PC do B. A última semana, de 24 a 28 de novembro, ficou reservada para São Paulo, agenda por conta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo (SJPPSP).

ROMPENDO COM O BLOQUEIO... MIDIÁTICO

Abrindo um jornal impresso, zapeando canais de TV, ou navegando pelos sites informativos na internet, um cidadão que tem acesso à informação em qualquer país da América Latina está sob uma tempestade informacional, na qual oito entre dez notícias não têm nada a ver com os problemas de seu próprio continente, e que, em sua maioria, são notícias de agências americanas *AP* e *UPI*, da inglesa *Reuters* ou mesmo da francesa *France-Presse*.

O fluxo informacional dos países capitalistas desenvolvidos para os países da África, Ásia e América Latina, onde vive a maior parte da população mundial, é desequilibradamente a seu favor e esse fato não acontece por acaso. O sistema capitalista sempre se utilizou da indústria cultural como instrumento para a propagação de ideologia como cortina de fumaça para as suas aspirações expansionistas. Atualmente, quando as formas clássicas do sistema colonialista desapareceram, a dominação imperialista continua a servir-se da arma ideológica para atingir seus objetivos. Encobrendo a real assimetria com o discurso do livre fluxo informacional, por meio da indústria cultural, o ocidente desenvolvido impõe os seus pontos de vista nos acontecimentos mundiais, bem como os seus ideais e valores.

Não foi diferente na experiência aqui relatada, no ano de 2008. Durante a estadia dos jornalistas cubanos Ariel Terrero e Maribel Acosta em Minas Gerais, com o objetivo de ajudar a quebrar o bloqueio informacional dos grandes meios de comunicação brasileiros sobre Cuba e sobre o bloqueio contra Cuba,

e em meio aos debates realizados na capital mineira, houve a curiosa coincidência da publicação de um artigo no *Jornal Estado de Minas* com a assinatura do Sr. Jarbas Passarinho, que ocupou vários ministérios durante o período de ditadura militar no Brasil. No artigo, o militar e político brasileiro afirmava categoricamente que Cuba não foi vítima de um bloqueio, mas de um mero embargo.

Dada a grande circulação dessa mídia mineira e seu alto impacto em determinados setores daquele estado, foi proposto a Ariel Escalante que fizesse uma pausa em sua agenda lotada em Belo Horizonte e escrevesse a devida resposta “indireta”. Foram necessários múltiplos esforços e difíceis articulações coordenadas pelo Presidente da Associação Cultural, José Martí de Minas Gerais, a jornalista Miriam Gontijo de Moraes, junto à editoria de opinião, capitaneada desde a década de 90 pelo jornalista e ex-presidente do SJPMG, Dídimo Paiva (*in memoriam*). Assim que conseguiu atender às demandas do referido jornal para reduzir o número de linhas no artigo original, o jornalista cubano redigiu novo texto.

Por fim, depois de observadas as diversas demandas daquele jornal, o artigo foi publicado⁸, respondendo com dignidade ao pernicioso artigo de Jarbas Passarinho. Nele, Ariel Escalante, também editor de economia da *Revista Bohemia*, destacava a natureza do Bloqueio a Cuba:

Recorrente e ubíquo, o bloqueio econômico, comercial e financeiro a Cuba emerge nos portos, bancos, aeroportos, redes elétricas e de computadores (internet), venda de alimentos e disputas filosóficas sobre o ser e o nada.

Rebatendo o artigo de Passarinho, Ariel Escalante, com ironia, enumerou as evidências de que se tratava de um bloqueio e não embargo econômico

8. Artigo de jornal da época.

Enquanto frios observadores se entretêm com definições técnicas – embargo ou bloqueio? –, a política dos Estados Unidos em relação à ilha se evidencia também entre as ruínas da passagem dos furacões Ike e Gustav, entre agosto e setembro. O governo dos EUA, a reboque de doações humanitárias de outros países ao governo de Havana, ofereceu, inicialmente, US\$ 100 mil, soma ridícula frente às ofertas de nações como Brasil e Timor Leste, de US\$ 500 mil. Diante da recusa cubana, Washington, calculadamente, engordou a cifra, pois era evidente que não teria de assinar o cheque.

O artigo tratou de esclarecer a controvérsia em relação ao imbróglio da recusa do governo cubano à virtual ajuda humanitária oferecida por George Bush:

Por que Cuba rechaçou a ajuda estadunidense? Resulta difícil aceitar acenos de um país que persegue com mais insídia qualquer gestão comercial da ilha com o exterior. Exigiu enviar uma equipe para avaliar os danos estimados por Havana de impactos dos furacões, dos quais nenhum outro país duvidou. Cuba não engoliu a pílula, ainda que tenha entreaberto uma porta para a boa vontade do vizinho. Em nota oficial, solicitou permissão para comprar materiais indispensáveis e suspensão das restrições que impedem empresas norte-americanas de oferecer créditos para a aquisição de alimentos nos EUA. A Casa Branca resistiu em, temporariamente, conceder essa ferramenta natural ao comércio mundial: o crédito. A Oficina de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac) persegue até operações correntes de pequenas quantias – em fevereiro, multou os norte-americanos Banco Atlantic e RMO Inc. As represálias se estenderam a bancos estrangeiros, como o poderoso UBS suíço, em

mais uma prova do caráter extraterritorial do bloqueio.

Tratou ainda de desmascarar as reais intenções do presidente americano, que, segundo o jornalista cubano,

George W. Bush se vestiu de Madre Teresa de Calcutá, no ano em que seus rastreadores impediram importantes compras cubanas (medicamentos, seringas, equipamentos médicos e condões), conforme expediente do governo de Havana à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Cuba não logrou comprar 3 milhões de seringas descartáveis, por US\$ 256 mil, para vacinação Infantil, intermediada pela Aliança Mundial para Vacinas e Imunização. O Departamento do Tesouro dos EUA negou licença à organização não governamental (ONG) norte-americana Population Services International (PSI) para colaboração com Cuba, que incluía o envio e distribuição de condões a grupos vulneráveis a Aids. Até o The New York Times qualificou o bloqueio como obsoleto e contraditório em relação às supostas intenções 'caridosas' da Casa Branca. Os custos do bloqueio se tornam mais lesivos em ocasiões como a do golpe dos furacões à limitada produção cubana de alimentos.

A opinião do jornalista cubano trouxe para o leitor mineiro a real dimensão do famigerado “embargo”, conceito empregado por Jarbas Passarinho para qualificar as medidas adotadas pelos EUA contra Cuba:

O brutal dano de US\$ 9 milhões provocado pelos furacões é uma pequena amostra, se comparada ao sangramento do bloqueio a Cuba: são mais de US\$ 3 milhões por ano em virtude dos custos ascendentes do bloqueio, desde que os EUA se propuseram a render, por fome e desespero,

o povo cubano, como rezam documentos de Washington.

Publicado em 28 de novembro de 2008, na editoria Opinião, o artigo já apontava para o horizonte da realização da 63ª Assembleia Geral da ONU, em 23 de setembro, quando 185 países membros das nações unidas condenaram o bloqueio a Cuba e profetizando sobre a atuação de Barack Obama, que assumia o novo governo norte americano:

A única atitude correta, ética e ajustada ao direito internacional e à vontade das 185 nações integrantes da Assembleia Geral da ONU, que apoiam Cuba, seria eliminar, total e definitivamente, o cruel bloqueio econômico, comercial e financeiro aplicado durante quase meio século contra a ilha. É grande a expectativa em relação ao novo governo do país do Norte, tendo à frente Barack Obama. Não creio que Cuba seja prioridade para a Casa Branca, nem que a emaranhada rede de leis do bloqueio seja apagada com a assinatura de um presidente. Não será imediata a oportunidade histórica para a mudança, ainda que sejam evidentes o esgotamento e as frestas da muralha levantada pelos EUA ao redor da ilha socialista. No entanto, as chaves da mudança não estão em Washington. As forças que ajudarão a pôr o fim ao bloqueio estão sendo criadas, na verdade, pela porção sul-americana das Américas.

Assim, cerca de 28 anos após a elaboração e divulgação do relatório “Um Mundo e Muitas Vozes”, que ficou também conhecido como “relatório McBride”, os leitores mineiros tiveram a oportunidade de estar diante do direito ao contraditório, quando um jornalista cubano expôs as razões de Cuba. Este relatório, considerado o documento internacional mais amplo e abrangente publicado até então sobre a demo-

cratização da comunicação, sofreu a forte oposição por parte das organizações privadas de mídia, e foi condenado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, como um ataque à liberdade de imprensa e à doutrina do livre-fluxo de informações.

Em protesto, ambos os países se retiraram da UNESCO (suspendendo, assim, cerca de 30% do financiamento da organização) em 1984 e 1985. A partir de então, acabou relegado ao esquecimento. Nas décadas seguintes, a UNESCO praticamente substituiu a Nova Ordem Mundial Informativa e Comunicacional em sua agenda política por outros temas, como democratização da comunicação, sociedade da informação e inclusão digital. O documento focava a exclusão midiática de grupos, comunidades, povos e regiões e fazia um diagnóstico sobre a problemática da comunicação no mundo contemporâneo, propondo soluções utópicas para reduzir as desigualdades tecnológicas, os desequilíbrios informativos e as carências do conhecimento existentes no planeta (MELO, 2008). No entanto, somente a ação dos jornalistas pode tirá-lo do esquecimento e transformar a nova ordem informativa em um furacão de mudanças na categoria 4.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATED PRESS. *Hurricane Ike barrels over Cuba*. **BBC News**, 10 set. 2008a. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/7603319.stm>. Acesso em: 12 set. 2008.

ASSOCIATED PRESS. *Lesson From Ike: Cuba gets evacuations right*. **NBC News**, 10 set. 2008b. Disponível em: <http://www.nbcnews.com/id/wbna26647041>. Acesso em 12 set. 2008.

BERG, Robbie. **Tropical cyclone report: hurricane Ike**. United States: National Hurricane Center; National Oceanic and Atmospheric Administration's National Weather Service. Nov. 2008.

BETTO, Frey. **Cuba, o Furacão Chamado Bloqueio**. Brasília: FENAJ, 2008. Disponível em: <https://fenaj.org.br/cuba-o-furacao-chamado-bloqueio/>. Acesso em: 10 out. 2022.

MELO, José Marques de. *MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação*. **Logos** 28: globalização e comunicação internacional. ano, 15, p. 42-59,, jan-jun. 2008.

CUBA agradece ajuda dos EUA por furacão e pede fim do embargo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/cuba-agradece-ajuda-dos-eua-por-furacao-pede-fim-do-embargo-3833804>. Acesso em: 12 out. 2022.

do
inst
em
quaisq

En
textos: o prin
ilegalmente n
dificuldades

O se
Amaral Ser.

"O SÉCULO 30 VENCERÁ! RESSUSCITA-ME PARA QUE NINGUÉM MAIS TENHA QUE SE SACRIFICAR POR UMA CASA, POR UM BURACO. RESSUSCITA-ME PARA QUE O PAI SEJA, AO MENOS, O UNIVERSO, E A MÃE, NO MÍNIMO, A TERRA"

mayakovsky



Este livro, produzido pela EDUTFPR, é financiado com recurso público e visa à ampla e democrática disseminação do conhecimento. Esta edição promove o ODS 4 Educação de qualidade, que tem o intuito de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, envolvendo docentes e discentes em sua produção e promovendo diversas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Além disso, é favorável à preservação de árvores e diminuição da pegada de carbono global.

Título	Múltiplas Vozes
Formato	21 x 27,5 cm
Tipografia	Garamond Premier Pro (texto) e Stratos (títulos e subtítulos)
Licença	CC BY-NC-ND
Tiragem	Garamond Premier Pro, Stratos
Impressão	Nome da gráfica



A marca FSC® é a garantia de que a madeira utilizada na fabricação do papel deste livro provém de florestas que foram gerenciadas de maneira ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, além de outras fontes de origem controlada.

Curitiba
25°26'20.4"S 49°16'08.4"W
Feito no Brasil
Made in Brazil
2023

Jornalistas que atuam há mais de 40 anos neste país se uniram para trazer relatos e reflexões do jornalismo em sua complexidade: tecnologia, política, artes, economia, educação. Vozes múltiplas, experiências diversificadas, referências únicas, citações que ultrapassam os tempos. Porque o tempo é a pauta que se apresenta ao profissional que se desloca e se agita para apresentar uma vivência excepcional. Esse é o universo que se abre em cada página de Múltiplas Vozes, um trabalho da Associação Brasileira de Imprensa e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná em prol ao povo deste Brasil.

Porque assim construimos nossa história.